



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Natan Perrout da Silva

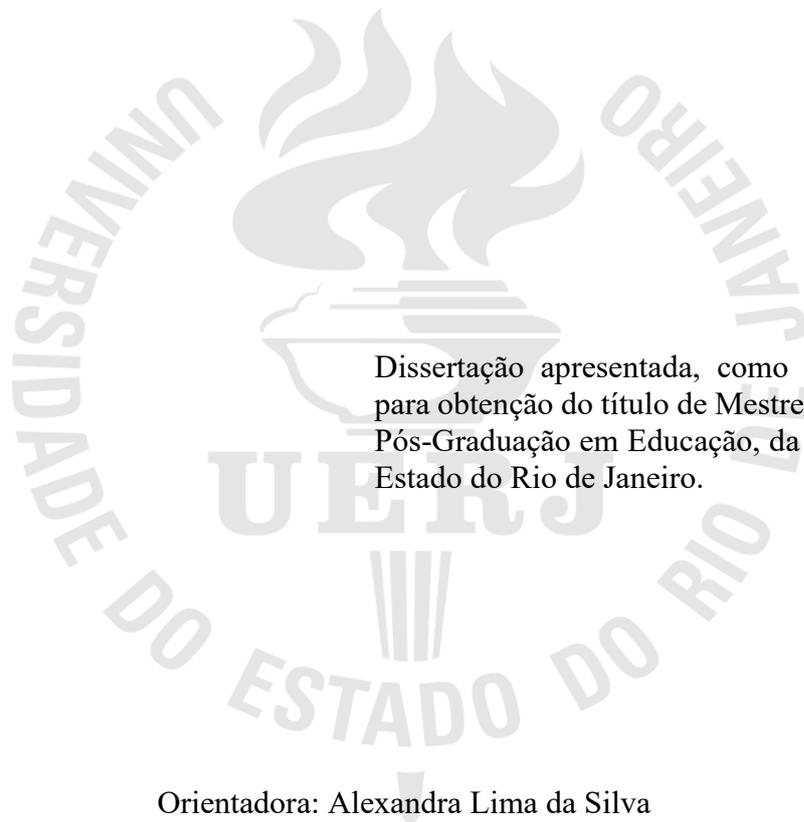
Aprendizagem das ruas: sambistas em movimento educacional

Rio de Janeiro

2024

Natan Perroux da Silva

Aprendizagem das ruas: sambistas em movimento educacional



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Alexandra Lima da Silva

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Natan Perrou da
Aprendizagem das ruas: sambistas em movimento educacional / Natan Perrou da Silva. – 2024.
157 f.

Orientadora: Alexandra Lima da Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Samba – Teses. 3. Sambistas – Teses. I. Silva Alexandra Lima da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

br

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Natan Perroux da Silva

Aprendizagem das ruas: sambistas em movimento educacional

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 19 de agosto de 2024.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Alexandra Lima da Silva (Orientadora)

Faculdade de Educação - UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Iamara da Silva Viana

Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti

Universidade Federal do Piauí

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho de dissertação à minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado forças até o presente momento e por toda a minha trajetória acadêmica, cujos caminhos dessa trajetória tiveram muitos percalços e desafios. Porém, as dificuldades e os conflitos são importantes para o crescimento da ontologia humana, para o desenvolvimento intelectual, técnico, cultural e social. Estar diante dos desafios é desafiar a si mesmo, a fim de deixar de lado o egoísmo, se esvaziar dos desejos mesquinhos e fazer da empatia uma amiga fiel e aliada.

Por conseguinte, aos meus pais, Rosângela e Ronaldo, que sempre estiveram ao meu lado, dando incentivo, forças e palavras de esperança e perseverança. Além disso, eles foram cruciais para me encontrar educacionalmente e continuar encontrando e almejando o melhor de minha profissão, como educador, pois eles foram os primeiros a me educar. Principalmente à mãe, que me ensinou as primeiras letras, as construções iniciais das frases e a ver o melhor nos seres humanos. Dedico também um espaço de gratidão aos meus irmãos, Luiz Fernando e Dorivan, que estiveram comigo nos momentos felizes e tristes. Cresceram comigo e conheceram minha trajetória acadêmica até o presente momento. Foram fundamentais em minha jornada, pois com eles pude aprender que dividir o que tens é melhor do que estar num limbo infinito de solidão. Compartilhar é uma das partes mais interessantes da vida, pois aos poucos aprendemos que é mais divertido rir com seu próximo.

A CAPES pela manutenção da bolsa durante os dois anos de pesquisa.

Agradecimentos aos professores Washington Dener dos Santos, da Faculdade de Educação (UERJ) e Renilson Rosa Ribeiro (UFSCar) por aceitarem o convite para integrar a banca como suplentes.

Ficam cravados nessa escrita meus profundos agradecimentos à minha orientadora do programa de pós-graduação Alexandra Lima da Silva, que, pacientemente, me orientou e ensinou academicamente, me deu forças nos momentos difíceis e esteve comigo nessa jornada para completar mais uma etapa. Ademais, agradeço ao meu antigo orientador de monografia na graduação Washington Dener dos Santos Cunha que me orientou e auxiliou na graduação, a fim de que pudesse continuar com meus estudos.

Por fim, as minhas amigas da pós-graduação, Beatriz Arantes e Daiane Brito, deixo meus abraços e carinhos, pois estar perto de vós, acompanhado das risadas, fez com que carregasse o meu fôlego e a minha energia para seguir em frente e observar com mais atenção a importância das coisas simples da vida.

Conversas não são unidimensionais; elas sempre nos confrontam com diferentes formas de enxergar e de saber.

Bell Hooks

RESUMO

SILVA, Natan Perrou da. *Aprendizagem das ruas: sambistas em movimento educacional*. 2024. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A presente dissertação tem como objetivo analisar as trajetórias dos sambistas Heitor dos Prazeres e Hilário Jovino Ferreira, sobretudo acerca dos elementos educacionais que constam em suas vivências cotidianas. As experiências e os investimentos educacionais das mulheres negras foram analisadas para dialogar com as relações de sociabilidade. No caos, abordar sobre tais elementos concerne em discutir como aprenderam a leitura e a escrita, quais foram os desafios e conflitos que tiveram que passar para poderem adentrar ou não nas instituições oficiais de educação, de que maneira estavam envolvidos com o cotidiano e quais as influências educacionais e musicais do dia a dia, dos lares e das comunidades no centro da cidade do Rio de Janeiro a partir do final do século XIX e limiar do século XX. Em vista desse debate, o trabalho, também, almeja argumentar acerca do conceito aprendizagem das ruas, o qual é emanado e traz à luz da reflexão os espaços e lugares como extensões da educação e dos sentidos e significados sociais, culturais e político, uma vez que eles não sejam representados como parte das instituições oficiais. Não obstante, denotam, por meio da análise de documentações históricas, outras dimensões educacionais na cidade do Rio de Janeiro, entre os séculos XX e XXI, assinalam outro olhar sobre as aprendizagens dos sujeitos históricos, além de contribuir para eles em suas construções humanas.

Palavras-chave: aprendizagem das ruas; sambistas; mulheres negras; Rio de Janeiro

ABSTRACT

SILVA, Natan Perrou da. *Learning from the streets: samba dancers in the educational movement*. 2024. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This dissertation aims to analyze the trajectories of samba artists Heitor dos Prazeres and Hilário Jovino Ferreira, especially regarding the educational elements that appear in their daily experiences. The experiences and educational investments of black women were analyzed to dialogue with sociability relationships. In the chaos, addressing such elements involves discussing how they learned to read and write, what were the challenges and conflicts they had to go through in order to be able to enter or not enter official educational institutions, how they were involved in daily life and what were the educational and musical influences from everyday life, homes and communities in the city center of Rio de Janeiro from the end of the 19th century and the threshold of the 20th century. In view of this debate, the work also aims to argue about the concept of learning from the streets, which emanates from and brings to the light of reflection spaces and places as extensions of education and social, cultural and political senses and meanings, since that they are not represented as part of official institutions. However, through the analysis of historical documentation, they denote other educational dimensions in the city of Rio de Janeiro, between the 20th and 21st centuries, indicating another look at the learning of historical subjects, in addition to contributing to their human constructions.

Keywords: learning from the streets; sambistas; black women; Rio de Janeiro.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Heitor no Correio da Manhã (RJ) | 26 |
| Figura 2 - Coluna sobre Colégio Benjamin Constant | 43 |
| Figura 3 - Prato e o Garfo | 59 |
| Figura 4 - Instrumento musical de João da Baiana | 59 |
| Figura 5 - Segundo Livro de Literatura (de Felisberto Carvalho, 1911) | 65 |
| Figura 6 - Aprendizes de mestre-sala de Hilário | 68 |
| Figura 7 - Notícia na imprensa sobre Heitor | 76 |
| Figura 8 - Coluna Samba | 91 |
| Figura 9 - Arte brasileira e a delegação | 98 |
| Figura 10 - Itamarati escolhe obras | 99 |
| Figura 11 - Obras e o leilão | 99 |
| Figura 12 - Gazeta de Notícias informa sobre o POP | 103 |
| Figura 13 - Missa de falecimento de Hilário | 104 |
| Figura 14 - Hilário entrevistado pelo Diário Carioca | 107 |
| (RJ) Figura 15 - Arte de Debret | 116 |
| Figura 16 - O Largo | 116 |
| Figura 17 - O mercado | 116 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 HEITOR DOS PRAZERES EM MOVIMENTO DE APRENDIZAGEM..... | 22 |
| 2 AS APRENDIZAGENS DAS RUAS NÃO TERMINAM: PASSOS EDUCACIONAIS, CONSTRUÇÕES POLÍTICAS E TRAJETÓRIAS COTIDIANAS DE HEITOR DOS PRAZERES E DE HILÁRIO JOVINO FERREIRA | 67 |
| 3 AS TIAS, MÃES, FILHAS, PRIMAS E A MASCULINIDADE NEGRA..... | 107 |
| 3.1 As heranças, os herdeiros e as sementes em torno da cidade | 139 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 146 |
| REFERÊNCIAS | 150 |

INTRODUÇÃO

Quando me dispus, incipientemente, a escrever esse trabalho, percebi o quão rico poderia sê-lo, porquanto investigar as trajetórias de vida dos sambistas, Heitor dos Prazeres e Hilário Jovino Ferreira, os quais contribuíram, fortemente, para a construção da história do samba no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro, requer atenção quanto às suas criações, aos seus aprendizados e suas perspectivas sociais e culturais, cujos aspectos compuseram, tanto no passado como compõem na atualidade, as partes do quebra-cabeça que são consoantes à identidade e à memória tanto da cidade do Rio e do país como à dos próprios sujeitos. Em vista disso, compreenderei quais foram os influxos socioculturais dos mesmos, os quais estão conectados às culturas africanas, mostrando, assim, a importância para a história e cultura brasileira.

Além disso, foi um trabalho que se conectou com a minha trajetória como músico, pedagogo e futuro historiador. Estudei teoria musical e violoncelo por muitos anos, assim como a estudar e tocar músicas como clássicos, sambas, tango, pop e rock até jazz, cuja experiência do jazz e do blues aprendi no tempo que estive estudando no Programa de Verão da Faculdade Berklee College of Music, em Boston, Massachusetts, Estados Unidos (EUA), que foi conquistado por meio de uma bolsa de estudo que foi oferecida através de um programa social para famílias de baixa renda socioeconômica. E me graduei como pedagogo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Assinalo, de antemão, que uma grande parcela dos documentos como imagens, fotografias, obras de arte e letras de música não foram emanados e mostrados no decorrer do texto, devido aos direitos autorais que não foram concedidos. Logo, os nomes e os locais das fontes foram apontados nas notas de rodapé, para que o leitor possa saber os locais onde podem ser encontrados. Isso no sentido de que a presente pesquisa científica e pedagógica siga o caminho da ética e do respeito ao conhecimento humano.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é analisar as trajetórias biográficas de Heitor dos Prazeres e Hilário Jovino Ferreira, tendo como escopo elencar as dimensões educativas e abordar sobre os influxos socioculturais dos mesmos, entrevendo acerca de como viveram, quais lugares e espaços passaram, quais foram seus aprendizados tanto dentro quanto fora da escola e qual a formação de suas carreiras e realidades no samba, cujos caminhos se ligam, possivelmente, aos pensamentos bantos e iorubás. As experiências educacionais e os investimentos realizados pelas mulheres negras também são analisados para que se possa saber acerca de suas histórias, de suas contribuições educacionais e de suas ações políticas e sociais

nas redes de sociabilidade. Ademais, quais os papéis que elas tiveram nas trajetórias dos sambistas.

Pode-se destacar, diante desse preâmbulo, que ambos os sujeitos estudados foram compositores e cantores sambistas. Heitor dos Prazeres, conhecido em sua trajetória como *Mano Heitor*, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, por volta de 23 de setembro de 1898 e faleceu em 4 de outubro de 1966. Era filho de Eduardo dos Prazeres e Celestina Gonçalves. Casou-se duas vezes. O primeiro casamento, com Maria da Glória Azevedo, ocorreu em 1933. Heitor, aparentemente, se tornou viúvo de Maria da Glória em 1936. Foi casado novamente em 1948, com Nativa Paiva. Ele foi artista plástico, funcionário público pelo Ministério da Educação (como restaurador de obras de arte), compositor, letrista, sambista, instrumentista (tocava cavaquinho, clarinete, violão e entre outros). Trabalhou como marceneiro, torneiro mecânico, alfaiate e com outras profissões.

Contemporâneo de sambistas conhecidos, como João da Baiana (João Machado Guedes), Donga (Ernesto Joaquim dos Santos), Caninha (José Luiz de Moraes), Ismael Silva, Sinhô (José Barbosa da Silva), Pixinguinha (Alfredo da Rocha Vianna Filho), Bide (Alcebíades Barcelos), Saturnino Gonçalves, Nilton Bastos, Cartola (Angenor de Oliveira Cartola). E foi um dos criadores das escolas de samba, tal que algumas conhecemos na atualidade, como a Mangueira, Portela e Unidos da Tijuca.

Hilário Jovino Ferreira, provavelmente, tenha nascido no ano de 1873. O estado brasileiro em que nasceu ainda abre muitas discussões entre os pesquisadores, pois não se sabe ao certo. Alguns pesquisadores que investigam ou investigaram a trajetória de vida dele apontam que a naturalidade do mesmo está atrelada a Pernambuco. No entanto, foi muitas vezes ligada à Bahia, devido às atribuições dadas pelos jornalistas, como Jota Efege, e as menções que Hilário fez a própria Bahia, e as culturas ali manifestadas, em suas canções, como *Entregue o Samba aos seus Donos*.

Hilário foi sambista, letrista e compositor, e foi contemporâneo de Heitor. Assinalo que pode ser considerado como uma espécie de professor, familiar e tutor de Heitor dos Prazeres, assim como para com outros. No caso, o próprio Heitor o considera em suas entrevistas como “tio”, ou seja, alguém que deixou heranças culturais e serviu de inspiração, e até mesmo considerado como família – isso no sentido sentimental, social e cultural. Hilário também teve uma família biológica. Uma imagem, que estava entre os pertences de João da Baiana, a qual foi disponibilizada e se encontra nos arquivos do Museu da Imagem e do Som (MIS-RJ) e pelo Instituto Moreira Salles (IMS), mostra que o sambista tenha tido três filhos (possível que fossem

duas meninas e um menino). Entre as meninas, pode-se citar Porphyria Jovino Ferreira, que aparece descrita no periódico *A Noite* (de 1933 e 1935). Além dessas informações, Hilário é considerado um dos pioneiros na criação dos ranchos carnavalescos. O mesmo faleceu em 1 de março de 1933.

Heitor conheceu Hilário desde criança até a fase adulta, enquanto que o próprio Hilário já era adulto quando Heitor era criança, isso durante o final do século XIX e primeira parcela do séc. XX, cujos períodos foram marcados pelas epidemias, pela circulação cultural entre os países no globo, como, por exemplo, a destacada *Belle Epoque*, que tinha por influxos franceses em pleno território brasileiro; e pelos movimentos e fenômenos sociais, históricos e ideológicos, como a abolição da escravatura, a transição nacional (com o fim do império brasileiro e o advento da república), a marginalização de alguns elementos relacionados ao samba e, posteriormente, sua “popularização”¹ entre as classes sociais (tanto da elite como das classes pobres, médias e altas urbanas); o positivismo, o darwinismo biológico e social, os estudos antropológicos sobre evolução e comunidades nativas etc.

Diante disso, a problemática central que se pode suscitar no que concerne à investigação sobre os sujeitos, é: como se davam, ou melhor, como eram proporcionados e como ocorriam as aprendizagens desses sambistas mencionados? Essas aprendizagens que proponho pensar tem relação com as composições, à alfabetização, a ler e escrever, a pintar, à leitura e escrita musical etc. Ademais, outra questão que surge também diante desse horizonte, é: qual a importância educacional na vida desses sujeitos históricos? Nesse caso, observo que as histórias biográficas dos sambistas podem fornecer compreensões e descrições no que se referem aos hábitos, aos costumes de época, as formas de veicular e de criar aprendizagens, as possíveis tensões sociais e culturais e a ideia do espaço público (as ruas, por exemplo), isto é, como espaço e lugar de sentidos, sentimentos, de significações e de educar pessoas.

¹ Ponho aspas nessa palavra em razão de ainda ser um termo de cunho problemático, pois poderia ser questionado: o que significaria ser popular? Na obra intitulada “Cultura popular na Idade Moderna” (1995), o historiador Peter Burke, na introdução do texto, põe em questão o que seria considerado “popular”, tal que a ideia não provém só do que é para o público em geral. Ou seja, qual público ou quais classes sociais poderiam ser consideradas populares, sabendo que há uma ambiguidade no sentido e no simbolismo do conceito? Tal termo abre brechas para mais debates no âmbito da história cultural e social, sobretudo se for para o conceito de classes menos abastadas e/ou proletárias, ou para a generalização no que é consoante a “todos”. Ao observá-lo no sentido da pesquisa que estou empreendendo, noto que o samba tendo sua possível origem a partir das classes mais pobres, a aquisição e o consumismo desse gênero musical foram substancialmente exercidos pelas elites em determinado momento da história da cidade do Rio de Janeiro, deixando de ser de caráter por uma classe social proletária e pobre que usou em abundância. Sem contar que nem todos apreciavam o samba, pois o mesmo foi marginalizado também em certo momento da história.

Essa dissertação se pautará em pressupostos teóricos, a fim de consubstancializar as discussões estabelecidas, perscrutará a partir dos documentos², procurando se amparar nos periódicos de época (como o *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, *O Globo e entre outros*) que possam constar ocorrências noticiadas, como, por exemplo, os obituários, as manchetes ou colunas sobre histórias relativas ao samba e as realizações individuais que tratem dos sujeitos estudados, com o intuito de analisá-los para embasar as reflexões consoantes aos sambistas e aos elementos socioculturais, educacionais e históricos que dizem respeito aos mesmos; nas iconografias (como quadros de artes, fotografias e imagens), por exemplo: as pinturas de Heitor dos Prazeres; e em outras fontes, como as letras de samba, em função de auferir alguns indícios sobre os influxos sociais e educacionais. Para isso, estive em curso à busca pelas fontes nas plataformas digitais, como a Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional (BN) e ao Sian, Sistema do Arquivo Nacional (AN), além de visitas ao Arquivo Nacional em função de procurar as intituladas “obras raras”, ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), ao Museu do Samba (localizado na Mangueira), ao Museu da Imagem e do Som, ao Museu de Arte Moderna (MAM) e no Liceu de Artes, que são responsáveis por apresentar e preservar as fontes de cunho provincial da cidade do Rio de Janeiro e as memórias que são consoantes à história dos sambistas e aos bairros cariocas, cujos vestígios se encontram num grande acervo bibliográfico e iconográfico sobre os períodos que serão tangenciados.

Saliento que existem trabalhos sobre o samba e tantas outras dimensões que o cerca, mas o papel e o espaço da educação na vida e no cotidiano dos compositores sambistas, sobretudo no tocante a biografia dos mesmos, ainda requer mais estudos e mais atenção no campo da historiografia da educação. E compreendo que o elemento da educação não é visualizado de forma substancial e preponderante quando se aborda sobre o samba e os indivíduos que a esse ramo se encontram, pois o samba é entendido como forma cultural, simbólica, social e antropológica dos indivíduos e dos grupos sociais.

No entanto, assinalo que a educação na composição e na conjuntura em que se encontra, na verdade, é ontológica aos sujeitos nesses âmbitos mencionados. Ou seja, pode ser interpretado e investigado para além dos ramos habituais dos estudos culturais e sociais da antropologia, da sociologia e da história social. Podem-se vislumbrar as minúcias da educação nas práticas sociais dos sambistas e das ‘tias’, por exemplo.

² Utilizo esse termo como forma e como fontes diversas. Na atualidade, o conceito documento na historiografia já possui outro caráter, que se desvincula do positivismo e de sua busca por fontes escritas consideradas como verdadeiras. Tomo como referências as reflexões sobre “documentos” de Jacques Le Goff (1990) e Pierre Nora (1993) que criticam a ideia cartesiana por trás da ideia de documento e desmistificam o fantasma do documento como algo somente escrito e verídico.

Além disso, podem suscitar questões e entrever a educação através e por meio das letras de samba, das pinturas, das danças nos carnavais, dos locais onde os sambistas estiveram, das instituições em que se encontravam (tanto oficiais quanto não oficiais³), das práticas religiosas e do jongo nos terreiros – os quais fazem parte da composição musical, pictórica, artística e cultural da história do samba e de quem se aproximou desse elemento cultural. Sendo, portanto, possível saber como e com quem os compositores sambistas aprenderam a escrever, a ler, a cantar e pintar o cotidiano a partir, e provavelmente, dos laços de parentesco ou das relações sociais de amizade, aproximando-se, de forma verossímil, das dimensões e realidades existentes. Ou até mesmo como que os costumes foram sendo engendrados e partilhados entre os mesmos que fizeram parte de um grupo ou dentre outros grupos, ou individualmente.

O próprio Heitor dos Prazeres, por exemplo, sabia pintar e era considerado um sambista e compositor. Nesse caso, suas músicas tanto cantadas e escritas, assim como suas pinturas imagéticas, podem erigir questões, como: Com quem aprendeu tais habilidades? De que forma aprendeu a pintar, a cantar e a compor músicas? Quando começou a ler e escrever? Qual escola ou quais escolas o sambista frequentou? Aprendeu o que sabia em lugares ditos “oficiais” ou “não oficiais”, ou em ambos? O que eram lugares e instituições “oficiais” e não “oficiais” em sua época? Quais são os influxos culturais e sociais desse sambista? É possível perceber os indícios educacionais nas obras de arte e nas músicas do artista?

Relativo a isso, os sinais e indícios podem ser encontrados e emergidos de fontes nas quais possibilitam suscitar aspectos ligados à educação, ou seja, conectados às ações e compreensões psicossociais, políticas, econômicas, filosóficas, culturais e históricas dos indivíduos, os quais possuem costumes, hábitos, simbolismos, ideias, mitos, conhecimentos e saberes sobre dada realidade a partir da oralidade, dos documentos escritos como diários e periódicos, dos objetos, das imagens e fotografias etc.

Em vista do que pode ser extraído das fontes que foram encontradas, isso nos leva a imaginar e interpretar os documentos materiais e imateriais existentes, de um determinado sambista, por exemplo, a partir das canções escritas pelo mesmo ou somente cantadas por ele, que, talvez, foram passadas por gerações. Ou seja, podendo se tornar o vínculo que conecta o mesmo às almas dos instrumentos musicais e ser o que cria o elo entre os corações daqueles que andavam pelas ruas ou que se juntavam nos locais.

³ Quanto ao oficial e não oficial, percebi, após refletir sobre as sugestões da banca no processo de qualificação da dissertação, que ambos os conceitos são pertinentes para refletir sobre a educação dos sujeitos, pois, no decorrer do século XX, as instituições estavam engendrando, ainda que inicialmente, esses espaços “oficiais” e estavam dando lugar a essa “oficialidade”, ou seja, que ainda se encontrava em desenvolvimento.

Ou a partir da musicalidade instrumental emanada pelo compositor, por exemplo, pode fazer da rua o seu palco de experiências sociais, sua ponte para engendrar novas relações sociais de conversação e até mesmo políticas – entre as tensões e as relações de força e poder –; pode angariar recursos e manter seu sustento financeiro; defender suas perspectivas e aprender de distintas formas com pessoas de diferentes classes sociais, perpassando, assim, pela circularidade cultural – no tocante a isso, Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (2018, p. 120), profere: “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

Em outras palavras, os sujeitos se educam por meio da circularidade e das trocas socioculturais. Ainda nesse sentido, o antropólogo Clifford Geertz, em *A Interpretação das culturas* (1989), sugere pensar em suas interpretações que os seres humanos são tanto coletivos quanto individuais, pois habitam em comunhão, ou não, e compartilham uns com os outros as perspectivas, ideias e os costumes. Ademais, tais pontos mencionados a partir da representação do sambista e de suas experiências sociais podem constar a resistência cultural tanto das características étnicas quanto dos aspectos ligados aos antepassados, isto é, numa relação ancestral dos sujeitos.

Logo, o dado elemento da educação, apreendido, por vezes, como algo pormenorizado, pode suscitar uma quantidade substancial de questões e de possibilidades históricas e emanar os contextos sociais em que se encontram os sujeitos e, possivelmente, seus grupos sociais de pertencimento, como, por exemplo, a família, os grupos de amigos, os grupos sociais em terreiros ou os grupos de colegas nas casas que habitavam, ou a concentração de grupos de roda de samba em algum espaço de determinado bairro. A partir desse viés, é possível inquirir também para obter mais informações, como, por exemplo: Quais foram os eventos que interferiram de alguma forma em seus trabalhos musicais? Como e de que forma esses possíveis eventos históricos podem ter afetado ou influenciado a vida dos sambistas? Quais eram os contextos sociais e educacionais da época? Havia grupos de sambistas? Por onde se situavam e andavam? Quais eram as suas escolas? Aprendiam em casa? O que aprendiam?

À vista dessas problemáticas e tratamentos com os indícios acerca das trajetórias biográficas, elencar-se-á a partir da dimensão educacional que orbita a vida e o cotidiano de Heitor dos Prazeres e Hilário Ferreira Jovino e das mulheres negras os contextos e os influxos culturais, sociais e políticos que fizeram parte da essência social dos mesmos, a fim de compreender e destrinchar ainda mais o que é essa dimensão educacional, pois a política, o cultural e o social, tal como foi salientado em outrora, caminham juntos da educação, não se

dissipando e não se desvinculando da formação histórica dos sujeitos e dos grupos sociais que permeiam os espaços e lugares geográficos.

Por conseguinte, argumenta-se que os estudos de Alexandra Lima da Silva, como *Jardim Secreto* (2021) e *Pelas mãos de Eugênia* (2024), colaboraram para pensar acerca do tratamento com as fontes biográficas, cujos mecanismos de análise apontam para os indícios e relatos de determinadas pessoas e para a forma de perscrutar e estudar historicamente os sujeitos. Ou seja, as reflexões emanadas por essa autora salientam a relevância do cuidado e da atenção com os contextos históricos que esses indivíduos estão incutidos, a fim de não cair em anacronismos e equívocos interpretativos.

Interessante assinalar e destacar, veementemente, nos trabalhos de Alexandra Lima da Silva a sutileza dos detalhes e das questões levantadas por ela em função da observação, ponderação e tratamento com as biografias e autobiografias de escravizados, libertos e de seus descendentes, a fim de compreender, também, as distinções entre as fontes autobiográficas e biográficas, cujas descrições delineiam alguns vestígios de uma possível representação pessoal do próprio indivíduo e, por outro lado, de representações descritas por outras pessoas, indicando como eram retratados a partir da visão do outro.

Ambas são relevantes para os historiadores e demais pesquisadores repensarem sobre o uso das fontes nas investigações. Se atendo a isso, percebo que tal pressuposto teórico seja significativo para estudar as genealogias dos sambistas estudados, pois Heitor e Hilário aparentemente foram parentes e descendentes de libertos. Sendo, portanto, considerável saber de forma mais intensa acerca do que se é verossímil nesse elo parentesco e compreender a ideia de ancestralidade advinda da descendência africana, sobretudo para conhecer se foram ou não descendentes das culturas dos bantos e dos iorubás. Claro que mesmo, por hipótese, não havendo o vínculo sanguíneo e ancestral dos povos bantos, os pensamentos dos bantos e iorubás, que estão incrustados em muitos elementos, dentre eles no jongo e no samba de dentro da casa de Tia Ciata e dos terreiros no Rio de Janeiro, tiveram, provavelmente, influência dos grupos considerados bantos e, talvez, dos nagôs nos sambistas mencionados, porque ambos foram frequentadores tanto da casa da Tia Ciata quanto dos terreiros onde puderam desenvolver suas composições, identidades e memórias, além de que houve, provavelmente, uma hibridização entre os pensamentos banto e iorubá nos terreiros e nas casas.

No que se refere à subjetividade e trajetória de vida dos indivíduos, Roger Chartier (1994) compreende que a biografia pode ser relevante para conhecer e apreender os componentes da vida, como os costumes no decorrer dos períodos históricos, a comunidade e

a região em que o(s) indivíduo(s) habitou (habitaram), os movimentos nos espaços sociais, as ações e apreensões dos lugares considerados públicos e comunitários (até mesmo os ditos particulares), a valorização dos aspectos culturais da época e o entendimento acerca da alteridade.

Assim, percebe-se que as reflexões sobre os estudos biográficos serão utilizados com o propósito de entender a formação da identidade pessoal humana e os costumes e hábitos engendrados para a construção educacional de Heitor e Hilário, atentando-se a tenuidade dos indícios dos contextos sociais e históricos que perpassam pelas fontes biográficas que foram abordadas e das autobiográficas, com o propósito de perceber as representações que foram produzidas acerca dos mesmos.

Doravante, ao andamento desse trabalho, isto é, no primeiro capítulo, denominado como *Heitor dos Prazeres em movimento de aprendizagem junto de outros sambistas*, será pontuado acerca das subjetividades e das trajetórias de vida dos sambistas, descrevendo um pouco da história dos mesmos a partir das fontes analisadas e assinalando sobre o conceito criado e a ideia emanada no título desse capítulo e do trabalho, que foi intitulado como *Aprendizagens das ruas*. Nesse sentido, terão como referência teórica, a partir do campo da História da Educação, os textos: de Schueler (1999) sobre a educação em voga no século XIX, Marcio Martins Costa Brigueiro (2015) sobre as instituições escolares, de Marcus Vinícius Fonseca (2002) que enfoca o processo educacional dos negros a partir da abolição da escravatura, e de Alexandra Lima da Silva (2021) que argumenta sobre a trajetória de mulheres e homens pretos, que procuravam investir em educação, e que aborda sobre os *jardins secretos*, a fim de pensar sobre permanências e mudanças na educação dos negros e até mesmo se é e foi paralelo à educação oferecida aos sambistas aludidos.

Além desses pressupostos, os estudos de Yi-Fu Tuan (1983), Muniz Sodré (2002), Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), Lurian Lima e Ana Tereza da Silva (2022), Roberto Moura (1995), Russel-Wood (2014), João José Reis (1991), Sidney Chalhoub (2012 e 1996), Ilmar de Mattos (2004), Agnes Heller (1992), Bourdieu (1983 e 1979), Angela Alonso (2002), cujos trabalhos, que também serão usufruídos na reflexão, abordam sobre os elementos sociais e culturais consoantes aos espaços e lugares, sobretudo quando se trata sobre as ruas, e cujas interpretações históricas remetem reflexivamente sobre as táticas que as pessoas, em momentos de conflitos, utilizam diante das estratégias capitalistas e estatais, e criam resistências, em meio às disputas territoriais tanto no campo simbólico quanto físico, em prol e em função das características étnicas e das práticas sociais, a fim de reinventar e inventar novas formas de

subsistência, de aprendizagem, de resistência cultural e de habitação no cotidiano. Sem propriamente precisar de espaços educacionais oficiais para que isso ocorresse. Como, por exemplo, é possível utilizar das ruas, dos ranchos carnavalescos, das casas, dos bares e botequins, dos terreiros, das praças, das aldeias etc. para exercer as ações políticas, educacionais, simbólicas e sociais, pois se aprende em todos esses espaços e lugares assim como em outros.

Nesse viés, Certeau, Giard e Mayol (1994b) nos sugerem pensar que inventar o cotidiano é análogo e comparado a cozinhar, que há sempre novas possibilidades de criar novas refeições, produzir a partir do que já existe ou do que não existe e aperfeiçoar e aprimorar com novas técnicas do que já foi produzido. Logo, produzir novas realidades de resistência é criar e aprimorar o que já é existente, claro que muitas das vezes não sendo mais o mesmo desde sua origem. Porém, parte de sua essência é a mesma, sendo que, continuamente, se aprimorará e se desenvolverá.

Certeau et al (1994a) também salienta que as ruas foram utilizadas como forma de tática contra o capitalismo e a opressão. Consoante a isso, pode-se assinalar que o samba, por exemplo, é uma resistência cultural que teve que se apropriar dos espaços e se “popularizar”, isto é, no sentido de se disseminar nas distintas classes e de criar táticas para subsistir, sobretudo pelas mulheres e pelos homens negros que eram subjulgados socialmente e culturalmente. A marginalização, perseguição, censura e criminalidade dos elementos do samba em determinados momentos da história – isso em função de uma lógica de evolução, progresso social e nacional e controle estatal – substancializam a ideia e a reflexão de que tiveram que criar costumes e outras ações que pudessem dirimir a pressão do pensamento colonial e reinventar uma dada dimensão da realidade cotidiana.

No tocante às referências do segundo capítulo, intitulado como: *As aprendizagens das ruas não terminam: passos educacionais, construções políticas e trajetórias cotidianas de Heitor dos Prazeres e de Hilário Jovino Ferreira*, serão utilizados como pressupostos teóricos Roberto Damatta (1997), Alessandra Tavares (2022), Luiz Antonio Simas (2019), Lira Neto (2017), Certeau, Giard e Mayol (1994b), Edward Palmer Thompson (2012), Antonio Bispo Santos (2015), Muniz Sodré (1998). Além disso, serão utilizados do pensamento decolonial – que, aliás, o quilombola Antonio Bispo Santos (2015) bebe dessa fonte –, tendo reflexões a partir de autores, como: Aníbal Quijano (2005 e 2010) e Walter Mignolo (2007 e 2008), cujo giro decolonial aborda sobre a ideia de que as ruas são tratadas como um conhecimento e um

saber fora dos contextos acadêmicos, e que, muitas vezes, são negligenciadas pela força motriz do capitalismo, do positivismo e, em certos momentos, da própria academia.

Nesse contexto intelectual americano transformador, em que se encontra a ideia de decolonialidade na América Latina, também aparece Paulo Freire (1981 e 2016), cujas ponderações, que serão empregadas nesse trabalho, tratam sobre a educação transformadora nas e das ruas e a maneira de romper com o pensamento colonial, cuja ideologia aprisiona os indivíduos em função de não construírem o caminho em direção à intelectualidade. Portanto, assinalam-se, também, as reflexões de Nilma Lino Gomes (2009), que serão importantes para pensar sobre a intelectualidade e produção de conhecimento de Heitor dos Prazeres e Hilário Jovino Ferreira.

Se formos elucidar sobre o que são as ruas, pondera-se, iminentemente, que são lugares e espaços comunitários em que as pessoas possam aprender, são lugares que não requerem uma diplomação ou um título para ser frequentado, tal como é exigido em certos momentos e em algumas instituições educacionais consideradas “oficiais”. As ruas para alguns não são instituições ou lugares, mas espaços vazios. Porém, elas não são um sinal de vazio e tampouco emanam somente o que não é oficial e a impessoalidade. Na verdade, as ruas são tanto o espaço e o lugar⁴, são *locus* que podem ocorrer à impessoalidade que espera pela experiência e podem aprender com os corpos que ali habitam, produzindo afeto, sentimentos e sentidos, ou seja, é saber que nelas existem alma, tal como salienta João do Rio na obra intitulada *A alma encantadora das ruas* (2008). O geógrafo Yi-Fu Tuan (1983) alude que o espaço e o lugar se emaranham no que tem a ver com a produção de significados e sentimentos, denotando, dessa forma, que a rua é culturalmente criada e é a fonte que os humanos bebem e que serve para dirimir a opressão.

O cronista e jornalista⁵ João do Rio detalha acerca do cotidiano carioca, mostrando os traços sociais e culturais da vida das pessoas nas ruas. Nos relatos do mesmo é possível perceber as permanências e mudanças na história, como, por exemplo, descrever e assinalar sobre os ambulantes e os músicos, que remetem aos libertos que exerciam seus trabalhos na cidade do Rio.

⁴ Tais reflexões sobre espaço e lugar convergem e estão amparadas nas reflexões e ponderações do geógrafo Yi-Fu Tuan, precipuamente (1983).

⁵ Não pode deixar de mencionar acerca do contexto histórico que vivia João do Rio, que foi o momento do auge da Belle Epoque, cuja ideologia perpassava pelos influxos sociais dos séculos XIX e XX, em meio ao viés do progresso, universalismo e de evolução referenciados no discurso eurocêntrico.

Nas artes imagéticas de pintores como Jean-Baptiste Debret e Hildebrandt, do século XIX, algumas práticas estão presentes no cotidiano da época, mostrando que, mesmo diante das mudanças, existem permanências que pairam sob o limiar do século XX. Em *O Viático*, *Enterro de uma negra*⁶ e *O largo de Santa Rita* é possível identificar os músicos, as vendas e outros elementos. Ou seja, a musicalidade nos períodos oitocentista se fazia presente em momentos de tristeza, como nos momentos fúnebres, e apesar da melancolia que a morte representa, a mesma, na verdade, aludia e avisava um ponto de continuação da vida, isso no que concerne ao pensamento mitológico e simbólico dos povos africanos; e até em momentos de descontração, como os carnavais e as rodas de jongo, a musicalidade era algo assíduo no cotidiano do século XIX, e os músicos ambulantes e comerciantes eram corpos presentes que sustentavam a *alma* que surgia nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

Cabe pontuar que tais indícios convergem e substancializam nossa discussão acerca das heranças culturais e de como a rua evidência as invenções sociais (DAMATTA, 1997, p. 21), as permanências e mudanças e a circularidade cultural, as quais afluem para as aprendizagens, que tem o sentido educativo, pois aprendizagem não perpassa somente pela individualmente, mas também se insere coletivamente no campo dos afetos e sentidos dos espaços e lugares.

Outro ponto que pode ser contemplado na musicalidade se encontra nas investigações de Luiz Antonio Simas (2019, p 23)⁷, que sinaliza sobre tocar um tambor, o qual galga ao entendimento de formação do corpo nas ruas, e para as danças como algo pedagógico e, essencialmente, ligado aos povos africanos, que salienta a relação da herança africana na cultura brasileira, realçando ainda mais a ideia e o uso de instrumentos pelas pessoas nos indícios presentes nos quadros imagéticos dos pintores.

À vista disso, pode-se aludir ao samba de cunho brasileiro, que galga pelas ruas da cidade e tem como ontologia a miscelânea entre a dança e a música, cujos elementos carnavalescos permeiam e entrelaçam-se com as culturas dos europeus e dos africanos (BURKE, 2016, p. 34-35), constando, por exemplo, o jongo, como ação rítmica e cosmopercepção, e que, nesse caso, sugere a influência dos povos bantos das regiões da África Centro-Occidental, especificamente de Angola e Congo, que foram trazidos ao Brasil entre os séculos XVI a XIX, um pouco também dos nagôs e iorubás – contudo, João José Reis (1996, p. 9) argumenta que muitos dos povos bantos predominaram no Rio de Janeiro.

⁶ Tanto o *Viático* e o *Enterro de uma negra* são de um conjunto de artes que Debret intitula o corpo dessas obras como a *Viagem pitoresca ao Brasil*.

⁷ A paginação 23 se encontra em extensão em PDF, devido à ausência de páginas nas laterais das páginas.

Por conseguinte, no terceiro capítulo, intitulado *As tias, mães e filhas e a masculinidade negra*, serão apresentados e debatidos sobre as mulheres e suas ações, que fizeram parte da construção educacional dos sambistas, e a questão da masculinidade negra no transcorrer do século XX, a partir dos vestígios documentais que Heitor dos Prazeres e de Hilário Jovino Ferreira deixaram. Isso em função de compreender sobre como funcionavam as trocas educacionais com as sociabilidades e entre as comunidades em torno da casa da Tia Ciata, a construção da masculinidade negra dos sujeitos estudados e o papel e a importância dessas mulheres, que, muitas vezes, são postos no silenciamento.

Serão utilizados, com o intuito de abarcar e discutir tais pontos, os seguintes pressupostos teóricos: Bell Hooks, *A gente é da hora* (2004), Angela Davis, *Mulheres, Raças e Classe* (2016), Alexandra Lima da Silva, *Pelas mãos de Eugênia* (2024), Leonardo Pereira, *No ritmo do Vagalume* (2015), Flávio Gomes e Carlos Eugênio Soares, *Dizem as quitadeiras...* (2002), Rosa Maria Barbosa de Araújo, *A vocação do prazer* (1993), Mônica Velloso, *As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro* (1990), Aldair de Oliveira Barreto, *Masculinidade negra em debate* (2022), Marco Aurélio Correa, *Masculinidades negras em movimento - o cinema como prática decolonial na educação* (2018), Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim* (2012), Roberto Moura, *Tia Ciata e a Pequena África* (1995).

Na segunda seção do terceiro capítulo, intitulado como *As tias, mães, filhas, primas e a masculinidade negra*, serão abordadas sobre o pensamento banto e as reminiscências desses povos que se incrustaram na cultura brasileira, precipuamente no samba. Em busca dos traços dos bantos e dos iorubás, observar-se-á sobre os influxos dos mesmos no percurso de vida dos sambistas. Interessante sinalar que em um dos quadros de arte produzido por Heitor dos Prazeres, intitulado *Samba em terreiro*, provavelmente pode estar relacionado à cultura e cosmopercepção dos bantos e dos iorubás ao ser retratado nos terreiros, em razão da relação precípua do ritmo, da presença de instrumentos e de uma possível dimensão educacional desse sambista com seu passado, habitando entre os espaços e lugares tanto das ruas quanto dos terreiros que formaram suas perspectivas e ideias e auxiliaram em suas invenções artísticas. Hipoteticamente argumentando, até mesmo a construção rítmica nas letras de samba de Heitor dos Prazeres deve estar relacionado à cosmopercepção banto e iorubá.

Logo, para compreender mais sobre as *aprendizagens das ruas* e as influências dos sambistas, sigo os rastros deixados pelos bantos a partir das reflexões de Robert Slanes (1995), que proferiu acerca da importância de analisar as culturas dos bantófonos para compreender o

pensamento instalado no Brasil; dos estudos de Russel-Wood (2008), Júlio César Medeiros da Silva Pereira (2014), e de Mary Karasch (2000) que rastream e mapearam os vestígios dos escravizados bantos que vieram às Américas e foram inumados no Cemitério dos Pretos Novos, a fim de analisar tais pontos suscitados anteriormente, sobretudo no que concernem as reminiscências e heranças deixadas nas relações educacionais e nas trajetórias de vida dos sujeitos pesquisados, precipuamente nos lócus que ocorriam as interações, desde provavelmente os botequins, as casas, os terreiros, as escolas até os bairros como Estácio e Cidade Nova (Praça Onze), onde exerciam a musicalidade, as aprendizagens, as visões de mundo, as conversas intelectuais e, talvez, as conversações menos intelectuais. Com relação aos iorubás, observo e acompanho o fio das reflexões de Roberto Moura (1995) que rastreou os influxos culturais africanos de Tia Ciata, cuja mulher foi responsável em reunir outros indivíduos das Pequenas Áfricas e organizar espaços para o movimento e salvaguarda das heranças antepassadas, dos ancestrais, em que pudesse ter a miscelânea das culturas iorubás, banto e entre outras em prol da construção do samba.

Paralelamente abordará sobre a história do samba e da cidade do Rio de Janeiro com o intuito de compreender as tradições, as formas de resistência, os costumes e os contextos históricos e mapearmos acerca dos espaços e lugares em que os sambistas se encontravam e estavam construindo suas trajetórias de vida, com a finalidade de exprimir sobre a construção simbólica que fez, essencialmente, parte das trajetórias de Heitor dos Prazeres e Hilário Ferreira Jovino e de outros compositores negros, que às vezes não são lembrados ou mesmo discutidos, os quais compuseram parte das culturas brasileira e carioca, contribuíram para o fortalecimento do pensamento ancestral e da resistência social e cultural afro-brasileira.

Assim, para pensar também sobre esses influxos junto da cidade, farão parte do arcabouço teórico de análise as obras: de Alessandra Tavares, *A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”* (2019); de Rosa Maria Barboza de Araújo (1993), *A vocação do prazer*; de Maurício de Almeida, *A Evolução urbana do Rio de Janeiro* (1987); Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro* (2000); de Roberto Moura, *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro* (1995); Jaime Benchimol, *Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro* (2003).

Desse modo, compreender-se-á e refletirá, historicamente, acerca da dimensão educacional dos sambistas mencionados, reconstituindo por meio dos fragmentos as trajetórias dos mesmos, em função de contemplar a resistência, diante dos contextos sociais e históricos, que envolvem os possíveis silenciamentos, e vislumbrar os saberes, conhecimentos e as formas

de aprendizagens que tiveram a partir dos influxos cotidianos que enredaram a dinâmica da cidade do Rio de Janeiro e do samba brasileiro.

1 HEITOR DOS PRAZERES EM MOVIMENTO DE APRENDIZAGEM

Em função de iniciar esse capítulo, podemos pontuar, de antemão, que as trajetórias sociais e educacionais dos sambistas denominados Heitor dos Prazeres e Hilário Jovino Ferreira condizem, substancialmente, com as experiências socioculturais e as aprendizagens do cotidiano, mostrando que suas dimensões educativas estão concatenadas intrinsecamente e fortemente às relações sociais, o autodidatismo, às suas perambulações pelas ruas, às conversas nos bares com outros sambistas, os terreiros onde habitavam e entre outros locais e espaços. Não obstante, não podemos deixar de lado ou simplesmente excluir a informação de que as instituições de ensino também foram importantes para os mesmos, pois de algum modo os influenciou e perpassou de alguma maneira, mesmo que ligeiramente, em suas respectivas formas de pensar, de se relacionar e de agir.

À vista disso, começemos falando e destrinchando pelo compositor, letrista, instrumentista, cantor e artista plástico Heitor dos Prazeres. De acordo com o que consta nos documentos, isto é, nas fontes documentais escritas, como, por exemplo, o registro de batismo e a certidão de nascimento⁸, Heitor, segundo o que o escrivão escreveu à mão na certidão, foi uma criança de cor preta e um brasileiro que nasceu na cidade do Rio de Janeiro (que era a capital do Brasil na época, descrito como Distrito Federal). Tal acontecimento foi registrado como 02 de junho de 1902. A mãe se chamava Celestina Gonçalves Martins e o pai se declarava como Eduardo Alexandre dos Prazeres, o qual foi registrar o filho no dia 04 de julho do mesmo ano e era morador da Rua Rezende, número 109.

Heitor dos Prazeres argumentou em uma entrevista gravada e cedida aos entrevistadores Ilmar de Carvalho, Ary Vasconcelos e Juvenal Portela, no Museu da Imagem e do Som (MIS), em primeiro de setembro do ano de 1966, alguns dias antes de Heitor falecer, assim como em outras entrevistas concedidas a jornais de época como, por exemplo, *O Globo*, da década de 1964, e, em certa ocasião, num outro periódico que teve como autor da reportagem o jornalista Carlos Cavalcanti – possivelmente no decorrer dos anos 1930⁹ –, tal como no jornal *Correio do*

⁸ Fontes como certidão de nascimento e batismo utilizadas nesse trabalho foram obtidas por meio do site <https://www.familysearch.org/pt/>, o qual gere informações relevantes da árvore genealógica e de documentos escritos de cartórios brasileiros sobre os indivíduos.

⁹ A noção real e específica dessa data ainda é desconhecida, pois o documento que tive acesso não declarou ou deixou registros sobre o período. Infiro que seja esse período por conta que em um recorte de periódico intitulado *Diário da Noite*, provavelmente de 1937, escrito pelo mesmo jornalista, aponta uma reportagem que consta um “lançamento” – assim como outros jornalistas também fizeram –, ou melhor, divulgação do trabalho de artista plástico de Heitor dos Prazeres nos anos 1930 (talvez, entre 1936-1937), após a morte da primeira esposa, dando a compreender que esse sambista recebeu suas primeiras críticas artísticas já com esse jornalista.

Amanhã, de 5 de junho de 1966¹⁰, que sua data de nascimento era comemorada duas vezes ao ano, pois o mesmo salientava que havia nascido em 23 de setembro de 1898 e que foi registrado em 02 de julho de 1902¹¹.

Ele aparentemente falava num tom de diversão, durante as entrevistas concedidas, que seu aniversário era comemorado e feito duas vezes ao ano (tendo até mesmo duas festas), tal como se houvesse uma ligação com o Natal, ou seja, algo relacionado ao cristianismo. A seguir a entrevista concedida ao MIS, em 1966, cuja transcrição realizei, que narra da seguinte forma:

Entrevistador 1 [Ilmar?]: Heitor, a primeira pergunta seria naturalmente o nome completo, nome de guerra e qual a data de nascimento?

Heitor dos Prazeres: O local e a data de nascimento. Depois eu respondo.

[Nesse momento Heitor canta]:

"Eu sou carioca, boêmio e sambista. Meu sangue é de artista, e não posso negar. Vivo alegre, sou contra a tristeza. E levo a vida feliz a cantar".

Heitor responde: Diz aí. Eu nasci na Praça Onze, na Rua Presidente Barroso. Quero dizer, sou carioca da gema.

Entrevistador 1: E o dia, mês e ano, Heitor?

Heitor dos Prazeres: Eu nasci dia 23 de setembro de 1898. Mas eu faço aniversário duas vezes ao ano, porque sou registrado. Minha data de nascimento é legal, espiritualmente falando, Natal, justamente no dia 23 de setembro de 1898, mas, [em] meus documentos, eu fui registrado como quem nasceu em 02 de julho de 1902. De forma até comemoro, a Rádio inteira comemora dia 02 e depois comemora [o] dia do nascimento no Natal, com a data (MIS, *ENTREVISTA HEITOR DOS PRAZERES*, 1966, CD 184, f.1-2)¹².

¹⁰ MAURÍCIO, Jayme. Da bial de São Paulo ao festival de Arte Negra. *Correio do Amanhã*, Rio de Janeiro, 2º caderno, n. 22547, 5 de out. 1966. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=75397&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acessado em: 09 de jun. de 2023. Ver também: GRUNEWALD, José Lino. Heitor: Prazeres do Samba. *Correio do Amanhã*, Rio de Janeiro, 2º caderno, n. 22547, 5 de out. 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=75397&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acessado em: 09 de jun. de 2023.

PRAZERES, Heitor dos. Registro de nascimento.

¹¹ PRAZERES, Heitor dos. Registro de nascimento; Registro Civil 1829-2012, Registro de nascimento [de] Heitor dos Prazeres, Certificado 564, p. 90-91 (Registro em 02 jul. 1902), Rio de Janeiro, RJ. 1902. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6749-12X?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A794T-9LPZ&action=view>. Acessado em: 19 de jul. de 2024.

¹² A transcrição foi realizada por Natan Perroux da Silva a partir da escuta atenciosa da Fita 184 gravada na década de 1960 e disponibilizada pelo Museu da Imagem e do Som. Quando proponho a sequência entrevistador 1, 2 e 3, penso que a ordem provavelmente deve ter sido essa: Ilmar de Carvalho (1), Ary Vasconcelos (2) e Juvenal Portela (3). Além disso, utilizo de colchetes como forma mais apropriada para não enfatizar determinados momentos da escuta e as possíveis maneiras que o entrevistado tentou proferir, sem que houvesse tantas correções, com o propósito de manter parte da essência do “erro” de fala em virtude da memória de um dado cotidiano.



Figura 1 – Heitor no Correio do Amanhã (RJ)¹³

Sua relação religiosa com o cristianismo nos mostra como algo interessante de ser analisado, sobretudo por conta que há um amálgama com outras culturas, tal que o mesmo frequentou terreiros, durante a infância, em que havia as religiosidades de matrizes africanas. Posteriormente, entraremos nesse assunto que aborda sobre a dimensão educacional no que concerne a infância desse sambista. *A priori*, cabe ressaltar que Heitor, aparentemente, foi batizado no dia 22 de agosto de 1902¹⁴ na Igreja de Santa Rita¹⁵ (intitulada atualmente como

¹³ Notícia homenageando Heitor dos Prazeres no Correio do Amanhã, em 5 de outubro de 1966. Fonte: *Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional (BN)*. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=75397&url=http://memoria.bn.br/docreader#

¹⁴ PRAZERES, Heitor dos. Registros da Igreja Católica, 1616-1980; Registro de batismo [de] Heitor dos Prazeres, Santa Rita de Cássia, p. 109 (Registro em 22 ago. 1902), Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-R89F-4D?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6X8J-2RX9&action=view>. Acesso em: 19 jul. 2024.

¹⁵ Podemos apontar de forma curiosa e coincidente que a igreja em que Heitor dos Prazeres foi batizado tem uma história colonial e imperial brasileira ligada ao Cemitério dos Pretos Novos, cujo sítio se encontra no atual bairro da Gamboa. Essa mesma igreja (durante os sécs. XVIII e XIX) era a responsável pelo cuidado do cemitério onde havia a inumação dos corpos das pessoas negras – muitas oriundas dos povos bantos – já mortas e moribundas que posteriormente faleceram durante o percurso dos navios, as quais vinham do continente africano por conta do tráfico de escravos para serem vendidas no comércio de almas. Durante a realização da minha monografia, fiz investigações sobre a educação patrimonial do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), cuja instituição é responsável pelo sítio arqueológico do Cemitério. No caso, entrei em contato com a história do lugar, o qual me fez e faz refletir, até mesmo diante da história de Heitor dos Prazeres, acerca de como a igreja tinha e tem um papel social e cultural sobre a vida dos sujeitos no decorrer dos séculos, principalmente no que concernem as relações sociais e a simbologia de ter um batismo. Como esse elemento e ação (o batismo) se perpetuou no decorrer do tempo e do espaço. A Igreja onde Heitor se batizou tem um lugar no tempo e na história que remonta ao período da escravidão e as incumbências que tinha, sobretudo com a vinculação com o Estado (o Império), no tocante a vida e a morte e a integração e dinâmica social dos sujeitos históricos com as sociedades das épocas. De acordo com o historiador Julio Cesar Medeiros da Silva Pereira (2014), os escravos, no porto, quando partiam do continente africano, eram batizados. Logo, a cosmogonia dos europeus tinha como perspectiva que o batismo era

Matriz de Santa Rita), que fica localizado no Largo de Santa Rita, no centro da cidade do Rio, com direção a atual Avenida Rio Branco, dando indícios da relevância de estar concatenada à religião cristã.

O documento de batismo, disponível no site *Family Search*, cuja instituição teve acesso aos cartórios da cidade do Rio e foi responsável pelas digitalizações tanto do registro de batismo quanto de nascimento e dos casamentos de Heitor dos Prazeres, mostra e descreve que ele recebeu o batismo na *Matriz* (possível abreviação para Matriz de Santa Rita de Cássia), que aparentemente é pontuado no site que a igreja é a de Santa Rita de Cássia.

Ainda no que tange a data de nascimento de Heitor, observo como um enigma não decifrável, ou melhor, ainda não há afirmações, mas há hipóteses, porquanto as investigações realizadas até o momento não evidenciaram qual seria as razões, os motivos ou as circunstâncias que levaram o pai de Heitor (Eduardo dos Prazeres) a registrar seu filho posteriormente. O sambista não declara o motivo ou as razões pelas quais seu pai o registrou posteriormente. O mesmo até diz que é oriundo da Praça Onze, da Rua Presidente Barroso – aliás, é uma rua que se localiza atrás do atual Sambódromo. No caso, questionei-me, diversas vezes, acerca disso: Por quê? Quais os contextos históricos? Para que registrar posteriormente? Havia ausência de cartórios que levou o pai de Heitor a registrar depois? Mediante a isso, algumas hipóteses foram levantadas.

A primeira é que o Eduardo dos Prazeres, pai de Heitor, ao entrar na Brigada Policial, talvez com a patente de praça e como músico da banda, e para ter os registros em dia, conforme se intensificou, possivelmente, com as demandas legislativas pelo incentivo do Estado, no início republicano, registrou seu filho no decorrer daquele ano. Outra hipótese está atrelada à quantidade ínfima de cartórios na cidade do Rio de Janeiro. Algumas pesquisas na atualidade sugerem que havia poucos cartórios na cidade durante o século XIX e no limiar do séc. XX, levando, possivelmente, as pessoas a registrarem seus filhos em datas posteriores. Podemos salientar que há muitos equívocos nos registros de nascimento dos brasileiros durante o século XX, sobretudo com datas, como números do dia, mês e ano, sem deixar de contar com os esquecimentos dos pais com relação aos nomes e datas, e até mesmo equívocos dos funcionários dos cartórios, mostrando algo até mesmo corriqueiro no cotidiano brasileiro.

como um meio para alcançar a salvação e ir para um determinado além. Ademais, o paralelo histórico do cemitério, que se situava no Valongo, atuais bairros da Gamboa e Saúde, traz indício da cultura banto, a qual está ligada diretamente ao samba. Possivelmente Heitor tenha bebido e sido influenciado por essa cultura no decorrer da sua vida. Logo, a vinculação simbólica, social e com algo coincidente são intrigantes.

Claro que essas suposições não são os cerne centrais dessa pesquisa. Porém, cabem e valem ser mencionadas em função da trajetória de vida desse compositor e da investigação histórica, ou seja, são formas que podemos seguir os indícios e imaginar as possibilidades no transpassar da vida de um sujeito e a elaboração da pesquisa através das reminiscências deixadas.

Para Heitor, provavelmente realizar comemorações em duas datas tende a ser algo relacionado ao mundo das simbologias e significações da vida, promovendo novas memórias, tal que o mesmo não se questionou durante as entrevistas ou quis deixar explícito as causas dessas duas datas. Mas, ainda se torna algo curioso, até de certo modo misterioso.

Contudo, dando prosseguimento às nossas reflexões e relatos, Heitor se identifica como sambista, boêmio e carioca. Ou seja, o mesmo se reconhece e se identifica como sujeito pertencente ao Estado do Rio de Janeiro e principalmente vinculado à cidade do Rio, denotando que suas raízes são culturais e sociais. Ao se autodenominar como “sangue artista” nos evoca sua relação intrínseca com as artes plásticas e com o próprio samba, cujas carreiras fundamentam psicologicamente e culturalmente sua vida. Outros elementos são o boêmio e o sambista, cujos aspectos compõem essa órbita dessa pessoa a partir de elementos ligados às noites, aos carnavais, a uma cultura híbrida do europeu e do africano. Nesse sentido, cabe mencionar o trabalho do historiador Peter Burke, intitulado *Hibridismo Cultural* (2016, p. 35), que propõe a pensar sobre o amálgama e a miscelânea entre as culturas africanas e europeias nos carnavais, sobretudo de Florença, em que pode ser salientada a força e herança do Renascimento na produção artífice das fantasias e carros alegóricos, os quais prosseguiram até a atualidade. Os boêmios também tem uma relação com a Europa e com as dinâmicas socioculturais criadas no Brasil no decorrer do século XX, que tem como contexto a *Belle Époque* e as produções artísticas brasileiras. Aliás, Heitor se encontrava no contexto da *Belle Époque* durante a infância e parte da adolescência.

Por conseguinte, é interessante apontar que não são outros indivíduos que comentam sobre a personalidade e subjetividade do sambista, mas o próprio Heitor que se identifica, trazendo uma abordagem autobiográfica e suscita, por meio da oralidade, a construção social da memória, tal que cita sua criação e origem da “gema carioca”, da própria cidade do Rio, proporcionando e elencando os elementos e aspectos da órbita identitária. Análogo a esses elementos autobiográficos destacados por Heitor, notamos nas pesquisas de Alexandra Lima da Silva, em *Jardim Secreto* (2021), as escritas que evocam o autorreconhecimento e a autobiografia, mostrando vozes grifadas que ecoam, delineiam e denotam as origens, as escritas

da liberdade e os *lugares secretos*. Cujos sentidos e sentimentos, mesmo em momentos diferentes e contextos distintos dos de Heitor, suscitam descrições de si, os quais são oriundos das diásporas, que também se vinculam aos saberes e aos conhecimentos passados culturalmente para o sambista que estamos investigando. Interessante e relevante mencionar que a historiadora investiga os escravizados e libertos entre os séculos XIX, nas Américas, os quais aprenderam a ler e escrever diante dos conflitos, das dores e dos sofrimentos. Podemos entrever a audiodescrição e o contar das histórias por meio do desejo, da vontade e da busca pela intelectualidade.

Esse embrião de sambista não saiu por um acaso, mas a partir de sua rede de sociabilidade e de sua convivência nos terreiros, nos botequins, nos jornaleiros, e em torno das ruas do centro da cidade do Rio. Ou seja, sua órbita educacional formou-se a partir de suas relações sociais nos espaços e lugares que representam as ruas, os terreiros e as casas em que frequentou. Em vista disso, podemos proferir que seus pais, Eduardo Alexandre dos Prazeres e Celestina Gonçalves foram os primeiros incentivadores e investidores educacionais. Nesse caso, saliento que a importância de Celestina, a mãe, e outras mulheres que fizeram parte da vida desse artista são primordiais para compreender a germinação do samba e a constituição educacional do mesmo¹⁶.

Assim sendo, cabe questionar quem foram Eduardo e Celestina. Com relação a Eduardo dos Prazeres, não foram encontrados a certidão de nascimento e a de óbito. Segundo o registro de nascimento de Heitor, ele era, no início do século XX, um *anspeçado* da Brigada Policial, cuja patente ou cargo militar tem a ver com o *praça*, que provavelmente remete à graduação de soldado no âmbito da Polícia Militar. Talvez fosse da Guarda Nacional. Heitor na entrevista ao MIS, em 1966, descreve como parte da Guarda Nacional e tinha como ocupação a música no serviço militar. O sambista relata:

Entrevistador 1: Heitor, nós gostaríamos de saber aqui o nome do seu pai e da sua mãe e a profissão.

Heitor: Meu pai chamava-se Eduardo dos Prazeres. Era músico, clarinetista. E tocava também caixa em banda de música. E em música militar. E era marceneiro. E são dessas profissões que eu herdei dele. Trabalhei muitos anos. Sustentei família na marcenaria. Ainda me julgo operário. Ainda se tiver necessidade ainda trabalho na marcenaria. Não é desonra nenhuma. Então, meu pai era marceneiro, era músico, tocava clarinete e caixa. Era músico da

¹⁶ Imagens de Heitor dos Prazeres junto de uma obra de arte. Ver: *Wikipédia*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Heitor_dos_Prazeres#/media/Ficheiro:Heitor_dos_Prazeres,_1961.tif. E segurando um cachimbo, provavelmente a parte de madeira do pincel e os óculos, junto de suas obras de arte ao fundo num aparente ateliê, ver em: *Blog Grafitti Artes*. Disponível em: <https://blog.grafittiartes.com.br/da-praca-onze-para-o-mundo-conheca-historia-de-heitor-dos-prazeres/>.

polícia. Era da famosa e tradicional guarda nacional. (MIS, ENTREVISTA HEITOR DOS PRAZERES, 1966, CD 184, f.1-2)

Pelo que podemos compreender é que, provavelmente, sabia tocar clarinete e foi um músico de caixa¹⁷ que fazia parte da banda militar da Guarda Nacional. Sem deixar de mencionar que era um marceneiro, que trabalhava com madeira, cuja profissão Heitor diz que herdou, pois o mesmo aprendeu e exerceu tal trabalho em certos momentos da vida. Podemos assinalar que tal ocupação está atrelada ao que considerou como sustento financeiro e, possivelmente, foi relevante para contribuir na profissão desse artista. Enfim, entrevê-se que Eduardo, possivelmente, tenha falecido no início do século XX. É declarado na entrevista que faleceu quando Heitor era muito novo. Heitor nos conta: “E chegou ao ponto de um dia meu tio, que era [se tornou] praticamente meu pai de criação. Meu pai [biológico] morreu muito cedo” (MIS, 1966, grifos meus).

A mãe de Heitor, cujo nome completo é Celestina Gonçalves Martins, era uma costureira e frequentadora da casa e do terreiro da Tia Ciata. Seu “nome de guerra”, nos locais indicados, era *Celi*, cuja nomenclatura era utilizada para designar um apelido próximo dos grupos sociais que ali se encontravam. Aparentemente, podemos notar que ela foi responsável por incentivar e levar o filho e os demais da família para frequentar os espaços mencionados. Saliento que Celestina é uma figura e personalidade importante na vida de Heitor, mesmo que ele não enfatize tanto isso em sua trajetória de vida. Algumas falas e posicionamentos desse sambista no tocante a sua mãe e as demais mulheres, que permearam seu cotidiano de aprendizagem, são mostradas de forma curta e pontual. À vista disso, podemos mencionar algumas outras partes da entrevista que aborda sobre Celestina:

Entrevistador 1: E a sua mãe era doméstica?

Heitor: Minha mãe era doméstica. Costureira.

Entrevistador: Costurava para fora?

Heitor: Costurava para fora.

Entrevistador: Também obtinha rendimentos disso?

Heitor: Não. Rendimento quase nenhum. Era para ter uma profissaozinha para dizer que não... [Interrompido, porque alguém está questionando qual é o nome da mãe de Heitor no fundo do local]

Entrevistador: Como?

Heitor: Celestina. Celestina. Minha mãe era conhecida na casa da Tia Ciata como Cilí, nome de guerra; Cilí.

Entrevistador: [Seus pais] eram cariocas? E descendentes de cariocas?

Heitor: Cariocas. Descendência de baianos. (MIS, ENTREVISTA HEITOR DOS PRAZERES, 1966, 1966, CD 184, f.1-2)

¹⁷ Caixa é um instrumento musical de percussão, encontrado, por exemplo, na bateria.

Pontuo, primeiramente, que no relato anterior, quando o sambista aborda sobre o pai, foi argumentado que sustentou a família e em seguida aponta a profissão da mãe como algo pormenorizado, de pouquíssimo rendimento. Ele vai dizer que não, mas a frase “rendimento quase nenhum” não anula a probabilidade que exercia ação nos rendimentos. O que está em questão é o contexto social e histórico em que se encontra a pessoa de Heitor. Ou seja, não o afasta da perspectiva que aparentemente se aproxima do patriarcalismo e da predominância de um homem ter a responsabilidade de sustentar a casa. Provavelmente, os espaços e lugares em que habitou e frequentou, junto de um imaginário social, fez com que reforçasse o viés patriarcal e a ideia de responsabilidade por parte do homem, sobretudo diante de um capitalismo que propusesse e incutisse na sociedade em que se encontrava nos períodos das fases da infância, adolescência e adulta.

O que está sendo posto nessa reflexão não são presunções no sentido pejorativo da pessoa do sambista e tampouco inferiorizar ou deteriorar as memórias do mesmo. Na verdade, está sendo discutidas e analisadas as argumentações, cujos relatos demonstram ser um tanto quanto problemáticos no sentido de um possível “silenciamento” e de uma valorização substancial do papel masculino, pois na maioria das falas de Heitor nos enxertos suscitados é possível perceber a imagem do homem como um provedor, alguém que fica responsável pela administração, pela gerência familiar e por desbravar um mundo de conflitos e dificuldades.

Talvez, quando Heitor diz sobre o trabalho de costureira da mãe, até tende direcionar para a problemática da vadiagem – que era assídua na época – como forma de que homens e mulheres negras tenderiam a usar um subterfúgio e ter que exercer alguma função técnica e trabalhista na sociedade. No entanto, suas falas não reduzem a substancial quantidade de vezes que citam a presença, o papel e a geração de homens que foram relevantes para colaborar no desenvolvimento do samba e no sustento de sua família.

Em vista disso, questiono a partir da fonte oral que é apresentada, quais são os relatos do sambista, onde estão as mulheres que faziam parte das rodas de samba? Onde está a participação delas na formação e na preservação da memória do samba? Onde estão, talvez, as letras autorais criadas pelas mesmas? O que realizavam no dia a dia para o desenvolvimento intelectual e social? Quem eram elas, independente se participavam ou não das rodas de samba? Quem eram as costureiras? Quem foram as irmãs de Heitor e filhas de Eduardo e Celestina? Logo, se deve expor o cuidado que os pesquisadores em história, precipuamente da educação, devem ter diante dos documentos e do preciosismo que às vezes são impostos na interpretação

das narrativas dos indivíduos estudados, ou melhor, as expectativas que são instituídas, isso diante das ações do sujeito estudado, pondo-o como alguém intocável, heroico e sem problemas, ou que parte somente dele as ações e produções intelectuais. No caso, não se deve impor juízos de valores e preciosismos, mesmo que isso ocorra indiretamente ou diretamente, consciente ou inconscientemente, mas necessário é estranhar, questionar, problematizar e refletir de forma que se percebam as possibilidades históricas e que se possa pensar sobre a construção da(s) memória(s) que emanam dos documentos e salientar sobre os elementos e aspectos envolvidos de um determinado relato ou produção histórica e sociocultural. Assim, quando observamos as narrativas de Heitor, devemos trazer à tona as mulheres que o cercaram e quais foram os papéis, agências e funções socioculturais e históricas que exerceram, a fim de que possamos entender determinada realidade e dimensão e assinalar quais são e eram as dinâmicas que estavam presentes naqueles contextos suscitados.

O que Heitor viveu em sua vida e com as pessoas com quem conviveu nos mostram como parte relevante e fundamental de sua formação educacional como sambista, pois foi a partir dos esforços e intervenções de Celestina, mesmo que pelo olhar de Heitor o seu trabalho não fosse o total dos rendimentos e recursos financeiros para suprir todas as necessidades e que fosse por questão de ter alguma espécie de ocupação, podemos entrever que de alguma maneira culminou na organização dos eventos históricos que ocorreram na vida do filho, assim como possíveis aprendizagens fossem emanadas. Ademais, podemos sinalizar que o que aconteceu na casa da Tia Ciata também delineia os incentivos e denota os indícios que são essenciais para compreender a pessoa desse artista plástico e as reminiscências do passado que contribuíram na formação humana do mesmo.

Interessante mencionar que ele realizava trabalhos manuais voltados para a costura, pois trabalhou como alfaiate. Contudo, não podemos anular a ideia de que possa ter aprendido algo com sua mãe Celestina. À vista disso, sinalemos para o Theatro Municipal de São Paulo, que organizou um índice e acervo de fontes, catalogando-as online, a fim de aludir aos eventos modernistas do Centenário da Semana de Artes Moderna de 1922. Heitor, aparentemente, é apontado no índice como a pessoa que preparou um traje com babado de cores branco e azul para o espetáculo denominado *O Guarda-Chuva*¹⁸.

¹⁸ ÍNDICE DE FONTES: vestígios da semana de 22 no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. *Acervo Theatro Municipal de São Paulo*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo e Conselho Estadual de Cultura, p. 90, figura 11. Disponível em: https://theatromunicipal.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Indice_de_Fontes_Vestigios-da-Semana-de-22.pdf. Acessado em: 19 jul. 2024.

Ao mesmo tempo em que os seres humanos são individuais, também são coletivos. O antropólogo Clifford Geertz (1989) faz menção disso assinalando a composição e o arcabouço social, educacional e cultural desenvolvidos pela agência das pessoas dentro da coletividade, não excluindo a individualidade, o desejo próprio e o autodidatismo, que são produzidos e emanados a partir ação subjetiva. Em outras palavras, quando se observa as histórias cotidianas dos seres humanos, percebemos que além de promoverem métodos, aprendem coletivamente, havendo por trás disso um enredo de acontecimentos, pensamentos e da circularidade cultural que mostram que existem pessoas que auxiliam e contribuem para o desenvolvimento formativo, social, cultural e cognitivo da subjetividade. A individualidade e a coletividade se encontram e compartilham a mesma esfera e dialogam constantemente.

Quando contemplamos os cotidianos de intelectuais negros como Manoel Quirino, Machado de Assis e Lima Barreto, por exemplo, cujas pesquisas que foram realizadas notamos a presença de pessoa que colaboraram em suas jornadas de vida e em suas formações educacionais. No caso, compreendemos, sobretudo, que há a presença de mulheres nas vidas dos mesmos, que remontam uma memória social e histórica que foram altamente importantes para a elaboração intelectual desses sujeitos. Nesse sentido, pontuo que as mulheres também têm seus protagonismos e tem agência ativa e não passiva na formação intelectual de Heitor dos Prazeres, pois além de direcionar o caminho do mesmo, também foram incumbidas de constituir, acompanhar e exercer ações que culminaram nesse caminho poético, intelectual e artístico.

Enfatizo que Celestina, assim como outras mulheres, tiveram, certamente, papel ativo na história do sujeito estudado, principalmente na infância. Em outras palavras, é possível entender que essa coletividade de mulheres influenciou na composição educacional e cultural de Heitor. Chamo atenção também para as pastoras Lurdes, Tânia, Madalena e Lola, as quais se encontravam na entrevista do MIS, junto de Heitor, cantando em certos momentos.

No caso, indico previamente que há poucas informações tanto sobre as pastoras quanto sobre a mãe de Heitor. Ou seja, ainda existem muitas lacunas, não dando muitos indícios no que concerne à trajetória de vida e, principalmente, educacional da mesma. Por isso que tais incertezas nos trazem mais questionamentos e incentivos a procurar por vestígios que ainda não foram encontrados. O que se sabe, até o momento, parte de informações pinceladas que constam em fontes como entrevista, alguns periódicos, certidões de óbito, casamento e nascimento que tem relação e chamam atenção propriamente para Heitor.

Torna-se interessante apontar que Celestina teve filhas, que se chamavam: Iracy dos Prazeres Gomes e Acirema Gonçalves – aliás, as certidões de nascimento dessas mulheres, assim como uma notícia do jornal *O Globo*, de setembro de 1966, cuja manchete relatava sobre a morte de Heitor, que ocorreu em 4 de Setembro, sem deixar de contar com a entrevista concedida ao MIS antes do falecimento, vão de encontro à existência das mesmas, reforçando os testemunhos de Heitor e a potencialidade, certamente, da utilização da história oral e da história cultural. A seguir parte da entrevista que aponta sobre isso que foi tangenciado:

Entrevistador 1: Heitor, pode me dizer se tinha irmãos e parentes também são músicos?

Heitor: Não. Tenho só duas irmãs. Também eram costureiras.

Entrevistador: mais velhas?

Heitor: Mais velhas.

Entrevistador: Cariocas?

Heitor: Cariocas.

Entrevistador: Os nomes?

Heitor: Acirema. E a outra abaixo de mim, Iracy.

Entrevistador: Vivas? Casadas? Aqui no Rio?

Heitor: Vivas. Casadas. Aqui no Rio. (*MIS, ENTREVISTA DE HEITOR DOS PRAZERES*, 1966, CD 184, f.1-2, grifos meus)

Podemos perceber que a forma lacunar de fontes que tratam sobre as mulheres também deve ser levada em conta nas investigações, pois mostra que houve poucas produções de documentos escritos, de iconografias e de outras documentações que pudessem constar mais reminiscências do passado. Além disso, podemos apontar acerca das diferenças entre as classes sociais, que, por um lado, a elite, de certa forma e relativamente falando, possui mais documentos que constam informações em demasia em certos casos e momentos. Isso chama atenção quanto ao acesso da formação escolar, da alfabetização e do acesso ao *capital econômico, cultural e social* – fazendo alusão a Pierre Bourdieu (2007), enquanto que as populações negras ficaram à margem da educação no Brasil durante os séculos, tendo acesso limitado a esses âmbitos e salientando as desigualdades que existiam e a ainda existem. Não se pode desatrelar a produção de artefatos e documentações aos contextos sociais, educacionais, culturais e econômicos, porquanto numa investigação histórica nota-se que quanto mais recursos financeiros, acesso à educação e maiores posições hierárquicas na sociedade pode haver mais possibilidades históricas de aparecer produções escritas e dentre outros vestígios que possam promover mais compreensões.

As argumentações de Heitor dos Prazeres, de maneira geral, tanto a que foi apresentada recentemente, quanto as anteriores, não representam mentiras ou verdades absolutas. No

entanto, são oralidades e construções de memórias relevantes que afluem para o desenvolvimento da identidade do sujeito e vão de encontro à organização da órbita em que os elementos socioculturais estão voltados para o cotidiano. A memória investida em suas muitas camadas é algo volátil, variável, construído e moldável. Entretanto, não significa que deve ser negligenciada. E não deve ser posta em um lugar que pareça que é mais verossímil e mais relevante do que outra, tal como, por exemplo, os historiadores do século XIX pensavam e construíram esse rito – aliás, ainda há permanências dessa perspectiva por parte de alguns pesquisadores.

Contudo, podemos aludir um recente artigo de Lurian José Reis da Silva Lima e de Ana Tereza Reis da Silva (2022, p. 3-4), intitulada *Trajetórias Formativas de Musicistas Negros no Pós-Abolição (1890-1930)*, que ao trabalhar com a série de entrevistas de músicos e musicistas do samba gravadas pelo MIS entre as décadas de 1960 e 1970, sobretudo a partir das transcrições realizadas pelos pesquisadores, desalinha de tal pensamento mencionado antes e salienta que, quando utilizado das fontes da história oral e da história cultural, as memórias dos sambistas por meio da oralidade expõem a relevância das muitas possibilidades de compreender a maneira que lidavam com suas experiências do passado, tanto individuais quanto coletivas, e como se autorreconhecem e afirmam sua subjetividade. Dentre os fragmentos de relatos, podemos encontrar os músicos e musicistas estudados por esses pesquisadores: Pixinguinha, Heitor dos Prazeres, João da Baiana e Donga (contemporâneos de Heitor), Carlos Cachaca, Zé Keti, Dona Zica e entre outros.

As investigações apontaram para narrativas que são consonantes às trajetórias. Interessante que as dores, as conquistas e as metodologias educacionais engendradas podem ser contempladas. Nesse sentido, dialogo com essa pesquisa mostrando que os sentidos encontrados por Heitor, assim como as dores e conquistas, as leituras de mundo que teve a partir de suas músicas e artes, que remontam as paisagens que constituem e emanam parte da dinâmica que as populações negras passaram na época e evidenciam como as estratégias e elaborações para romper com a barragem da estrutura social, a fim de dirimir os conflitos, os preconceitos, o racismo e com a hierarquia social. Sendo assim, notamos a presença dos traços educacionais de Heitor, para ascender socialmente, partindo essencialmente e precipuamente de cotidianos, em que aparecem culturas e movimentos africanos e brasileiros, e de uma educação escolar não tão profunda que está entrelaçada a uma linha fina, tênue e superficial.

Alguns desses cotidianos podem ser aludidos a partir da casa de Tia Ciata e do terreiro dela entre o final do século XIX e o limiar do século XX, provável que tangencie o período

Pós-Abolição. Heitor desde criança frequentava e respirava esses espaços que eram transpassados pelas culturas africanas, em que pode ser percebida a presença de instrumentos, musicalidade, letras, oralidade, danças e religiosidade. A musicalidade faz parte da essência humana desde os tempos da antiguidade, ou seja, em distintos povos nos remotos períodos da história. No entanto, observamos de maneira substancial a presença de instrumentos, da oralidade e da musicalidade dos povos africanos no influxo da cultura brasileira, sobretudo com os movimentos das diásporas. Isso está ligado ao movimento migratório ligado ao tráfico de escravos, em que estudos como os de Manolo Florentino (1995)¹⁹, Mary Karasch (2000) e Júlio César Medeiros da Silva Pereira (2014) destacam o aumento demográfico, coincidindo com a circularidade cultural. No século XIX, por exemplo, encontramos nas imagens de pintores da época, como, por exemplo, de Jean-Baptiste Debret e de Hildebrant, detalhes de instrumentos musicais no cotidiano, tanto em cerimônias e festas quanto em eventos de sepultamentos. Segundo o trabalho do historiador João José Reis (1991)²⁰, as populações de libertos e escravizados durante os enterros tocavam alguns instrumentos musicais. O título da obra desse historiador, *A morte é uma festa*, deixa alguns traços da continuidade da vida após a ida para o além por meio da cosmopercepção dos povos africanos, demonstrando que há elementos da celebração através da musicalidade. Consequentemente, podemos perceber nos relatos do cronista João do Rio (2008, p. 111) a presença de músicos ambulantes no cotidiano carioca do século XX. Ou seja, essa dimensão musical perpetuou-se com o passar do tempo e do espaço, principalmente com as populações africanas que vieram por meio do tráfico de *almas*²¹. Nesse sentido, a inserção desses aspectos que proporcionaram as bases do samba e a continuidade do samba no século XX, tendo um adentrar e uma aceitação nas distintas classes sociais, como no caso da elite brasileira, também podem ser contemplados nas obras do artista plástico Heitor dos Prazeres. Não podemos deixar de contar que as declarações de Heitor ao MIS também fazem menção à aprendizagem da musicalidade na casa de Tia Ciata, tal como é apontado a seguir:

¹⁹ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

²⁰ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

²¹ A partir desses pontos nos aprofundaremos ulteriormente, mais especificamente no capítulo 3, que daremos atenção a história do samba visualizada a partir das obras de Heitor e as heranças deixadas por Hilário Jovino Ferreira.

Entrevistador 3 do MIS: Heitor, eu tinha uma pergunta já assim dentro do terreno prático das suas atividades como sambista. Que época você pudesse situar e de que maneira você começou a ter contato com os chamados bambas da época. Aqueles de vida desequilibrada que pendiam para as primeiras manifestações do samba.

Heitor dos Prazeres: À época que eu comecei a ter contato com essa gente, justamente na época que meus pais me levavam. Por exemplo, meu tio, que era o famoso Lulu de Ouro. Não sei se vocês conhecem. Não sei se o João da Baiana teve a oportunidade de falar, porque devia ter falado, quando ele fala de samba, devia falar no Lulu de Ouro e no Marinho que toca.

Entrevistador: Você poderia nos dar uma dissertação sobre ele?

Heitor: Arinho que toca, era o pai do finado Abo, sambista. Nessa época, era a época da reunião da casa da Tia Ciata. Lá na casa da tia Ciata era um ambiente recreativo, digamos como um quartel general dos foliões. Então eu já acompanhava meus pais que iam para lá. Eram os bambas daquele tempo, que era o Arinho que toca [ou Arin que toca], era o Lulu de Ouro, que era o Hilário, que foi um dos criadores aqui no Rio de Janeiro dos ranchos de samba, Lulu de Ouro. Eu estava sempre em contato com essa gente. E lá então apareciam as celebridades. E eu que tinha esse espírito dessa coisa. Eu, Donga, Caninha, nós éramos fundamental [fundamentais], éramos um dos rapazinhos, dos garotos que lá era atração, que tínhamos contato e que já cantava. Crianças naquele tempo não compartilhavam em festas dos mais velhos, mas quando tinha uma qualidadezinha qualquer, então coincidia.

(MIS, *ENTREVISTA DE HEITOR DOS PRAZERES*, 1966, CD 184, f.1-2)

Analisando parte por parte, observamos num primeiro momento a importância dos pais de Heitor, os quais podem ser considerados os incentivadores iniciais, levando o filho para os locais que tinha o samba em prol da construção educacional. Tendo vista disso, é destacado por Heitor a figura dos “bambas”, os ditos foliões da época. Entre eles podemos encontrar Hilário Jovino Ferreira, um dos primeiros sambistas a propor novos elementos para a organização do carnaval, a plantar as sementes que floresceram e desenvolveram as escolas de samba e a elaborar os adornos e movimentos pertinentes ao que conhecemos na atualidade como desfile. No caso, iremos refletir posteriormente sobre isso e descrever a caminhada de Hilário.

Aparentemente, o que pode ser visualizado é que esses foliões eram indivíduos altamente conhecidos e reconhecidos na comunidade do samba e pelos grupos sociais da conhecida “Pequena África”, dos arredores da Cidade Nova, e pelas pessoas que participavam das festas nos clubes e nos bailes do Centro da Cidade do Rio. Eles fizeram parte do desenvolvimento da musicalidade e dos aparatos que também fundamentaram as bases do samba. É relatado pelo artista plástico Heitor que, quando era criança, aprendia música, a cantar as primeiras letras e iniciava os primeiros passos rítmicos diante da presença dos mesmos. Ou seja, observamos um letramento e até uma possibilidade de alfabetização. Lembremos que com a invenção da imprensa e a publicação de obras literárias, de panfletos e jornais, durante os

séculos XVI ao XIX, as leituras em voz alta e as leituras em grupo foram importantes para o desenvolvimento da escrita tanto entre os europeus quanto entre os africanos durante o processo das diásporas. Não estamos afirmando um acontecimento, mas assinalando para ter atenção às possibilidades históricas. Nesse sentido, proponho pensar que as letras de samba por meio da música e essa força potente da oralidade possivelmente tenha influenciado Heitor. Lima e Silva (2022) realizam um questionamento muito importante e pertinente para substancializar nossa discussão, que é:

Sendo a consciência racial elemento caro à obra pictórica e musical de Heitor dos Prazeres, e em face de seu contato com movimentos negros do Brasil e da África, parece improvável que ele não entendesse – ainda que não diga explicitamente – que o motivo de suas expulsões fosse menos as bolinhas de meia do que o corpo da criança que brincava com ela. O que aconteceria se ele, ou João, ou outro colega de sua cor, resolvesse puxar um verso, um ponto ou batucar no intervalo das aulas? (LIMA & SILVA, 2022, p. 8)

Essa pergunta está relacionada à referente fala de Heitor concedida ao MIS:

Meus primeiros estudos foram em 261 escolas, porque cada dia era numa escola que eu era expulso. De forma que, quando parei um bocadinho mais foi no Externato Souza Aguiar, no Colégio São Sebastião, na Benjamin Constant, que era na Praça XI. Tive no colégio da rua de Santana, o Colégio dos Padres, onde eu fui expulso por causa de uma bolazinha de meia, porque futebol naquele tempo era vagabundagem. E o lugar que eu parei mais foi o Externato Souza Aguiar, que lá eu gostava mais porque ali aprendi a profissão, eu era doido pra fazer qualquer coisa, aprendi a profissão de torneiro lá na Rua do Lavradio (Heitor dos Prazeres, 1966, CD 184, f. 1-2 apud LIMA & SILVA, 2022, p. 8).

Entrevemos de forma aparente na indagação e nos relatos que Heitor, mesmo tendo passado por uma educação escolar e podendo frequentar escolas durante a infância, tem certamente seus indícios de aprendizagem a partir das rodas de samba, da casa da Tia Ciata, dos terreiros, das ruas por onde andava, tal que os autores citados fazem menção da dimensão das letras de samba e dos batuques, dos ritmos que foram ensinados, mostrando que o elemento cultura – cuja partícula rítmica, musical e artística se mostra perseguida, assim como é vinculada à cor de pele e traz à tona a ideia da racialização daquele período – remonta que o sambista possuía aprendizagens, saberes e conhecimentos a partir da rede de sociabilidade. Isso nos deixa mais próximo da ideia que a dimensão educacional nos laços familiares e de amizades, assim como frequentar espaços e lugares com outros pares, proporcionou pontes para as primeiras letras, para construir e organizar cognitivamente a intelectualidade de Heitor.

Estamos diante de outro aspecto que é o futebol, uma brincadeira naquele contexto que era de criança numa escola católica, tal como é citado. No entanto, cabe questionar: será que a brincadeira num lugar de rigidez e rigor, como se espera das escolas católicas, pudesse, talvez, ter esse efeito de expulsão? Talvez sim, talvez não. Ou foi por conta da cor de pele de Heitor que gerou a exclusão? As indagações dos pesquisadores não podem ser anuladas e tampouco os indícios apontados por eles no que condiz com a trivialidade da exclusão dos meninos negros ligados ao campo pejorativo, pois, mesmo que o futebol não tivesse a mesma potência mundial que existe na atualidade, era um esporte ainda não articulado ao gosto cultural da época, e o racismo também era corrente (e ainda é na atualidade).

Nessa perspectiva, estamos tentando visualizar através dos prismas que têm relação com o estabelecimento da educação e das habilidades de Heitor a partir de suas convivências sociais, sabendo que a educação oficial perpassou de forma tênue. Claro que essa outra dimensão oficial também foi importante, por um lado, mas, por outro, não se torna a totalidade e nem a preponderância, tal que Heitor não conseguiu completar o primário e muito menos o profissional. Lima e Silva (2022, p. 4-5), ao levantarem um quadro estatístico e informativo, assinalaram uma porcentagem de músicos entrevistados (24 no total). Entre eles temos Heitor dos Prazeres. Ademais, a pesquisa mostra que 55% não havia terminado o Primário, somente 16, enquanto que 6% (3, três dos e das musicistas) tiveram ligeiras passagens pelas instituições escolares e 5% nunca frequentou uma instituição escolar, que é o caso de Dona Zica. Ou seja, ao que tudo indica, e sabendo que Heitor se encaixaria no percentual de passagens curtas pela escola, estamos perante um sujeito que possui um autodidatismo e uma essência educacional enraizada nas práticas culturais e sociais das comunidades e dos movimentos africanos e brasileiros, os quais propuseram os alicerces intelectuais do mesmo.

Em um momento anterior, sinalizamos rapidamente no tocante às desigualdades e aos obstáculos do acesso à educação. Podemos enfatizar que por parte da população negra no Brasil isso se torna evidente. Isto é, a desigualdade na educação é visível com relação à população negra no Brasil durante o século XX. Claro que ainda há dificuldades de saber os valores exatos dessa desigualdade na primeira parcela do século mencionado, cuja imprecisão se deve a escassez de dados. No entanto, podemos ter uma imagem dessa desigualdade racial na segunda metade do séc. XX, ao observar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/ PNAD) do ano de 1976. À vista disso, Gonzales e Hasenbalg (1982, p. 92) proferem que:

Considerando-se as pessoas de cinco anos ou mais na data de referência, a proporção de analfabetos entre não brancos (40%) é quase o dobro da dos brancos. O grau de desigualdade educacional experimentado por pretos e pardos aumenta rapidamente quando são considerados os níveis mais altos de instrução. O grupo branco tem uma oportunidade 1,55 vezes maior que os não brancos de completar entre 5 e 8 anos de estudo e uma oportunidade 3,5 vezes maior de cursar 9 ou mais anos de estudo.

Em outras palavras, podemos compreender que havia muitas dificuldades e muitos problemas, havia relações de poder e a não inclusão social das pessoas negras, sobretudo no que condiz com a entrada no processo educacional. Na verdade, havia e ainda existe uma estrutura sociocultural no Brasil que se fundamentou no racismo estrutural e conjuntural, que marginalizou os grupos sociais negros, não os incluindo às instituições de maneira similar aos brancos, dando menos valor aos mesmos e não proporcionando acessos às demais instâncias sociais que seriam pertinentes ao direito à cidadania. Muitos desses grupos, entre suas coletividades e particularidades, tiveram que conquistar e dirimir com os efeitos nefastos da segregação, dos empecilhos, da exclusão e dos preconceitos. No entanto, não significa, de forma generalizada, que nenhuma pessoa negra tinha acesso à educação e que a exclusão e as dificuldades de acesso dos músicos negros impedissem com que os mesmos tivessem habilidades ou tomassem por si iniciativas educacionais no século XX. Consoante a isso, Lima e Silva (2022, p. 6) destacam que:

Assim, mesmo os que tiveram experiências escolares decisivamente marcadas pela exclusão, dificuldade de acesso e permanência revelam, por meio de suas trajetórias, o papel estratégico que a educação – em sentido mais amplo – cumpriu em seus processos de mobilidade social. A iniciativa de educar-se, com ou sem o aval da instituição escolar, mostra-se um traço unificador de suas histórias.

Nesse sentido, podemos proferir que diante da desigualdade e dos desafios, Heitor, assim como outros musicistas, construiu seus caminhos educacionais por meio da sociabilidade e dos espaços e lugares. Ademais, pontuemos que necessariamente um espaço oficial e seu aval não são as únicas formas dos indivíduos poderem aprender a ler, escrever, engendrar críticas e reflexões, formular poesias, realizar obras de arte e desenhos, exercer composições musicais e produzir sentidos.

Antes de entramos na perspectiva e reflexão dos espaços e lugares de sociabilidade como partes relevantes para a dimensão educacional, podemos pincelar, brevemente, que Heitor

estudou em colégios de cunho católico e público²². O que sabemos sobre os colégios católicos em formas gerais é que alguns são, possivelmente, ligados às paróquias. Nos séculos XIX e XX houveram uma profusão de colégios católicos fundados na cidade do Rio de Janeiro, os quais exerceram papéis na educação. Entre as ações dessas instituições, percebemos a formação profissional, ou seja, formação técnica de alguma profissão; formação moral ligada aos aparatos religiosos; e o ensino em algumas áreas do conhecimento humano. Interessante apontar que as histórias dessas instituições escolares no Brasil estão, muitas das vezes, ligadas a movimentos, de um lado, por parte de pessoas de dentro da religiosidade cristã, inspiradas, talvez, por alguma missão ou para se lançar nesse âmbito a partir de iniciativas próprias. Aliás, podemos pontuar de forma aparente que existiram obstáculos para a instalação dessas instituições, e que os terrenos onde se instalaram, às vezes, eram doados pelos que seguiam a fé cristã. Por outro lado, por conta de algum efeito indireto da Igreja. Claro que esses pontos mencionados estão concatenados aos contextos históricos e sociais em suas distintas dimensões, havendo particularidades no tocante a constituição e instalação desses colégios católicos.

No que é consoante ao Colégio Benjamin Constant, sabemos que faz elo à história da Escola São Sebastião, cuja instituição escolar é de cunho público. Tal como indicam as pesquisas de Marcio Martins Costa Brigueiro (2015, p. 98)²³, em *As Escolas do Imperador (1870-1877)*, podemos compreender que a Escola São Sebastião, antes denominada Escola da Freguesia de Sant'Anna, foi fundada na Freguesia de Sant'Anna, num terreno na Praça Onze – cuja região foi o lócus central na trajetória de vida de Heitor, e inaugurada em 4 de agosto de 1872, tendo a pedra fundamental assentada em 07 de setembro de 1870 – durante o período Imperial. Pelo que conta o pesquisador, o edifício escolar foi o primeiro prédio de instrução primária do município da Corte e foi construído e mantido pela Câmara Municipal da Corte. Não foi o único desse período a ser construído. Brigueiro chama atenção para mais outros edifícios escolares (no caso, para oito escolas), que, aparentemente, formava uma espécie de “rede escolar”, conforme é assinalado nas pesquisas, e para o que está por trás dessas

²² Ainda não consegui localizar as fontes relacionadas às atividades de Heitor nesses colégios. Um trabalho um tanto quanto pernicioso e dificultoso, sobretudo por conta que a família do sambista na atualidade não tem posse de documentações escolares e há poucos recortes de jornais no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro que tratam sobre o Colégio Benjamin Constant, mas que também são muito difíceis de verificar de onde partiu a notícia, quem escreveu e por que escreveu. Tais informações são importantes para o trabalho na história, cujo campo se diferencia do jornalismo porque necessariamente não revelaria tais informações. Ademais, seria preciso também localizar os rastros das irmandades católicas e das paróquias concernentes aos colégios mencionados na entrevista, algo que tentei, mas sem efetivação no momento. Sendo assim, pontuo que por enquanto não há outros documentos, além das fontes orais apresentadas, relativos às atividades escolares de Heitor.

²³ BRIGUEIRO, Marcio Martins Costa. *As 'Escolas do Imperador' (1870-1877)*: Um capítulo fundamental das histórias da Educação Pública Carioca. In: Rio de Janeiro: histórias concisas de uma cidade de 450 anos. Secretaria Municipal de Educação. Rio de Janeiro: SME, 2015.

construções. Isto é, segundo ele, essas construções não podem ser consideradas um projeto nacional em prol da educação popular, pois alguns dos edifícios foram construídos com verbas particulares associadas com o do governo central e os demais com verbas de subscrição pública. Somente uma escola foi construída, propriamente, com a verba do governo central. Aparentemente, a educação no período imperial era delegada para outras instâncias do jogo social e econômico.

Os edifícios escolares são visualizados como arquiteturas simbólicas e monumentais, pois chamavam atenção para a política imperial. O contexto educacional desse período perpassa também pelas casas escolas, residências em que tinham possibilidade de proporcionar o ensino aos indivíduos. Porém, os prédios escolares se mostram como monumentos que marcam uma memória e a protuberância simbólica do neoclassicismo.

Posteriormente, com o advento da República, a Escola São Sebastião passa a se chamar de Colégio Benjamin Constant. Interessante que não é mera coincidência que foi intitulada como um dos militares daquele momento que fizeram parte da implantação do governo republicano. Provável que tal nomeação esteja relacionada ao aspecto de deixar de lado a memória imperial, a fim de dar novos ares ao governo que se emanava. O Colégio foi demolido na década de 1930, durante o período do regime de Vargas, por conta das reformas no Campo de Santana e na Av. Presidente Vargas, tendo suas atividades suspensas. O periódico *Correio da Manhã*, em 18 de janeiro de 1938²⁴, informou sobre esse evento na coluna de comunicados:

²⁴ ESCOLA BENJAMIN CONSTANT. *Correio do Amanhã*, Rio de Janeiro. 18 jan. 1938, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Escola%20S%c3%a3o%20Sebasti%c3%a3o%22&pagfis=44511 Acessado em: 20 jul. 2024.



Figura 2 – Coluna sobre Colégio Benjamin Constant²⁵

Figura SEQ Figura * ARABIC 1 - Heitor no Correio da Manhã (RJ)

Figura SEQ Figura * ARABIC 2 - Coluna sobre Colégio Benjamin Constant

Com relação à dimensão educacional do cotidiano e à casa escola, pode ser visualizado a partir da obra de Machado de Assis, intitulada como *Conto de Escola*, que foi publicada, em 1884, na Gazeta de Notícias. Posteriormente, em 1896, foi produzido em forma de livro. Esse intelectual traz à memória o que se passava nesses espaços educacionais na tenra idade. A moral, a aritmética e os castigos são marcantes na obra. Alessandra Schueler (1999), em *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*, faz alusão ao currículo na educação primária, buscando apresentar alguns saberes que eram ensinados, entre eles estão: a

²⁵ Imagem do periódico Correio da Manhã sobre a necessidade de escoamento do trânsito público que se relaciona a demolição da Escola Benjamin Constant. Fonte: *Biblioteca Nacional (BN)*. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%22Escola%20S%C3%A3o%20Sebasti%C3%A3o%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=44511

aritmética, a gramática, geometria, história, geografia pátrias e ensino religioso. No caso, os currículos variavam de escola para escola, sobretudo no que concerne às escolas para meninas e para meninos. Em doravante momento, as escolas mistas foram criadas.

A “profissionalização” também foi tomando espaço, isto é, no sentido de trabalho manual, como, por exemplo, de produção agrícola e industrial, voltado para um saber na esfera social e econômica, sobretudo no final do Império e início da República. Aparentemente, as autoridades, assim como o Estado, tinham receio quanto à vadiagem e a violência em decorrência do aumento demográfico, que está associado aos contextos do final do tráfico de escravos, das vindas dos viajantes, do Pós-abolição, da permutação política de governo etc. As crianças e os jovens estavam entre os receios das autoridades, pois muitos vagueavam pelas ruas, principalmente, da cidade do Rio de Janeiro, que era a capital do país. As ideias de “progresso” e “civilização”, no transpassar do processo, foram dando os lastros e as peças para montar o quebra-cabeça social, econômico e cultural. Ambos são distintos e podem ser interpretados de maneiras diferentes.

André Azevedo (2016), em *A Grande Reforma Urbana*, nos evidencia que têm dinâmicas diferentes no que é consoante a aplicação das ideias mencionadas, pois foram implantadas de maneiras distintas durante a República. As reformas na cidade do Rio de Janeiro, segundo esse historiador, tiveram implicações quanto à organização arquitetônica, urbana e espacial. Por um lado, a Reforma ligada ao âmbito federal no período da presidência de Rodrigues Alves teve um viés de detergente social ligado ao progresso, em que os espaços dimensionaram a seletividade dos grupos sociais, dando maior passagem para os interesses econômicos, enquanto que a Reforma ligada ao governo “municipal” de Pereira Passos promoveu uma organização arquitetônica e urbana associada ao processo de civilização, incidindo no que era salutar e na convivência social, não expulsando as pessoas de freguesias mais populosas, mas adaptando a malha social a partir das demandas da cidade. Para esse historiador, existem equívocos quando associam Pereira Passos como o responsável por expulsar as populações socioeconomicamente desfavorecidas dos espaços da cidade, pois nas documentações não possuem evidências disso. Na verdade, a reforma federal teve mais um viés de segregar.

Nesse sentido, observamos que essas ideias influenciaram a urbanização e deram balizas para a formação escolar, incidindo na formação humana das pessoas. Podemos compreender que diante do imaginário envolto do medo da violência, da vadiagem e posteriormente da malandragem, houve incentivos por parte dos governos republicanos para tirar as crianças da

rua e para ocupar os indivíduos com o trabalho e com a escola. Assinalo que essa “profissionalização” fez parte no decorrer da trajetória de Heitor, pois o mesmo aprendeu algumas profissões tanto dentro das instituições escolares como fora delas, isto é, durante sua convivência nas redes de sociabilidade e no colégio de padres em que passou. A de torneiro mecânico, por exemplo, tem a ver com a operação de máquina e a de marceneiro, que mexe com madeira. Os pais de Heitor, na primeira metade do séc. XX, tinham preocupação que seu filho não trabalhasse tão cedo, por conta de estar atrelado a vadiagem. Heitor nos relata que foi “preso por vadiagem”, mas como Lima e Silva reforçam numa releitura: “Para meninos negros, bastava andar desacompanhado para estar sujeito a tal dispositivo autoritário” (Fischer; Grinberg; Mattos, 2018, p. 181-182 apud LIMA & SILVA, 2022, p. 13). O sambista relatou assim:

Entrevistador 2: Heitor, você me contou que em certa ocasião você foi preso com 13 anos de idade. O que que determinou isso?

Heitor: Determinou isso porque essa coisa de andar na rua. Era garoto de rua. Antiga e primitiva Praia de Santa Luzia foi à fora. Meus pais mandavam me perseguir, mandava a polícia me perseguir porque eu fugia de casa e só aparecia daqui a uma semana. Andava daqui, dacolá. E chegou um dia que um ponto que eu fui preso mesmo, fui preso como vadio. Fiquei uma temporada de um mês e tanto. Foi uma das coisas que pesou muito na situação da família. Me procurava daqui, dacolá. Mas foi bom essas coisas. Justamente fez parte das insinuações da vida. (MIS, ENTREVISTA DE HEITOR DOS PRAZERES, 1966, CD 184, f.1-2)

Os alertas, desde criança, por parte dos pais, a preocupação dos mesmos e os contextos socioeconômicos fizeram com que Heitor gerasse dentro de si o desejo de construir seu caminho e aprender algum trabalho, uma profissão, cuja essência e herdade também vieram de seu pai.

Entrevistador 1: Você pode me explicar se na época os rendimentos do seu pai eram suficientes para manter a família? Ou você já ajudava também?

Heitor: É justamente isso que eles não me compreendiam. Que eu tinha um espírito de ajudar. Ouvia que o rendimento deles não era o suficiente; e então procurava ver um... acerca de que eu tinha um espírito independente. Eu queria engraxar sapato, vender jornal, queria fazer tanta coisa. E apanhava por causa disso, que ele achava que era coisa de vagabundo. Meu espírito sempre foi de ganhar dinheiro, ajudar e tal, de forma que o que eles ganhavam não era suficiente. Minha mãe era costureira dessa que trancava a gente dentro de casa para ir trabalhar e tal. A situação era apertada, de forma que os rendimentos deles não era[m] suficiente[s] para nós. (MIS, ENTREVISTA DE HEITOR DOS PRAZERES, 1966, CD 184, f.1-2)

No tocante a esse desejo e a essa vontade de aprender do sambista, proponho refletir nesse momento com base na trajetória de vida dele a partir dos espaços e lugares. Nesse caso, suscitaremos e utilizaremos o conceito – que cunhei – intitulado como *aprendizagens das ruas*, cujo termo está conectado as ideias e reflexões presentes nos livros denominados *Espaço e Lugar* (1983), do geógrafo sino-americano Yu-Fu Tuan, e *O Terreiro e a Cidade*, do sociólogo Muniz Sodré – o qual possui trabalhos consideráveis, os quais estão correlacionados ao samba –, a fim de notar a relevância de se educar e ser educado em distintos estabelecimentos e ambientes, sem necessitar do aval ou da chancela de uma instituição oficial. Conseqüentemente, o primeiro autor nos propõe repensar a concepção por trás do espaço e lugar. Segundo suas elucubrações, a cidade, as ruas, o meio ambiente, as paisagens, o subúrbio, a vila e entre outros são, ao mesmo tempo, o lugar, em que produz sentidos, significações, ressignificações, simbolismos, sentimentos e contemplações, e o espaço, em que emerge o silêncio e o vazio, mas que têm esses indícios a partir daqueles que estão presentes e dos que não estão presentes. Por exemplo, se estivermos em um cemitério a tal horário, o silêncio se tornará uníssono. Porém, fica evidente que aqueles que estão ali, tanto os mortos como os vivos, em uma relação envolvente no sentido cultural e social, da qual percebemos a latência do sentimento emanado, cuja significação também poderá ser ausente ou sentida, mostram que o silêncio é emergido em certas situações, tanto numa ausência parental e de próximos quanto na presença²⁶, tal que os vivos também visitam os mortos nos momentos oportunos. Por outro lado, podemos observar que o lugar se mostra como um meio de produção de significados, tal que o espaço também se torna propício para a produção do que é abstrato. O espaço e o lugar, nesse caso, coabitam entre si, mas de certa forma são distintos, pois podem ser transformados. A rua e o terreiro, por exemplo, são o lugar e o espaço em determinados momentos. O geógrafo escreve que:

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades locais do espaço. As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da

²⁶ Jean-Claude Schmitt, em *Os Vivos e os Mortos na Sociedade Medieval* (1999, p. 14), ao trabalhar sobre a ideia da morte na Idade Média, nos propõe reflexões interessantes que delineiam a ideia de que o além é a dimensão evocada pelos vivos, ou seja, podemos compreender que a produção de sentido dada aos mortos provém dos vivos, alimentando toda uma cadeia de religiosidades nas sociedades. No entanto, isso pode ser vice-versa, pois os mortos antes eram vivos, os quais também fizeram parte do incremento do simbolismo da morte. Portanto, o cemitério, como espaço e lugar, que tem produções simbólicas também ganham sentido tanto pela ausência dos vivos como pela presença dos mesmos, pois os tais que não se encontram no além sustentam a ideia por trás da morte e do silêncio que existem ali. Isso é importante para pensarmos sobre a construção da memória por trás dos espaços e dos lugares.

ampliação, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (TUAN, 1983, p. 6)

Para Tuan, são as produções de significados dos sujeitos nos ambientes que proporcionarão, em suas individualidades e coletividades, as dinâmicas socioculturais, tal como suas posições e abstrações locacionais. A essência nas reflexões desse geógrafo tem pautado um debate consigo mesmo há tempos, tal como é abordado por ele na introdução de seu ensaio, pois o lugar e o espaço já foram, muitas vezes, segregados na historiografia e em demais áreas do conhecimento, denotando somente como meios que foram produzidos por uma natureza ou que são úteis na concepção contábil e na geometria. Muitos intelectuais em distintas épocas ficaram presos durante anos na ideia de que o meio ambiente não influenciava o ser humano, assim como uma paisagem não emanava característica ligada às ações humanas.

Fernando Braudel (1983)²⁷, no campo da historiografia, que fez parte de uma das gerações dos *Annales*, foi um dos muitos pesquisadores que abriu algumas fendas que fizeram desconfigurar um pouco desse complexo de ideias passadas, abrindo margem para pensar sobre as transformações do meio ambiente pelos seres humanos e os influxos da natureza na vida humana, desmanchando o cenário unívoco de natureza intocável e primária. Porém, não constatou a concepção de intervenção geológica dos seres humanos na natureza, em razão de seus pensamentos europeus enraizados, tal como assinalou Chakrabarty (2013)²⁸.

Nesse viés, cabe destacar que, diante da complexidade da natureza humana, o lugar e o espaço como parte das interações sociais e culturais chamam atenção e fazem um diálogo com a obra de Muniz Sodré. Para esse segundo autor, o lugar e o espaço também são interrogados, sobretudo acerca da perspectiva que deles emanam, isto é, na concepção de que se alicerce no que se considera eurocêntrico, em que os dispositivos socioculturais se tornam a pura e simples significação e apropriação do espaço. No caso, Sodré (2002, p. 14-15) aponta como viés reflexivo que os espaços e lugares possuem uma relação simbólica que operam na cultura como força propulsora das ações humanas. Ou seja, isso sinaliza uma crítica que mostra para aqueles que somente focalizam em suas análises a intelectualidade do espaço, isto é, para os que se atêm às fundamentações teóricas e matemáticas. Por vezes olvidando a dimensão cultural e social do espaço e da paisagem, ou melhor, das construções que montam o espaço e o lugar. Esse autor utiliza do termo território como ponto reflexivo para abranger a discussão das estratégias, dos

²⁷ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. Volume 1, Edirnra Martins Fonres, 1983.

²⁸ CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. In: *Sopro*, v. 91, 2013, p. 2-22.

conflitos, das práticas etc., mas não iremos nos focar nessa nomenclatura, mas trabalhar nas suas entrelinhas e em seus fluxos.

À vista disso, ao se referir sobre os espaços e os lugares, ele propõe pensar, como forma exemplificativa, sobre a cidade e o terreiro como partes importantes onde emana a constituição social e cultural humana, ou seja, se tornam um dos lugares e espaços de formação, de educação, em que as populações negras se encontraram em diversos momentos, as quais se ligaram as representações e as ancestralidades. Nesse sentido, podemos aludir a educação de Heitor dos Prazeres ao terreiro e a cidade, cujos espaços e lugares ganharam sentido, configuraram significações e ressignificações e emergiram produção intelectual a partir do sujeito.

O sambista, segundo seus relatos, aponta que conviveu na infância junto de outros sambistas ditos como “foliões” (os grandes compositores e inspiradores de sua época), como Hilário Jovino Ferreira – que é outro artista, e um dos criadores dos ranchos, do qual abordaremos ulteriormente tanto sobre os aspectos ligados a biografia quanto suas dimensões educacionais –, dentro da casa de Tia Ciata e, provavelmente, no terreiro da mesma. Onde esteve pôde aprender e criar as primeiras letras do samba, ou seja, tinha experiências musicais por meio dos ritmos, das canções e das danças, cujas formas orais de movimento e corporais propõem direcionamentos quanto à relação de tempo e de espaço, trabalhando a coordenação motora, a biologia, a música, o letramento, o silêncio e a matemática, além de que inicia o processo de aprendizagem para construir as partituras e poesias, tal como Heitor fez em grande parte de sua vida artística.

Com relação às letras, podemos perceber fortes indícios da cultura oral e da cultura escrita, sobretudo por conta que as origens socioculturais de Tia Ciata são oriundas dos iorubás (provavelmente mais próximo dos nagôs). A cosmopercepção, a ancestralidade e o arcabouço cultural e social dos iorubás se articulam com as culturas escritas e orais. De acordo com as investigações de Roberto Moura, em *Tia Ciata e a Pequena África*, sobre as possíveis origens e os saberes ancestrais dessa tia, é possível perceber que ela segue uma ancestralidade de mulheres que levaram adiante guardar as heranças das matrizes africanas, os cultos religiosos, os cantos, as danças e o letramento, cuja parte está relacionada às escolas corânicas. Sabemos que a escrita dos iorubás foi passada e difundida por diversas regiões do Brasil e do mundo, desde o século XV, tem indícios e registros que aludem para as escolas canônicas de cunho mulçumano (MELLO, 2015)²⁹.

²⁹ MELLO, Priscilla Leal. *Escolas escravas, madraças corânicas: leitura, escrita e geomancia. Malê no Império do Brasil*. Niterói: Intertexto, 2015.

Além disso, podemos perceber que a ancestralidade de mulheres, tal como Tia Ciata, preservaram as memórias geracionais e não se esqueceram dos terreiros. Moura (1995, p.16-21) destaca que no século XIX as mulheres negras provenientes dos iorubás difundiram os terreiros, dando continuidade a prática que uma vez iniciou com os homens. O terreiro como espaço recreativo e lugar para reunir as forças culturais estiveram, por vezes, atrelados às cidades. Isto é, o terreiro, que é um lugar simbólico e altamente ancestral, criou um elo com a cidade, pois produziu um fluxo e uma circulação cultural entre ambos, em que a religiosidade e as demais práticas sociais estiveram unidas e em movimento, sobretudo em muitos momentos do passado. Moura (p. 24-25, 1995) destaca isso ao abordar sobre os grupos africanos vindos para a Bahia tanto antes quanto no decorrer do episódio que marca a *Revolta dos Malês* no século XIX. Após esse momento, o terreiro passa a ser perseguido e as práticas religiosas, em grande parte dos estados brasileiros, são afastadas das cidades.

Contudo, percebe-se que havia um vínculo substancial e que enredou ambos, tal que isso, possivelmente, se deve ao ponto que havia mais pessoas negras, isso em estatísticas demográficas, nas cidades do que em outros grupos étnicos, ocorrendo maior circularidade e desenvolvimento sociocultural. Com o passar do tempo e do espaço, a governabilidade em função de acabar com as revoltas apartaram e silenciaram as práticas e o fluxo de pessoas negras. No entanto, saliento que a resistência dos terreiros e a sobrevivência cultural que ali tinha, tal como “lugares secretos”, passaram a se tornar lócus recreativo para a produção intelectual, religiosa das matrizes africanas e cultural em suas demais extensões desse universo, sobretudo no decorrer do século XX. Heitor cita sobre o recreativo, em sua entrevista ao MIS, ao abordar sobre os espaços recreativos ou “quartel general dos foliões” de Tia Ciata, a intitulada Hilária Batista de Almeida, que nasceu no Recôncavo Baiano. Em outras palavras, isso mostra a proficuidade de criar novos elementos musicais e rítmicos, os quais deram os passos do samba e da formação humana dos que habitavam ali.

Assim, podemos destacar as culturas africanas do iorubá, que tem seus reflexos a partir da agência das mulheres, como as tias Bebiana e Ciata. Elas, por exemplo, podem ser consideradas as guardiãs das heranças ancestrais, propagaram os legados familiares e dos antepassados, reunindo-se com as pessoas que aspiravam às cosmopercepções africanas, cujos sujeitos viviam nas conhecidas *Pequenas Áfricas*, que são consoantes aos arredores da Cidade Nova (Praça Onze) e das demais partes que pegavam os subúrbios do Centro da cidade do Rio. Diante de contextos sociais, políticos e históricos em que mulheres, homens e crianças negras foram lançados aos relentos da não inclusão social, os quais Moura (1995, p. 68-69) destaca

que mulheres como elas tiveram que criar seus negócios para angariar recursos e ajudar outras pessoas, criando uma rede coletiva.

Perante os contextos de reformas pela cidade, tanto nos âmbitos federal e municipal, Hilária Batista tinha o comércio de doces e o aluguel de roupas e Tia Bebiana tinha o ofício de pespontadeira, que tem a ver com o ofício de costura. As quituteiras, por exemplo, eram altamente conhecidas na cidade do Rio de Janeiro. As práticas de comércio podem ser visualizadas no século XVIII com as mulheres africanas vindas do continente africano. Tal como salienta muitos historiadores, como, por exemplo, Eduardo França Paiva (1995)³⁰, Priscila Leal de Mello (2015)³¹ e de Sheila de Castro Faria (2001)³², as práticas podem ser consideradas como costumes que vieram desses sujeitos nas comunidades em que viviam nos países africanos. Após aportarem na América Portuguesa, muitas propagaram e se sustentaram por meio dos trabalhos do comércio. Outras tinham grandes posses a ponto de obter escravizados e morar em casas grandes ao lado de brancos europeus e dos que nasceram na América Portuguesa.

Russel-Wood, em *Histórias do Atlântico Português* (2014, p. 109 - 111), aponta que muitos dos que vieram escravizados sabiam práticas comerciais, agrícolas, o ofício de ferragem, refino de açúcar, mexer com mineração e leitos de rio etc., tal que os portugueses tinham o propósito de que pudessem trabalhar com o que a colônia precisasse. Os exemplos das quituteiras e das costureiras, como se personifica com as *tias*, Ciata e Bebiana, servem para compreendermos que em função de um sistema e da sobrevivência, a ascensão social se tornou um fator preponderante e necessário, além de denotar que saberes, conhecimentos e aprendizagens foram passados por gerações. Moura (1995) destaca isso ao abordar sobre essas profissões no cotidiano carioca do século XIX e XX e como eram afetados os negócios das pessoas negras em meio aos processos econômicos, administrativos e urbanísticos que estavam em curso nesses períodos. Interessante abordar que, de certa forma, os trabalhos delas movimentaram a economia brasileira, sendo relevante para a dinâmica urbana.

³⁰ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 1995.

³¹ MELLO, Priscila Leal de. *Escolas escravas, madraças corânicas: leitura, escrita e geometria*. Malê no Império do Brasil. Niterói: Intertexto, 2015.

³² FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; FRAGOSO, João Luís; CASTRO, Hebe de (orgs). *Escritos sobre história e educação: uma homenagem a Maria Ieda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2001.

Essas mulheres eram muito respeitadas nas comunidades das Pequenas Áfricas. Heitor nos relata acerca disso na entrevista ao MIS que, quando tinha entre 10 a 12 anos, um samba, denominado como “Partido Alto”, tocava e repercutia nos domínios de Tia Ciata, isso em prol de contemplar o respeito por essas mulheres que podem ser visualizadas de forma mais ancestral e denotar a hierarquia social no sentido de *elevação*. Elas, portanto, tiveram relevância e são imprescindíveis para o desenvolvimento intelectual dos sambistas. Para deixarmos mais visível e não perdemos a oportunidade, suscitamos o seguinte fragmento que relata Heitor dos Prazeres:

Entrevistador 1: Como era chamado esse samba, Heitor?

Heitor dos Prazeres: É Samba partido alto [ou batido alto]

Entrevistador 1: Esse que tocava na casa da Tia Ciata?

Entrevistador 3: Você poderia dar uma ilustração?

Heitor: É, o samba partido alto.

Entrevistador 2: Heitor, essa expressão partido alto, qual é a origem?

Heitor: Origem eu vou dizer o seguinte. Então, o samba do partido alto era o seguinte. Essa casa da Tia Ciata e outras mais. O samba do partido alto significa... Então, formava o... Tinha baile, tinha festa, uma comemoração qualquer.

Essas mais velhas que gostavam de sambar. Que não gostava, que não se expunha em público... então o samba do partido alto era justamente para fazer essas coisas que era para as coroas, as mais velhas sambarem, fazer ricochete, e coisa e tal. Então era o partido alto, porque digo: partido alto quer dizer, é do partido elevado, para as senhoras. O samba do partido alto era uma espécie de vamos dizer, espécie de uma...

Vou fazer uma coisa mais clara. Espécie de um Theatro Municipal, pelo porte. Essas famílias, essas senhoras não iam a lugar nenhum. Tinham vontade de sambar. Faziam aquele sambinha na sala de jantar e tal. O samba do partido alto para as coroas sambar.

Entrevistador 3: Era mais íntimo, num é?

Heitor: Íntima. Coisa íntima. (MIS, ENTREVISTA DE HEITOR DOS PRAZERES, 1966, CD 184, f.1-2, *grifos meu*)

O “Partido Alto” evidencia que elas eram inspiradoras e tinham uma reputação a zelar. Ademais, as crianças, como Heitor, Donga, Sinhô, João da Baiana e outros, observaram de perto como funcionava a sociabilidade, os costumes, os hábitos e as práticas culturais que vieram da Bahia e foram ressignificados no Rio de Janeiro. Os sambas nasceram a partir da diversão, da brincadeira e das festas dentro das casas e no terreiro, cujos espaços e lugares são informais e particulares. Moura (1995 p.68-69) assinala acerca disso numa fala de João da Baiana que diz de onde partiu as tradições festeiras, as quais serviram de impulso para o samba carioca e para as trajetórias de vida dos sambistas contemporâneos de Heitor.

As nossas festas duravam dias, com comida e bebida, samba e batucada. A festa era feita em dias especiais, para comemorar algum acontecimento, mas também para reunir os moços e o povo “de srcem”. Tia Ciata, por exemplo, fazia festa para os sobrinhos dela se divertirem. A festa era assim: baile na

sala de visitas, samba de partido alto nos fundos da casa e batucada no terreiro. A festa era de preto, mas branco também ia lá se divertir. No samba só entravam os bons no sapateado, só a “elite”. Quem ia pro samba, já sabia que era da nata. Naquele tempo eu era carpina (carpinteiro). Chegava do serviço em casa e dizia: mãe, vou pra casa da Tia Ciata. A mãe já sabia que não precisava se preocupar, pois lá tinha de tudo e a gente ficava lá morando, dias e dias, se divertindo. Eu sempre fui responsável pelo ritmo, fui pandeirista. Particpei de vários conjuntos, mas era apenas para me divertir. Naquele tempo, não se ganhava dinheiro com samba. Ele era muito mal visto. Assim mesmo às vezes nós éramos convidados para tocar na casa de algum figurão. Eu me lembro que em certa ocasião, o conjunto de que eu participava foi convidado para tocar no palacete do senador Pinheiro Machado, lá no morro da Graça. Quando o conjunto chegou, o senador foi logo perguntando aos meus colegas: cadê o menino? O menino era eu. Aí meus companheiros contaram ao senador que a polícia tinha tomado e quebrado o meu pandeiro, lá na Penha. O senador mandou que eu passasse no Senado no outro dia. Passei e ganhei um pandeiro novo, com dedicatória, peça que tenho até hoje (João Batista Borges Pereira, em *Cor, profissões em mobilidade/O negro e o rádio de São Paulo* apud MOURA, p. 82, 1995).

Heitor também faz referência em suas memórias acerca da casa de Tia Ciata e ao samba “Partido Alto”, ao argumentar que:

Entrevistador: Nessa época já tocava o cavaquinho?

Heitor: Já tocava o cavaquinho.

Entrevistador 3: Tinha mais ou menos que idade? 10, 12 anos?

Heitor: Já tinha 10, 12 anos.

Entrevistador: Já começava a frequentar aquela roda?

Heitor: Aquela roda [Heitor repete a frase acima para afirmar]. E daí comecei a ter contato e dizer que comecei a tocar minhas coisas, a inventar as minhas letrinhas que hoje em dia a letra é oioio, naquele tempo era letra. Então cantava as coisas, o pessoal batia palma. Introdução primitiva, de prato. Prato de comida.

Entrevistador: Que espécie de instrumento utilizava?

Heitor dos Prazeres: Justamente era cavaquinho e violão.

Entrevistador: E prato?

Heitor: E prato. Cada um tinha habilidade de tocar o prato, comia, ganhava uma faca e um prato e tocava.

Entrevistador 3: E as palmas?

Heitor: E as palmas. E outras vezes se pegava a colher e tal.

Entrevistador 1: Como era chamado esse samba, Heitor?

Heitor: É Samba partido alto [ou batido alto]

Entrevistador 1: Esse que tocava na casa da Tia Ciata?

Entrevistador 3: Você poderia dar uma ilustração?

Heitor: É, o samba partido alto. (*MIS, ENTREVISTA DE HEITOR DOS PRAZERES, 1966, CD 184, f.1-2*)

Numa obra de arte de Heitor, intitulada *Samba em terreiro (s/d)*³³, apresenta um pouco da fala de João da Baiana, que era um contemporâneo e tinha vínculo afetivo com a família de Heitor. Nessa obra, o elemento samba e os instrumentos musicais aparecem. O terreiro como outro espaço da aprendizagem. Nesse momento, podemos notar que alguns elementos do samba eram perseguidos e não tinham o viés admirável que teriam futuramente. Os brancos aos poucos vão aderindo ao movimento, as manifestações do samba aos poucos e vão adentrando nos domínios da elite e se popularizando.

A resistência também se faz presente nesse momento, pois surge e se movimenta nos “lugares secretos”, a fim de que cresça e floresça a educação que ali existe. Aludindo a Alexandra Lima da Silva (2021), menciono os “lugares secretos”, em razão de fazer um paralelo, isto é, no sentido de abordar sobre o terreiro e a casa, como os domínios da Tia Ciata, e posteriormente a rua, para dar seguimento ao que estamos tentando elucidar, cujas argumentações reforçam o desenvolvimento do samba e das aprendizagens, tanto da escrita, musicalidade, do ritmo quanto da leitura. Como arquétipos, temos João da Baiana e Heitor dos Prazeres que se alimentaram e beberam da fonte da aprendizagem desde criança nos locais que ditam na atualidade serem *não oficiais*.

Alguns até poderiam questionar sobre não utilizar a frase “saberes das ruas”. No caso, esse tipo de termo (saberes) salienta ainda mais a disparidade e alimenta de forma substancial a hierarquia no sentido que pesa o popular e o científico. Isto é, quando usamos saberes automaticamente nos voltamos para o que é dito como não oficial, abrindo assim um cotejo entre o que é o conhecimento acadêmico e escolar e o que é popular, deixando em certa medida a educação para as instituições escolares e reforçando o pensamento positivista que segrega e dita nomenclaturas do que é do popular e do que é da academia.

Outros poderiam argumentar, mas qual é o problema? Não que, talvez, seja um problema, mas que é cada vez mais visível que estamos aprofundando a fenda que separa o oficial e o não oficial. Usar determinados conceitos nos sugere estar entre o imaginário popular, que se acostumou ou foi sendo introduzido no imaginário aos poucos por meio de algumas ideias e ideologias, e que foram construídas e influenciadas por distintas classes sociais, entre elas apontemos para os intelectuais, políticos e industriais no decorrer dos séculos XIX e XX.

³³ Ver: *Samba em terreiro*, de Heitor dos Prazeres. *Coleção Sul Americana Seguros*, São Paulo. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/reportagens/699-um-artista-do-samba-e-das-tintas>. Acessado em: 20 jul. 2024.

A pretensão de observar que o que se aprende nas ruas, nas casas e em outros lugares é não estar fincado e não estar sujeito a permanecer para sempre em uma hierarquia. Diante de toda a complexidade e das muitas dimensões dos lugares e das pessoas que frequentam eles, usar a aprendizagem é perceber que estamos diante de muitas esferas, que são importantes para a educação dos seres humanos, que os antepassados e os presentes ainda continuam aprendendo de várias formas.

Assim como que é aprendido no samba, no jongo, na música clássica e na capoeira, cabe salientar que não são meros saberes ou são vãos, mas são aprendizagens. Aprendemos todos os dias alguma coisa, até mesmo entrar em um ônibus que não costumamos entrar. O cotidiano educa as pessoas e as pessoas constroem o cotidiano. Agnes Heller (1992, p. 17-18) nos propõe a pensar que o cotidiano está entrelaçado, como se fosse um elo inextricável, à essência humana. A escola e a universidade também fazem parte do cotidiano e aprendemos nessas instituições. Aqui podemos pensar que não estamos excluindo esses lugares ou indo numa direção do maniqueísmo, mas que possamos pensar sobre as divisões e as hierarquizações que se colocam. Por que a escola e a universidade devem ser os únicos lugares de aprendizagem ou de conhecimento? Não são os lugares de saberes? Logo, devemos nos atentar para os conceitos que utilizamos, a fim de não segregar ainda mais a fenda que os intelectuais abriram no decorrer do espaço e do tempo.

Quando se propõe o cotidiano para pensar a aprendizagem de si e dos demais, a rua aparece, muitas das vezes, como o lugar e o espaço menos provável de auferir alguma educação. A rua nas cidades fora visualizada para se ter o domínio, isto é, ser controlada da vagabundagem, da violência e dos maus costumes. Em alguns momentos também fora espaço para extravasar e o lugar dos conflitos e das lutas políticas e sociais. Ao nos depararmos com documentos dos séculos XVIII, XIX e XX, percebemos substancialmente que ela foi, de tempos em tempos, o oposto do oficial. Porém, o não oficial e o oficial foram sendo construídos, sobretudo a partir das concepções europeias, como a civilização, a burocracia, o progresso e a evolução, e das leis, que tinham um fundo “romano”.

Noto que ela pode ser apresentada como a essência educacional no passado, assim como a casa já foi escola, tal como eram chamadas no século XIX. Ou seja, o universo de aprendizagens do qual emanou foram invariáveis. O lado mais contundente é que mesmo diante das ulteriores restrições criadas e as conotações que foi auferindo, a mesma fez com que o processo civilizatório fosse difundido e o samba surgisse, concomitantemente, num cenário

gritante e silencioso, em que as pessoas iam para as calçadas e estradas brincarem, dialogassem com seus pares e circulassem informações.

Sabe-se que, diante de uma população majoritariamente analfabeta, como era o caso brasileiro, no decorrer do século XX, o diálogo nos distintos grupos, as leituras em voz alta, as danças e canções nos botecos e nas ruas, os panfletos, folhetins e jornais que circulavam, constituíram pedagogicamente e culturalmente as pessoas, atribuindo às mesmas os gostos e os *habitus* (BOURDIEU, 1983, 2007a e 2007b). A rua teve seu efeito pedagógico. Heitor nos declara na entrevista dada ao MIS que seus andares foram pelas ruas.

As falas anteriores de Heitor despertam os questionamentos: como se davam as aprendizagens na casa e na rua? Não há muitas informações precisas nos dizeres desse sambista, tal como os de João da Baiana, e não oferecem dados para esclarecer o funcionamento das dinâmicas pedagógicas que eram realizadas na casa da Tia Ciata. Contudo, percebem-se alguns elementos como os pratos, as colheres e as palmas. Aparentemente, os que estavam presentes, tal como as crianças, praticavam o canto, isso em virtude de promover as vocalizações, em que se separavam as vozes em tonalidades e, ao mesmo tempo, auxiliavam na profundidade do som e no aprendizado de técnicas, como os ornamentos vocais. Semelhantemente a uma orquestra, em que existem muitas vozes instrumentais, se alternando frequentemente entre tons e semitons, entre os ritmos (divididos entre as batidas e os *staccatos*), a tensão instrumental, que consta em algo mais suave como o pianíssimo (com pouca força) ou o fortíssimo, a utilização do *vibrato* (oscilação da frequência do som) e os enfeites (como os melismas do coral) para destacar as sílabas das notas.

Nesse caso, pode suscitar uma imagem de como poderia ter sido realizada a prática do canto, pois nas memórias e nas canções cantadas por Heitor na entrevista, em que o mesmo reproduziu o que lhe foi ensinado, apresentando traços dos ritmos e o que seria o partido alto e as demais músicas tocadas nas casas, percebe-se a separação entre a voz de coro, tanto em primeira, segunda quanto em terceira voz, além do uso de técnicas silábicas nas vozes, dando ênfase nos ornamentos. Até mesmo a improvisação pode ser contemplada, visto que propõe sinais de liberdade e criação. Entrevê-se o uso de instrumentos musicais como o violão e o cavaquinho. Heitor utiliza o violão e o cavaquinho na entrevista, cujos instrumentos, segundo seus relatos, estavam presentes na casa de Tia Ciata. Nas artes desse sambista também se vislumbra o reco-reco, o pandeiro (tal como descreveu João da Baiana em seus relatos), a caixa (instrumento de percussão), a sanfona, os chocalhos, os tambores, as flautas transversais, o clarinete, o saxofone etc. O piano não é evidente nas imagens dos quadros de Heitor, mas ele

cita, na entrevista, a importância social de tê-lo nos lares³⁴. Daremos maior atenção ao piano posteriormente, pois ele está relacionado às transformações sociais, econômicas e culturais que ocorreram no Brasil entre o final do Império e o início da República. Isso nos fará entender como a *Belle Époque* e os contextos econômicos, sociais e culturais também influenciaram a formação social e educacional dos sambistas.

Observo que esses instrumentos não estão por acaso nas casas das famílias da região das Pequenas Áfricas. Encontram-se por conta da mobilidade social, econômica e cultural que as pessoas proporcionaram nessas regiões, conseguindo negociar, comercializar, trabalhar e consumir artigos de luxo. Além disso, noto que os instrumentos reforçam o *capital cultural e social* (BOURDIEU, 1979) que ali se encontravam, uma vez que serviram para alimentar a imaginação, a criatividade e florescer os costumes e tradições orais africanas. Ou seja, Heitor e seus companheiros de samba aprenderam a tocar esses instrumentos por meio da comunidade e de seus familiares. Não deveria se estranhar que Heitor aprendeu a ler partituras e a compor letras por meio de Hilário Ferreira e de seu pai Eduardo dos Prazeres.

Nos trechos anteriores percebe-se que Heitor teve inspiração de seu pai e de seu “tio”. Heitor também faz menção que fez seu próprio método de cavaquinho. O dedilhar das cordas e a prática dos instrumentos levaram ele a introduzir suas ideias e a fazer formas de estender o que aprendeu. O autodidatismo desse sambista mostra que criou extensões do que lhe foi ensinado. A imagem possível que podemos extrair das fontes é que ele aprendeu a escrever as partituras cantando, isso mostra a técnica do solfejo. As letras compostas possivelmente vêm das rodas de samba das casas. Logo, a palavra cantada chama atenção quanto às leituras de mundo e até mesmo o reforço da oralidade e da escrita que faziam do cotidiano. Heitor e as demais crianças, no final para o alvorecer do século XX, aprendiam a ler e a escrever através da música, tal como é descrito nos relatos de Heitor. Eles eram ensinados pela oralidade, pela palavra falada e pelas palmas que davam o ritmo e que marcavam o tempo dos compassos.

O tocar das palmas é utilizado até a atualidade para ensinar teoria musical, pois é relevante para a musicalidade e para marcar o tempo da música. Interessante mencionar que escutar com atenção as notas musicais que saem do instrumento também é utilizado na

³⁴ A obra sem título de Heitor dos Prazeres mostra um grupo de pessoas negras tocando diferentes instrumentos e dançando. Entre eles: o saxofone, tambor, flauta e violão. O último instrumento musical (o violão) nem sempre foi considerado agradável, sobretudo durante a Belle Époque (SEVCENKO, 1983). Ver imagem: Sem título, arte de Heitor dos Prazeres. *Quadro - óleo sobre tela* Disponível em: <https://artepopularbrasil.blogspot.com/2014/08/heitor-dos-prazeres.html>.

atualidade. Aprimora os sentidos auditivos para identificar as notas musicais. Não surpreenderia se Heitor e as demais crianças aprendessem de ouvido os ditados melódicos e as técnicas de improviso, além das que já mencionamos. Provável que existia uma dinâmica educacional, uma organização e ordenamento por meio da música, a fim de que aprendessem a ler e escrever partituras e poemas e desenvolvessem as habilidades orais de canto e de fala. Isso faz alusão à ancestralidade e ao uso das técnicas de longos anos pelos povos africanos. As pesquisas atuais sobre música, linguagem e história mostram que povos como hebreus e as distintas populações africanas desenvolveram suas habilidades da escrita a partir da oralidade, as quais foram dando formas e regendo a dinâmica social, econômica e cultural.

Nesse sentido, pode-se elencar o exemplo de João da Baiana, em sua entrevista ao MIS, que deixou vestígios que mostram que desde criança o mesmo sabia compor músicas de samba e dançava. Ou seja, a palavra cantada já se encontrava em evidência nas casas, dando instrução e incentivo para ler e escrever. Os relatos de João da Baiana ressoam da seguinte forma:

Desde garotinho [comecei a compor] porque eu já fazia samba de pé quebrado, de garoto né? Tinha aquela intuição, minha mãe gostava, né? Porque, todos eram baianos o carioca o único fui eu, e eu dei pro samba, minhas irmãs eram baianas e não sabiam sambar, e eu fazia caçoda delas. E minha mãe gostava porque eu dei pro candomblé, dei pra batucada, dei pra macumba, dei pra compor e minha mãe tinha orgulho comigo. Eu aí fazia uma letra, um passo, elas [as irmãs] ficavam uma onça! (João da Baiana, 1966, CD 94, f. 7, grifos nossos apud LIMA e SILVA, 2022, p. 17).

Os pesquisadores Lima e Silva (2022, p.17) destacam que não é tão claro o que se refere a “letra”, isso no sentido de ser uma composição de verso ou um passo de dança. No entanto, afirmam que as ambiguidades presentes nesse caso seriam possíveis tanto para a macumba quanto para o samba. Assinalo e reforço, em função e em cima das reflexões de Lima e Silva, que os relatos das entrevistas dos sambistas não oferecem tantos detalhes e não são tão cristalinos. Porém, as possibilidades e os vestígios indicados nas memórias nos levam a crer e nos convergem a esse incentivo à escrita e ao aprendizado a partir da letra cantada, em razão de que seguem os princípios das heranças africanas e dos elementos afrodiaspóricos, que criavam novas significâncias e misturavam o que vinham por meio das tradições dos antepassados, além de que salientam caminhos alternativos, devido às dinâmicas sociais do cotidiano dos séculos XIX e XX. Não deixando de mencionar que havia uma carência de escolas públicas em meados do século XIX, mas uma profusão no século XX, e a exclusão de pessoas negras a essas instituições oficiais, cujos fatores também pressionavam os aprendizados a encontrarem outros

caminhos. Ou seja, outras formas de aprendizagem estavam sendo utilizadas diante das dificuldades impostas e expostas e do que havia no horizonte.

As muitas experiências mostram que existiram distintas maneiras de aprender a leitura e a escrita naquele determinado período. Incentivos à educação também eram distintos. No caso de João da Baiana, percebe-se que a mãe o incentivava a batucar, a macumba, ao candomblé e a fazer samba, além de permiti-lo ir à casa de Tia Ciata e pôr em prática as letras e os passos. No que concerne a Heitor, existe os incentivos vindo dos pais, sobretudo da mãe Celi, com o intuito de frequentar o espaço e o lugar de Tia Ciata, uma vez que tinha como instrumentos a voz, as palmas e o prato, a colher e o garfo para elaborar os ritmos e a coordenar as canções. Interessante que tais indícios também aproximam as experiências das crianças da época, entre as quais se encontravam João da baiana, Heitor e Donga. Contempla-se o compartilhamento entre elas em suas reminiscências.

Com relação aos espaços e lugares, nota-se que as casas – tanto entre o terreiro no fundo quanto a sala e a cozinha – eram importantes para a aprendizagem e para a instrução, principalmente das pessoas negras. A cozinha e os cômodos da casa faziam parte dessa dimensão onde ocorria a educação dos meninos. Heitor dizia que as crianças ganhavam comida e tinham o prato para tocar. O prato, nesse caso, era utilizado como instrumento de percussão. Por exemplo, João da Baiana, na fase adulta, o introduziu como instrumento para compor canções e ritmos quando estava no grupo junto de Pixinguinha. Ou seja, a composição das memórias de João da Baiana por meio de seu prato e as lembranças de Heitor acerca de seus tempos na casa de Tia Ciata mostram um pouco do que se passava nos lares, proporcionando-nos indícios do que foram e o que acontecia nesses espaços e lugares não oficiais que regeriam algumas das dinâmicas sociais, culturais e educacionais. Além disso, a construção da ideia de “privado” no período do Império, tal como Alencastro (1997b) acentuou em suas análises, permanece na República e se torna mais intenso com o passar dos anos.

No tocante ao prato de João da Baiana, pertence, atualmente, à *Coleção Almirante*, que se encontra no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ). João pintou uma mulher negra ao fundo no lugar de seu cognome: “baiana”, visto que era a forma de representar uma baiana – aparentemente, penso que deve ser uma alusão à mãe do mesmo e as demais baianas, tal que era mais provável que tenha recebido seu cognome por conta de que sua mãe era uma baiana.



Figura 3 – Prato e o Garfo³⁵

Figura SEQ Figura * ARABIC 3 - Prato e o Garfo



Crédito: Iohanna Cândida

Figura 4 – Instrumento musical de João da Baiana³⁶

Figura SEQ Figura * ARABIC 4 - Instrumento musical de João da Baiana

Dado que vimos sobre as casas e suas muitas funções, pode-se vislumbrar que as mesmas foram utilizadas, desde o Império, como escolas por alguns professores, tais como a escola de Pretextato dos Passos e Silva, na década de 1850, cuja experiência educacional como docente e os conflitos que teve com o regime administrativo da época foram analisados por

³⁵ Pertences musicais de João da Baiana. Fonte: *A importância do prato-e-faca na música e uma lista de artistas que o utiliza em seus ofícios*. Disponível em: <https://www.tropicaliaviva.com/post/a-import%C3%A2ncia-do-prato-e-faca-na-m%C3%BAsica-e-uma-lista-de-artistas-que-o-utilizam-em-seu-of%C3%ADcio>

³⁶ Instrumentos musicais no MIS-RJ. Fonte: “*O prato de João da Baiana*” de volta ao acervo do MIS RJ. Disponível em: <https://www.webradio.mis.rj.gov.br/news-239-o-prato-de-joAo-da-baiana-de-volta-ao-acervo-do-mis-rj>.

Adriana Maria Paulo da Silva (2000)³⁷. As casas serviram como lugar em prol do ensino. Em meio aos conflitos e dificuldades, Pretexato, por exemplo, teve de solicitar permissão para continuar a ensinar pretos e pardos, isso diante dos obstáculos impostos pelas autoridades. No Império já aceitavam que pretos e pardos livres pudessem frequentar escolas e ter educação. No entanto, não era para todos, era posto empecilhos e tinha limites para que isso ocorresse. Os muitos silenciamentos por conta da cor e os estigmas, provindos das autoridades, eram muito substanciais a ponto de intrincar o acesso (SILVA, 2000).

Percebe-se também que havia poucas escolas públicas naquele momento. Nas investigações de Ilmar de Mattos (1994, p. 248) pode-se entrever que havia a interdição do acesso das pessoas negras livres às escolas públicas no decorrer da primeira metade do século XIX, durante o período dos regentes, e que havia escolas em escassez. Mattos salienta que o Rio de Janeiro foi utilizado como “laboratório” de experiências no período dos Saquaremas (1834 a 1860), cujos sujeitos eram identificados como os fazendeiros da região de Saquarema que faziam parte dos conservadores, que compunham a elite e a cultura política. Esse “laboratório”, incrustado nas reformas do ensino e da instrução pública, de 1837, consistia em contribuir para a centralização política no Império, em moldar moralmente e de forma civilizatória os cidadãos fluminenses. Existia a expectativa que tal projeto “nacional” se expandisse para as demais províncias do Império e para que fosse efetiva na instrução e na construção do “povo”, a fim de que esse “povo” obtivesse competências e habilidades, tanto moralmente (sobretudo ligado à religião cristã e aos “bons costumes”) quanto tecnicamente. Isso no sentido de que a educação fosse voltada para o trabalho e para a cultura francesa, visto que os indivíduos pudessem se apartar da vadiagem e se aproximar dos intentos da elite. Mattos (1994, p. 259) salienta que a elite, com seus propósitos para tecer os “fios da civilização”, e as condições criadas pelo governo do Estado garantiriam a expansão da classe senhorial. O que nos chama atenção são as intenções por trás dessa educação. No caso, cabe questionar: Para quem? Qual o propósito? Ou seja, havia a compreensão e se esperava criar a unidade nacional e a “civilização” que estivesse, simbolicamente, ligada ao território unificado. O privilégio estaria contíguo, portanto, aos brancos livres.

Na segunda parcela do Império, cabe salientar que ainda havia poucas escolas, poucos professores e poucas construções, e tinha restrições ao ensino. No final do Império e no advento republicano, havia mais escolas públicas. Os estudos do ramo da História da Educação apontam

³⁷ SILVA, Adriana Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos retos e pardos na Corte*. Brasília: Editora Plano, 2000.

que existia uma quantidade substancial de instituições escolares. Porém, pode-se perceber que a república não teve preocupação em transformar a educação, sobretudo mudar de maneira abrupta o sistema educacional. Contempla-se, por exemplo, nos depoimentos de Heitor dos Prazeres, durante a primeira metade do século XX, que o mesmo esteve em algumas escolas de cunho “particular”, ou melhor, em colégios católicos, e, posteriormente, frequentou, por pouco tempo, em uma escola de cunho “público” – Colégio Benjamin Constant, cuja referência nominal da instituição tem a ver com o professor Benjamin Constant, que era bem quisto pela mocidade militar. A mocidade militar, aliás, tem relação com os jovens, filhos da elite, que frequentaram as Escolas Militares e tiveram parte com o golpe republicano (CASTRO, 2001).

Essas escolas e colégios de cunho “público”, no tocante ao financiamento, eram deveras problemáticos. No Império os investimentos em muitos casos deveriam partir da relação “público-privado” ou, em certa medida, do âmbito governamental, não abrindo margem para um déficit econômico (BRIGUEIRO, 2015, p.98-99). Já na República, percebe-se que alguns colégios mudaram de nome (como o caso do Colégio Benjamin Constant) para se afastar da imagem do Império, a fim de silenciar um passado. As escolas e colégios carregavam consigo os moldes civilizatórios, morais e do trabalho, com o propósito de continuar a configuração das estratificações sociais.

Com essa carência de escolas públicas e, à posteriori, com o aumento gradual, vislumbra-se também que o sistema de ensino funcionava de acordo com os intentos da elite senhorial, uma vez que acentuaram o trabalho e os valores civilizatórios para fundar uma sociedade que trabalhasse para a construção de “nação” que mantivesse as estruturas social e econômica. Nota-se que ainda havia resquícios e muitos fragmentos da mentalidade colonial, mesmo diante das modernizações que estavam em curso.

As casas de família, não que em todos os casos ocorria dessa maneira, para que não incorremos em generalizações, serviram para o ensino das letras e da escrita, devido às insuficiências, ou não, de escolas, às ausências de acolhimento e às permanentes repressões. João da Baiana, em seus depoimentos, diz acerca dos estudos em uma casa. Em vista disso, ele relata da seguinte forma:

Eu, diretamente, não aprendi a ler, que naquela época não tinha colégio público quase, né? Tinha casa de família e minha mãe me botou pra aprender desde o segundo livro de leitura de Felisberto de Carvalho. O resto foi por minha conta. Era numa casa de uma família, e ela tinha cinco ou seis filhos. Ela então dava a carta do ABC pra gente estudar o bê-á-bá. E ela ia fazer lá o almoço e ia tratar da casa. Minha mãe pagava, naquela época, 2\$500 [dois mil e quinhentos réis] por mês, a essa família pra ensinar nós a ler). A gente ficava brincando, ficava tocando samba, cantando, batendo, quando ela voltava,

coitada, era tanta criança! (João da Baiana, 1966, CD 94, f. 6, grifo nosso (Lima e Silva) apud LIMA e SILVA, 2022, p. 7)

Interessante assinalar que João menciona que a mãe dele foi a principal incentivadora. Novamente percebe-se que as mulheres tomavam posição quanto à educação dos sambistas, além de serem, em alguns momentos, educadoras – um movimento que ganhou força nas épocas seguintes. As mulheres são citadas com assiduidade nos relatos quando se reuniam para o lazer ou eram relacionadas à cozinha. Isso tem relação com a masculinidade, com o patriarcalismo que era estabelecido nas relações sociais e nas estratificações sociais.

Por conseguinte, Lima e Silva (2022, p. 7-8) argumentam que as famílias recorriam ao ensino “particular”, nas casas de família. Tal como foi ressaltado em outrora, acerca de que os professores utilizavam as próprias residências, a fim de exercer o ensino e a instrução primária. Os autores ainda proferem que se investia nesses ensinos “privados” em função de suprir a inacessibilidade e evitar os constrangimentos da raça e da classe. As rendas, pelo que aparenta, mexiam significativamente com as economias modestas das famílias. Os relatos de João da Baiana e de Heitor dos Prazeres mostram que a luta pela sobrevivência era constante e que trabalhar também se associava ao ensino.

De acordo com os relatos de João, ele não aprendeu a ler diretamente. Em razão dessa escassez de escolas no período republicano (que foi citado por ele) e dos ensinos de acordo com a necessidade, sem deixar de contar que havia muitas crianças que passavam por essas circunstâncias, as quais lotavam as casas de família, e percebiam os afazeres do lar. João teve que tecer seu próprio conhecimento com o passar do tempo. O método de ensino que lhe foi passado, que era o método de frases, do tradicional silábico e das cartas do ABC prescritos no livro³⁸ de Felisberto de Carvalho³⁹, direcionou os primeiros passos da leitura. O método do livro se baseava numa relação técnica, direta e mecânica entre o sujeito educado e o professor. No

³⁸ CARVALHO, Felisberto P. de. Segundo Livro de Leitura. Rio de Janeiro: Alves & Cia, 1911. Disponível em: https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018_05/segundo_livro_de_leitura_carvalho_1911_biblioteca_nacional_de_maestro_httpwww.bnm_me.gov_ar_pd_f. Acessado em: 20 jul. 2024.

³⁹ Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho atuou como professor, tendo formação em música e jornalismo. Nasceu em Niterói na década de 1850 e faleceu na década de 1898 no Rio de Janeiro. Talvez, ele tenha se formado em uma Escola Normal em Niterói (VILLELA, 2004). Pelo que aparenta os livros didáticos de Felisberto de Carvalho tiveram uma ampla difusão pelo país. O preço do livro citado por João da Baiana está de acordo com o que aparece nas páginas. Cabe indagar: quem foi essa mulher que ensinou João? Era formada em uma escola normal? Como conseguiu o livro? De que maneira foi utilizado nas casas de família? Existe uma linha tênue, mas bem visível, que indica que as mulheres da comunidade e fora dela tiveram um grande papel na educação do Rio de Janeiro. Ou seja, caberia pesquisar mais sobre o assunto. Referência: VILLELA, Heloísa. *Construtores de uma pedagogia a brasileira: Felisberto de Carvalho e Francisco Alves, um encontro gerador*. I Seminário brasileiro sobre o livro e História Editorial. UFF: RJ, 2004.

tópico intitulado “O ensino da leitura corrente (1)”, página 7, se baseia na metodologia de Felisberto Carvalho, o qual aconselha ao professor que:

O ensino da leitura correu le deve tornar os alumnos aptos para lêren de módo exacto, facil, cJaro e convenientemente rapjdo, uma successão de phrases ligadas pelo sentido, arttculando bem e pronunciando eorrectamenlfi as palavras, sem estropeal-as ou repetil·as, dando ás syllabas [sílabas] o seu valór prosódico, e finalmente observando as pausas e ligações que forem precisas

A leitura deve ser sufflcientemente lenta, porquan to , sendo muito rapida, dà logar á. ommissão de palavras ou de sylJabas, e não permite que o leitôr comprehenda o que lê, o que alias é indispensável

Articular a palavra é dar cada som que nella se contenha e é representado pela vogal l por mais de urna posição tomada pela lingua e pelos labias, para obter-se a modificação indicada pela letra consoante que vier juncta â vogal. Concebe-se facilmente que o melhor meio de corrigir os vicias de articulação, é estudai-a bem, para fazer tomar pelos alumnos, a posição que os orgãos da bôcca devem ocupar na articulação que se pretenda rectificar. Pronunciar é não sómente articular uma consoante,. mas ainda dar á vogal da syllaba, o seu valór e a sua extensão. A bóa pronunciação dà belleza á leitura, tanto quanto a má torna-a insupportavel. É portanto indispensavel que se não descuide o professor de continuar, na leitura corrente, a exigir dos seus alumnos a pronunciação a que os deve ter obrigado na leitura eJementar. Assim, o professor se esforçará. para extirpar nos seus discipulos os graves defeitos : - de pronunciar uma palavra dividindo-a em duas ou mais partes; - de lêr cantando, ou num mesmo tom sempre, ou elevando a vóz no fim de cada palavra.; - finalmente, de 'pronunciar a palavra, at•ticulando de módo particular certas .consoantes, desfigurando as syllabas, ou allongando desmedidamente as -vogaes (CARAVALHO, 1911, p.7-8).

A entonação, o ritmo e a voz são importantes para que as palavras consigam trazer uma memória muscular. Nota-se que Carvalho, por meio de suas inclinações a música, levou para a construção de um método musical que fosse eficaz por meio da repetição tal como fosse praticar um esporte ou tocar uma canção em um instrumento musical para que obtivesse êxito no aprendizado das letras. Aparentemente, como numa receita de bolo, o modo silábico por meio da entonação e dos sons, das pausas e do ritmo dariam resultados e efeitos “harmônicos”. O professor deveria fazer com que os alunos, obrigatoriamente, seguissem a leitura.

Tal modelo, que está atrelado ao contexto histórico, social e cultural da época, era ligado com a educação desde os tempos do Império em diversas regiões. Marcus Vinícius Fonseca (2002) analisou a educação de negros no decorrer da abolição em diferentes regiões. Percebe-se que havia como escopo o trabalho. Para isso era necessário que tivesse saberes técnicos, a fim de que pudesse exercer funções na sociedade. Na Primeira República esse projeto foi levado em conta, a ponto de ser executado de maneira intensa. Ou seja, durante o processo que a abolição se aproximava, existia um viés social de que era necessário ter um controle. E isso foi

levado adiante. Assim, compreende-se que não é de se estranhar que a havia permanências nos processos educacionais. Por outro lado, os métodos contribuíram para acomodar as mudanças culturais e sociais que estavam se inserindo no cenário.

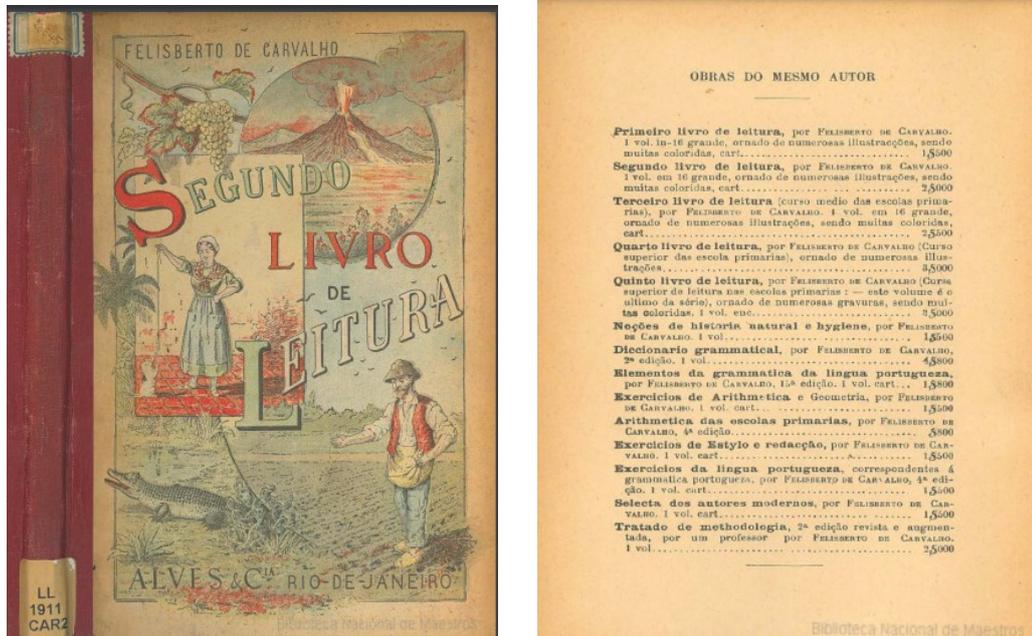
Por conseguinte, a metodologia citada anteriormente estava sem curso, uma vez que serviu para o letramento de crianças, aparentemente, tanto para brancas quanto para negras, no decorrer da Primeira República. Porém, percebo que o autodidatismo de João e sua vontade e gosto pela música potencializou a busca por conhecimento. Em outras palavras, os investimentos de tia Prisciliana, mãe de João da Baiana, e a continuidade do mesmo em se educar, fizeram com que fosse atrás de investimentos para a vida social.

Mesmo diante de um paradigma oficial por meio do livro de Felisberto Carvalho, entrevê-se que, muitas das vezes, o samba e a batucada estavam presentes, junto da brincadeira, principalmente quando concerne ao ensino. O depoimento dele mostra que a palavra cantada estava presente em suas aprendizagens da leitura, mesmo que tivesse o ensino do letramento por meio do livro. Isso, talvez, o incentivou a buscar novos aprendizados e estimular a criatividade, fazendo com que acentuasse a sua plasticidade cognitiva em prol de estabelecer vínculos com a escrita e a palavra cantada. A hipótese aqui faz relação com a concepção de que a música auxiliou e auxilia até a atualidade no desenvolvimento humano tanto na leitura quanto na escrita, assim como em outras áreas do conhecimento.

Entrevê-se, portanto, que as casas de família, como espaço e lugar, eram utilizadas como recanto da escrita e da leitura e se modelavam a partir da realidade existente para que suprisse as ausências e as insuficiências do sistema de ensino, sobretudo para famílias que não tinham estabilidade econômica e para as pessoas negras, as quais passavam por constrangimentos e eram, em muitos casos, reprimidas pela cor, pelos comportamentos e pelos costumes.

Pode-se compreender que a comunidade se ajudava e fazia acordos, e contratava serviços, em função de suas próprias organizações funcionais. Ou seja, uma rede de sociabilidade tentacular e multifuncional que geria suas relações sociais, econômicas e culturais. Ademais, constata-se que as reuniões, ou melhor, esse coletivo do samba dentro das casas tinha como função social direcionar, em muitos momentos, ao lúdico, conforme citam os sambistas. No entanto, analiso que havia mais que uma mera brincadeira, pois o brincar convergia diretamente para o aprender. Os ensinamentos contribuíram para a função e formação educacional da comunidade diante dos contextos sociais e econômicos presentes na sociedade fluminense, uma vez que tais realidades incidiam e traziam consequências para o viver social, tanto dentro como nos arredores das regiões do Centro e da Cidade Nova. Essas reuniões e as

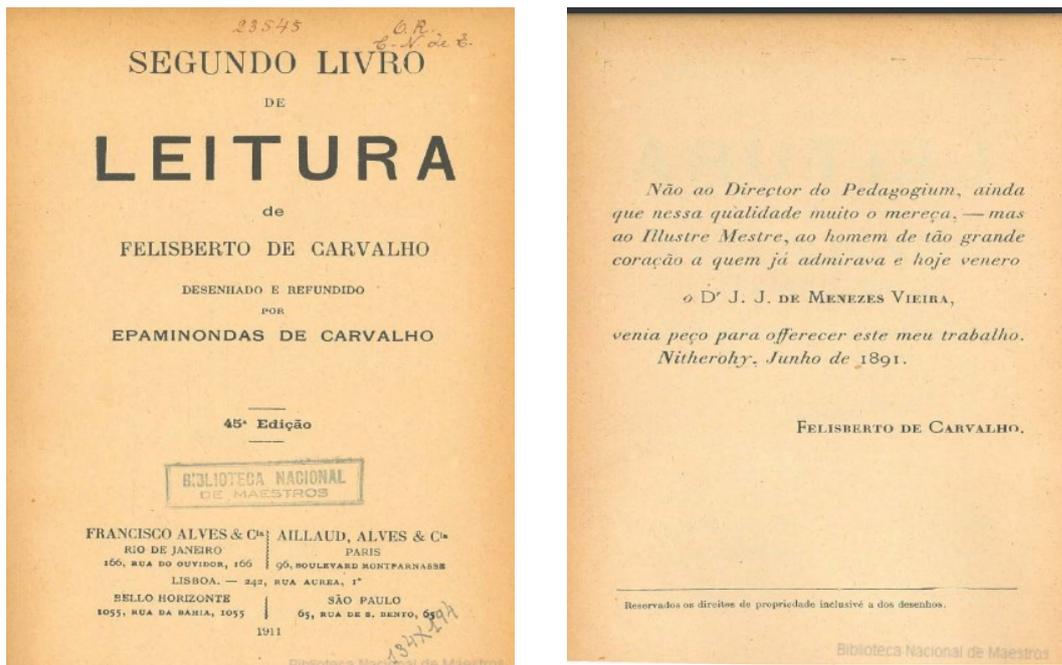
experiências passadas nas casas tiveram como intuito estruturar as bases necessárias de convivência para que fluísse até mesmo nas instituições oficiais e não oficiais.



Figuras 5 – Segundo Livro de Literatura (de Felisberto Carvalho, 1911)⁴⁰

Figura SEQ Figura * ARABIC 5 - Segundo Livro de Literatura (de Felisberto Carvalho, 1911)

⁴⁰ Capa e páginas 2,3 e 4. Fonte: Lemad – FFLCH – USP. Disponível em: https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-05/segundo_livro_de_leitura_carvalho_1911_biblioteca_nacional_de_maestro_httpwww.bnm.me.gov.ar_pdf



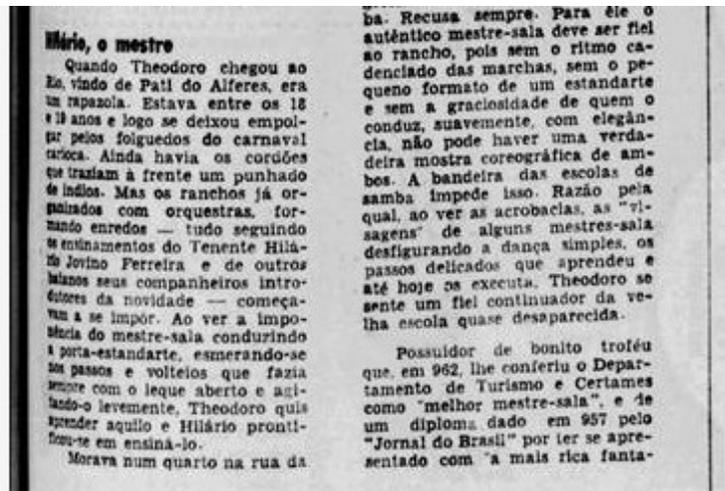
Figuras 5 – Segundo Livro de Literatura (de Felisberto Carvalho, 1911)⁴¹.

À vista disso, o historiador José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, salienta que entre os bairros da Gamboa e da Saúde, onde tinha a comunidade chefiada por Tia Ciata, existiam “repúblicas”, ou seja, fragmentos populares, uma rede de sociabilidade, os coletivos de cunho social que configuravam suas próprias relações nas muitas realidades (CARVALHO, 1987, p. 38-39). Assinalo que isso tem a ver com a regência da comunidade no que diz respeito ao aparato educacional e social que passava por esse conjunto de pessoas, o qual se distinguia do restante da sociedade carioca. Essas “repúblicas” tinham suas dinâmicas culturais, sociais e educacionais, as quais influenciaram, paulatinamente, o restante dos grupos sociais da cidade do Rio e puderam construir as balizas dos pensamentos que arraigaram e ainda permanecem na atualidade.

Dado a importância desses coletivos, pode-se argumentar que Donga, João da Baiana, Caninha, Sinhô e Heitor passaram pelo lapidar educacional de “professores” e “professoras” como Hilário Jovino Ferreira, Tia Ciata, Tia Celli, Tia Bebiana, Eduardo dos Prazeres e entre outros. O jornalista Jota Efegê, em 19 de dezembro de 1965, escreveu, ao periódico intitulado

⁴¹ Capa e páginas 2,3 e 4. Fonte: Lemad – FFLCH – USP. Disponível em: https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-05/segundo_livro_de_leitura_carvalho_1911_biblioteca_nacional_de_maestro_httpwww.bnm.me.gov.ar_pdf

O *Jornal*, cuja manchete estampada dizia: *Ainda há mestre-sala da velha escola do tenente Hilário*, que Hilário Jovino Ferreira foi considerado como um “mestre” ou um “professor” para aqueles que ingressaram e fizeram parte dos ranchos carnavalescos, que depois também ficaram conhecidos como ranchos-escolas. Ou seja, o papel de Hilário foi relevante para ensinar os *herdeiros culturais* do samba. Nesse parêntese chamo atenção quanto ao papel educacional que Hilário Jovino Ferreira exercia como “professor” no samba e para a vida, no sentido que meninos, como Heitor, nessas rodas de samba, convergiam para os estudos musicais e para outros aprendizados. Em outras palavras, sustento a ideia que Hilário tenha sido muito influente para as crianças que frequentaram a casa de Tia Ciata, em que o mesmo também participou de maneira ativa na formação social, na instrução e no ensino das letras e da escrita das crianças a partir das letras de samba. No entanto, reforço que a música teve a potencialidade na comunidade, a fim de que oferecesse a aprendizagem necessária em prol da escrita e da leitura de textos, da letra cantada e do cotidiano em suas muitas dimensões. Uma vez que, a partir do cenário que conjecturamos em outro momento, evidenciam que as órbitas políticas, sociais e educacionais, em que os sujeitos habitaram no cotidiano, não estão desvinculadas, mas, sim, entrelaçadas.



Figuras 6 – Aprendizes de mestre-sala de Hilário⁴²

Figura SEQ Figura * ARABIC 6 - Aprendizes de mestre-sala de Hilário

⁴² Ainda há mestre-sala da velha escola do Tenente Hilário, notícia de Jota Efege em O Jornal (1965). Fonte: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=Ainda%20h%c3%a1%20mestre-sala%20da%20velha%20escola%20do%20tenente%20hil%20c3%a1rio&pagfis=48806. Acesso em 25 jul 2024.

A forma como ressoou Jota Efegê na notícia⁴³ mostra a concepção de que havia no samba o viés pedagógico, de caráter que havia escolas e a corrente de aprendizagens do samba em torno do cultural e do ensino. No caso, pode-se ir além. A partir dessa escrita do jornalista, entrevê-se que havia uma intencionalidade por parte dos ensinamentos de Heitor para que fosse para frente à vista de um “projeto”; ou melhor, estava em execução um “laboratório escolar do samba”, em que pudesse gerar novos representantes do samba que levassem para frente às heranças culturais e os elementos que eram pertinentes ao carnaval. Tais pretensões e execuções, talvez, também devem ter influenciado e auxiliado os “estudantes” para aprender as coordenações, os movimentos, arrumar as fantasias, fazer alegorias, conhecer as tradições dos antepassados e a criar letras de samba e enredos históricos nas letras.

Posteriormente, entrei de maneira mais profunda ao abordar sobre a biografia do tenente Hilário. Contudo, cabe mencionar e contextualizar, brevemente, que o texto da notícia de Jota Efegê discorre sobre o jovem Theodoro Francisco, no alvorecer do século XX, aproximadamente em 1909, que foi ensinado por Hilário a se tornar um mestre-sala, devido o desejo que tinha ao se encantar com os aprimoramentos que seu “professor” Hilário, assim como Getúlio Marinho, o apelidado como o *Amor*, que foi seu segundo “professor”, tinham implantados nos ranchos e nas festas de carnaval. Ele ia até a casa de seu “professor”, na Rua da América, a fim de aprender sobre as técnicas, os passos de dança e os demais elementos que concerne ao mestre-sala. Theodoro, segundo Jota Efegê, continuou na ativa até a década de 1965.

À vista do que foi dissertado, nota-se, de maneira indireta, mas com consciência, que os sambistas da geração João da Baiana e de Heitor dos Prazeres, e entre outros, foram ensinados a ler e escrever, sobretudo musicalmente, e conviveram com os distintos grupos na sociedade, mesmo diante de poucas pessoas letradas e das que sabiam escrever, uma vez que não tinha um caráter obrigatório no alvorecer republicano e tampouco antes, isso no período do Império. Eles criaram seus próprios estilos de vida e construíram suas carreiras tanto dentro quanto fora da música. Fugiram da lei e dos estereótipos da “vagabundagem”, sustentaram suas famílias mesmo diante de uma engrenagem social e ideológica que perseguia e diminuía as pessoas negras. Tornaram-se os frutos, os *herdeiros culturais* que influenciaram as gerações de seu tempo e as futuras, além de terem auxiliado no florescimento do samba carioca, que se encontra

⁴³ EFEGÊ, Jota. Ainda há mestre-sala da velha escola do Tenente Hilário. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2º caderno, 19 dez. 1965, p. 7. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&Pesq=Ainda%20h%c3%a1%20mestre-sala%20da%20velha%20escola%20do%20tenente%20hil%c3%a1rio&pagfis=48806. Acessado em: 20 jul. 2024.

entre as permanências e mudanças na história. Os distintos espaços e lugares deram abertura para desenvolverem essa potencialidade musical e as primeiras letras.

2 AS APRENDIZAGENS DAS RUAS NÃO TERMINAM: PASSOS EDUCACIONAIS, CONSTRUÇÕES POLÍTICAS E TRAJETÓRIAS COTIDIANAS DE HEITOR DOS PRAZERES E DE HILÁRIO JOVINO FERREIRA

Com o intuito de pensar ainda acerca dos espaços e lugares, outro que pode ser citado é o botequim. Na notícia de jornal, de Jota Efegê, que foi apresentada e discutida no capítulo anterior, aparece o botequim, cujos estabelecimentos, na atualidade, são reais extensões das ruas. As cadeiras dos botequins, junto das mesas, tomam as calçadas, chegando a beirar o lado em que passam os carros, tal como as ondas dos mares tomam as orlas e, por vezes, cobrem, levam e carregam os fragmentos de areia. Em outras palavras, não é de se estranhar que passemos pelas ruas e vemos um oceano de botequins que as tomam, não tendo por onde passar, até mesmo pelas calçadas. Isso mostra, em certa medida, que esse estabelecimento ainda está arraigado na cultura e na memória de muitos. Hoje existem dinâmicas e contextos sociais e culturais demasiadamente diferentes do que havia no início do século XX. É anacrônico pensar que o que aconteceu no passado é o mesmo que acontece na atualidade. No entanto, observa-se que existem permanências e mudanças na relevância e no mar de experiências e de relatos que abordam sobre o botequim.

Interessa-nos assinalar que os botequins eram muito frequentados por trabalhadores e proporcionaram as muitas experiências sociais no cotidiano do final do século XIX e da primeira parcela do século XX. Sidney Chalhoub, ao elaborar a obra *Trabalho, lar e botequim* (2012), percebeu que o botequim se distinguia dos quiosques, os quais eram indesejados, pois sustentavam, nos depoimentos, um elemento retrógrado, isto é, algo não “civilizado”, que estava fora do viés que ocorreria no alvorecer da República. Com as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram no Brasil, vislumbra-se que as ideias de cunho civilizatório e europeu, como a higienização, o positivismo, a estética francesa etc., circularam entre os cariocas, fazendo com que as classes dominantes urgissem por mudanças. Entre essas mudanças se encontrava a retirada dos quiosques, os quais eram vistos como lugares indesejados. Por outro lado, os botequins, entre as quatro paredes, deveriam seguir um viés que poderia manter o estado de “civilização”, uma vez que nesses estabelecimentos existiam relações entre os fregueses e os donos dos botequins que sustentavam o gerenciamento social, que teriam de zelar pela ordem e pela economia do negócio, sendo que havia muitos conflitos – entre eles o armado e as rixas. Além de que faziam rodar a engrenagem das relações sociais,

cujo mecanismo em muitos momentos entrava no embate com a polícia. O aparato policial produzia criminosos para que mantivesse a moralidade, evitando a desordem, em vista de que executasse a imposição da ordem burguesa, evidenciando que estava realizando seu trabalho na sociedade “civilizada” e mantendo a vigilância e a disciplina das classes trabalhadoras. Isso no que concerne com as construções imagéticas e abstratas dos sujeitos perigosos, tal como pode se perceber na criação das “classes perigosas” (CHALHOUB, 1996).

Segundo o que pode ser visualizado nas distorções e fraudes nos depoimentos, ao ter as brigas e os enfrentamentos entre os fregueses que seguiam em direção às ruas, os proprietários de botequins, em seu destoar, e os microgrupos que defendiam os donos, conseguiram livrar parte de seus fregueses da polícia (CHALHOUB, 2012, p.267-269). A reação dos mesmos ao aparato policial era de protesto, além de divergir da força e da violência, a ponto de reordenar suas condutas e comportamentos sociais a fim de fugir dessa repressão.

Chalhoub (p. 256, 2012), também, contempla que os botequins tinham dimensões voltadas para os lados políticos e sociais, visto que existiam conflitos recorrentes que eram concernentes a raça e a civilização. Isto é, o historiador elenca diversos exemplos que podem ser visualizados em inquéritos policiais, mostrando que nesses estabelecimentos havia desavenças e conflitos entre “brasileiros” e portugueses. Na historiografia brasileira nota-se, entre os muitos trabalhos, como os de Luiz Felipe de Alencastro, de Warren Dean, de Lilia Schwarcz, Stuart Schwartz, Maria Odila Dias, Gladys Ribeiro e entre outros, que desde a “Independência” até a República tinham muitas agitações e enfrentamentos entre os “brasileiros” e portugueses, devido ao receio do retorno da colonização por parte de Portugal, o medo de tomar os empregos que já havia sido estabelecido, a tentativa de interferir na autonomia e nos interesses das classes senhoriais, o receio do *haitianismo*, retorno da escravização e as rivalidades de raça e nacionalidade.

Vislumbro a partir das análises de Chalhoub que havia muitos embates, cujos conflitos iam a diferentes âmbitos. Nesse caso, assinalo que havia outras dimensões presentes além do que assinala o autor. A meu ver, os donos de botequim, junto dos grupos que frequentavam os estabelecimentos, tiveram que se encaixar na lógica civilizatória que estava sendo instaurada e introduzida forçosamente na sociedade. Eles, com seus problemas internos, tiveram que encontrar caminhos e formas para se afastar da repressão e construíram modos internos para estabelecer as relações sociais, e até mesmo educativas. Tal como nos faz pensar Chalhoub na seguinte citação:

Sendo assim, os conflitos cotidianos destes homens encontram apenas duas saídas possíveis: a privatização ou a repressão. A privatização significa que os conflitos serão resolvidos de acordo com regras de comportamento próprias do grupo sociocultural em questão, ou seja, os conflitos serão resolvidos no nível dos elementos ordenadores das relações pessoais do cotidiano, pois não se dá a estes homens a opção da mediação do Estado — cuja repressão ou violência legal deve ser evitada e resistida sempre que possível. (CHALHOUB, 2012, p. 272)

Ou seja, existia um viés educacional presente no botequim, que era um recanto para se distanciar da agressão policial e da legitimação do Estado, tanto no que concerne socialmente quanto culturalmente. Isto é, essa perspectiva está relacionada tanto aos ordenamentos das relações, que convergem para os interesses que eram almejados. Por um lado, as relações de nacionalidade e raça e, por outro, os algozes da violência. Uma vez que conseguiam mediar suas interações e divergências a fim de não chamar atenção e pôr limites no convívio social.

Existiam os rituais populares, tal como alude o autor, que vão desde as conversas sem direção até as goladas de café e de cachaça. O botequim poderia ser um espaço e o lugar, um refúgio, em que poderia se ler o jornal; ter as conversas coletivas em voz alta; tocar os instrumentos musicais; cantarolar; trocar informações; discutir sobre os problemas cotidianos, como, por exemplo, a repressão, a política, a economia e a nacionalidade; se embebedar; brigar e ter rixas em certas situações; criar sambas; até mesmo ensinar as leituras e escritas de mundo.

O jornalista Jota Efegê escreve, a partir de suas pesquisas, em uma reportagem para *O Jornal*, datada de 23 de janeiro de 1967, cujo título ficou marcado como *O rancho da Bahia entrou no carnaval carioca com um “Rei de Ouros”*, que o tenente Hilário, no final do século XIX – mais precisamente na década de 1890 –, conversando com alguns conhecidos (como Marinho-que-toca (Antonio Marinho da Silva), o pai de Getúlio Marinho (*Amor*)) num determinado botequim denominado como *Paraíso*⁴⁴, que se localizava na Rua Larga de São Joaquim, que se encontraria na atual Marechal Floriano Peixoto, fez um convite aos companheiros, talvez por conta de que não estivesse contente com o que via do rancho (Dois de Ouros) que tinha na cidade do Rio de Janeiro⁴⁵. Para ele, havia a necessidade de inovar. No decorrer do diálogo, percebe-se que Hilário, segundo Efegê, teve a ideia de criar outro rancho carnavalesco, que ficou conhecido como “Rei de Ouros”, em que pôde elencar, misturar e

⁴⁴O mais provável era que esses conhecidos fossem um grupo formado por alguns baianos ou em grande parte de pessoas que vieram de lá.

⁴⁵ Em uma reportagem ao *O Globo*, em 31 de dezembro de 1974, que encontrei no MIS, cujo título grifava “Hilário Jovino, o introdutor do rancho no carnaval carioca”, Jota Efegê noticiou que Donga havia relatado a Sérgio Cabral (jornalista) que o *Rancho da Sereia*, que se localizava na Pedra do Sal, foi um dos primeiros ranchos, junto do Dois de Ouros, que estava em atividade naquela época.

implantar, a partir de suas interpretações, elementos carnavalescos e do samba que aprendeu na Bahia. Hilário seguiu com suas convicções, criando outros ranchos e ensinando para outros sujeitos acerca de suas canções, de sambar, tocar instrumentos. Ele mostrava para os “alunos” e admiradores do samba como deveriam se portar diante dos desfiles, além de ensinar novos ritmos e melodias.

Em outro momento doravante a criação do rancho “Rei de Ouros”, Heitor dos Prazeres cita, em sua entrevista concedida ao MIS, que ele e os sambistas, na década de 1920, iam até o botequim para organizar os sambas e as escolas de samba, que, aliás, não tinham o viés que têm na atualidade e, sobretudo, que tiveram na década de 1960. Quando nos atentamos aos relatos, notamos que, de fato, poderia não existir uma consciência, ou melhor, um propósito de criar uma escola em seus respectivos lados de instrução. Entretanto, tal como assinali em outrora, essa dita brincadeira teve vários lados educativos, mesmo que na consciência dos sujeitos daquele instante não fosse tão direta e até mesmo proposital. Muitas das vezes, os sujeitos fazem ações indiretas que podem suscitar eventos e elementos socioeducativos, como, por exemplo, a partir do ritmo aprender a contar as batidas, aplicando a divisão e multiplicação das figuras musicais, como, por exemplo, as mínimas, semínimas colcheias, semicolcheias. E fazer com que tocar os instrumentos e realizar os passes de danças pudesse ser ensinado de maneira consciente. Em outras palavras, as pessoas aprendiam nas escolas de samba e nos antigos ranchos, que eram realizados nas casas, e queriam fazer parte daquele elemento cultural e socioeducativo. Logo, a casa e o botequim se tornaram espaços e lugares de aprendizagens com ordenações instrutivas e serviram para manter e construir costumes e tradições (às vezes não tão intactas, mas amalgamadas) entre as permanências e mudanças. Influenciaram de alguma forma para que as pessoas pudessem aprender e ensinar a leitura e a escrita. Na música e na dança, por exemplo, são necessários estar acompanhado da ordenação, instrução e educação, fazendo com que os corpos, as mentes, os ouvidos e os olhos aprendam a coordenação motora, tenham atenção com os cálculos matemáticos, saibam ler as letras das canções e as melodias inscritas nas partituras e consigam compreender o coletivo e o individual, principalmente ao cantar os tons e saber dividir as vozes.

Os relatos de Heitor nos mostra o cenário, aludindo ao botequim da seguinte forma:

Heitor: Eu comecei a ter meu grupo. Eles mesmos faziam questão de marcar hora. Eu contava com aquele grupo, começamos a ficar tipo assim de escola. Não foi para essa finalidade que existe hoje. O povo todo vai desculpar a minha expressão, que um é bocado pejorativa, mas, a realidade dos fatos, é que a escola de samba foi criada não para essa finalidade de marginais, nem de capoeiragem, foi justamente para as famílias que gostavam de sambar,

gostavam de brincar. Então, era para cada um ter os seus grupos conforme fazia nos ranchos na casa de fulano. A escola de samba foi criada para a pessoa aprender a sambar, a cantar e coisa e tal.

Heitor: Com esse grupo que comecei a organizar, a me ajudar a organizar espontaneamente. Eu com o Pano da Costa, sabe o que é? Que as baianas usam. Chama um pano das costas. Um pano que elas usam nas costas. Em um belo dia no carnaval, naquela influência, eu tinha o pano na costa, e abro brincando e cada um pegando de um lado. No outro ano, vinham outros grupos também. Acontecia que o meu pano da costa era de várias cores. Calhava (calhou) de esse (nesse) ano pôr uma cor. Criou um aspecto (uma espécie) de bandeira. Começamos a nos organizar na Estácio, na esquina (perto) da Pereira Franco, num botequim que tinha lá, onde o Chico Alves (Francisco Alves) ia fazer seu mercado de samba e ia nos procurar para comprar samba. Nós lá reuniam(os) os sambistas. (*MIS, ENTREVISTA DE HEITOR DOS PRAZERES*, 1966, CD 184, f.1-2)

Pode-se assinalar que os botequins, além de reunir os sambistas, eram locais em que havia as aprendizagens e os mercados do samba. Por um lado, existia uma dimensão educacional, nos anos 1920, em que se propôs ensinar as pessoas a sambar, dançar e a cantar em função do carnaval. Uma vez que seguia os ensinamentos e aprendizagens, sustentando uma tradição, que obteve por meio de Hilário Jovino Ferreira, Getúlio Marinho, Marinho que Toca, Tia Ciata e entre outros. Posteriormente, foram desenvolvidos locais específicos, que foram e são os estabelecimentos das escolas de samba, que serviram para a preparação dos desfiles para o carnaval. Chama atenção que Heitor diz que não era um lugar da malandragem e nem da capoeira. De acordo com o depoimento desse sambista, não havia intenções na criação das escolas de samba para uma abordagem política que tentava ludibriar as leis, o aparato policial e tampouco lutar contra a legitimação do Estado. Ainda pode-se vislumbrar que as escolas auferiram outro aspecto e significado na década de 1960, que convergiu para uma espécie de resistência e luta política.

De acordo com os apontamentos de Heitor, percebe-se a presença do mesmo em um botequim na década de 1920, cujos estabelecimentos, tal como salienta Chalhoub (2012, p.256), eram frequentados pela classe trabalhadora. Esse sambista, por diversos momentos, ressalta seus variados trabalhos realizados e seu lado trabalhador, um indivíduo pertencente à classe trabalhadora. Ou seja, ele se vincula ao forma-se de si, o *the making*, que faz referência às reflexões de Thompson (2012 e 1998). Thompson, ao observar os trabalhadores ingleses, faz menção à formação de si dos trabalhadores em torno das experiências socioculturais que eram propostas no cotidiano, cujos sujeitos reconheciam a partir de si como classe diante de uma tradição no transcorrer do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Por conseguinte, Heitor, a partir de suas experiências, se insere numa classe, sobretudo no que condiz com a sua própria formação, que vinha desde a tenra infância, e no que concerne às experiências do

conjunto de trabalhadores, os quais compartilhavam junto com ele a sobrevivência dentro de um sistema social e capitalista. Não deixando de fora que existia uma tradição e a inserção compulsória de novos elementos civilizatórios que estavam sendo, paulatinamente, introduzidos na sociedade carioca na primeira metade do século XX.

O botequim com o passar do tempo teve de se adaptar e tentar se encaixar nessa enorme engrenagem do relógio civilizatório. Além disso, se tornou o lugar e o espaço para os interstícios em meio às jornadas de trabalho, era a válvula escapatória de dias fatigados e da repressão envolvente, sem deixar de ressaltar os muitos conflitos que ocorriam. Os trabalhadores iam para lá com o propósito de diminuir a tensão existente. Hilário e Heitor eram alguns desses trabalhadores que iam ao botequim, conversavam com os demais trabalhadores, reconheciam-se como pertencentes a esse conjunto de indivíduos dos quais exerciam uma função dentro do organismo do mundo do trabalho. Simultaneamente, eles conseguiam usufruir do lazer e dos diálogos, aprendendo de maneira constante com outras pessoas, negociando seus sambas e concebendo ideias para incrementar e agregar novas concepções ao carnaval em prol de se entreterem e de suscitar a felicidade em meio à panela de pressão social, econômica e política da época.

É interessante destacar que as experiências provindas dos muitos trabalhos, conforme foi citado na entrevista de Heitor ao MIS, criaram um universo que também contribuiu para forjar a formação social, cultural e educacional dos sambistas. Ademais, percebe-se que toda essa força de trabalho mencionada tem relação com alguns aspectos, como: a ascensão social, a sobrevivência e a problemática da vadiagem. Ambos os elementos estão intrinsecamente ligados, ou seja, mesmo diante de suas particularidades, eles se combinam e se coadunam.

No primeiro elemento, pode-se entrever, a partir dos indícios presentes nas fotografias dos pertences pessoais e apresentados em periódicos e revistas, que Heitor e os demais sambistas, como Hilário Jovino Ferreira, Donga, João da Baiana, Pixinguinha, Sinhô, Getúlio Marinho, estão bem trajados. Enroupados com ternos, talvez de cunho inglês ou francês, com gravatas, às vezes borboleta ou, em certos momentos, tradicionais, acompanhados de sapatos e calças sociais, e, às vezes, de chapéus palheta (ou chapéu de palha) e de chapéus social (provável que fosse composto por feltro ou tecido). Hilário, em uma das fotos, está segurando uma bengala, por exemplo. Os sambistas andavam de acordo com as modas de sua época, devido às transformações econômicas e sociais da primeira parcela do século XX⁴⁶. Tais

⁴⁶ Ver as imagens: Heitor dos Prazeres de terno e gravata borboleta. *Música Brasilis*. Disponível em: <https://musicabrasilis.org.br/compositores/heitor-dos-prazeres>. João da Baiana de terno e gravata pano estilo borboleta, charuto: *Wikipédia*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_da_Baiana. Donga de

vestimentas auferiram fazer parte da moda social daquele momento e até mesmo se aproximar do *status social*, ou seja, estar mais próximo das demais classes sociais. Usavam tais trajés quando iam aos clubes, aos teatros, as apresentações nas mansões, nos palacetes, em hotéis e salões, nos ateliês de arte, nas premiações de arte e música, nos eventos de amigos, nas inaugurações de algum negócio e em outras ocasiões.

Além disso, alguns desses sambistas conseguiram cargos públicos, como Heitor, que se tornou servidor público. Ele trabalhou como curador pelo MEC (Ministério da Educação) durante determinado tempo até se aposentar. Pelos relatos que consta no jornal *Tribuna da Imprensa*, de 05 de setembro de 1957⁴⁷, foi levado a trabalhar no MEC por meio dos incentivos do amigo Carlos Cavalcante, o jornalista, e pelo, então, poeta, Carlos Drummond de Andrade (outro amigo), que foi funcionário público da mesma instituição. O limiar da carreira pública de Andrade na instituição começou, segundo as informações de um folheto que consta nos arquivos do Ministério da Educação⁴⁸, quando Gustavo Capanema era o ministro da educação vigente, entre as décadas de 1930 e 1940.



Figura 7 – Notícia na imprensa sobre Heitor⁴⁹

Figura SEQ Figura * ARABIC 7 - Notícia na imprensa sobre Heitor

terno e gravata, chapéu. *Música Brasilis*. Disponível em: <https://musicabrasilis.org.br/compositores/donga>. Figura 13 – Getúlio Marinho (*Amor*), de terno e gravata borboleta, chapéu. *Instituto Moreira Salles* Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/posts/243401/conhecido-por-amor-getulio-marinho-fez-historia-como-pioneiro-da-macumba-nos-discos>. Figura 12 – Hilário Jovino Ferreira (*Lalu de Ouro*), chapéu palha, bengala, gravata borboleta e casaca. *Wikipédia*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hil%C3%A1rio_Jovino_Ferreira.

⁴⁷ SAMBISTA, PINTOR E FUNCIONÁRIO. Heitor dos prazeres restaura o patrimônio nacional por 6 mil cruzeiros. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 5 de set. 1957. Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=%22sambista,%20pintor%20e%20funcion%C3%A1rio%22&pagfis=370935&pesq=%22sambista,%20pintor%20e%20funcion%C3%A1rio%22&pagfis=37093. Acessado em: 20 jul. 2024.

⁴⁸ Escrita sobre a trajetória de Carlos Drummond de Andrade, fornecido pelo Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/quarta%20capa.pdf>. Acessado em: 06 de jan. de 2024.

⁴⁹ Notícia do jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ), de 05/09/1957, sobre Heitor ser funcionário do MEC e por restaurar patrimônio da instituição. Fonte: *Hemeroteca digital - Biblioteca Nacional (BN)*. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=%22sambista,%20pintor%20e%20funcion%C3%A1rio%22&pagfis=370935&pesq=%22sambista,%20pintor%20e%20funcion%C3%A1rio%22&pagfis=37093. Acesso em: 25 jul. 2024.

Antes disso, Heitor (entre 1913-1928) trabalhou em outros serviços, como jornalista, tipógrafo, marceneiro, alfaiate, torneiro (cujo ofício teve seus indícios a partir do pouco tempo que esteve no Externato Souza Aguiar), auxiliou em peças de teatro etc. Enquanto que Pixinguinha, por exemplo, segundo o que assinala alguns pesquisadores, como Lima e Silva (2022, p. 4), tinha uma família com condições parcialmente mais confortável e estável do que as demais que viviam nos arredores do centro do Rio. Ele tinha condições financeiras melhores que os outros, além de auferir mais recursos, na fase adulta, com as apresentações e gravações de músicas que realizava. João da Baiana, não teve uma família de condição abastada, seguiu com seus estudos por conta própria e trabalhou. Com os grupos de samba que acompanhava, ele conseguia estar junto de sujeitos, como o senador Pinheiro Machado, que fazia parte da elite e da cultura política. Donga, assim como João da Baiana, não tinha muitas condições financeiras estáveis, teve de trabalhar, fazia suas apresentações e gravações junto de Pixinguinha. Com pouca escolaridade (até o segundo ano do primário), aprendeu francês sozinho e se tornou oficial de justiça do Supremo Tribunal Federal (STF). Hilário Jovino trabalhou como aprendiz de estaleiro na Bahia e como carpinteiro no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro; auferiu títulos como de praça, sargento e tenente (NETO, 2017, p. 27 e 54). O *Diário Carioca*, de 27 de fevereiro de 1930, o intitulava como “tenente Hilário Jovino Ferreira”. Talvez comprando patentes ou possa ter conseguido ser elevado de patente devido a sua entrada na Guarda Nacional, junto de sua rede de conhecidos da Guarda.

Nesses casos, eles estavam em busca de reconhecimento social e ascender hierarquicamente, dando legitimidade aos mesmos na sociedade. Porém, percebe-se que é mais profundo. Está atrelado à sobrevivência, que é nosso segundo elemento, uma vez que nem todos tinham condições econômicas favoráveis, sobretudo as famílias, que também eram menos abastadas. Os pais de Heitor, de João da Baiana, de Donga e até de Pixinguinha viviam do labor para sustentar suas famílias. A comunidade se ajudava. Heitor, no transcorrer da entrevista da década de 1960, assinala que trabalhou em seus muitos empregos para sustentar a família. O mesmo também ajudava outras pessoas a fim de que conseguissem recursos em prol da subsistência, ensinava-as a mexer com tinta e quadros de arte, por exemplo, e entre outros aprendizados profissionais, isso em virtude, também, de se erguerem financeiramente.

Aliás, ter pouca escolaridade para esses sambistas não retirou deles a possibilidade de sobreviverem numa sociedade, em que seus órgãos institucionais excluíam e reprimiam, e não os detiveram a ponto de conseguirem emprego e ascender socialmente, ou até conseguirem

aprender a ler e escrever por conta própria – nesse caso, se observa com ênfase o *autodidatismo*, que está articulado aos arquétipos de João da Baiana, Donga e Heitor.

Do fim do Império até o advento republicano, havia pouca escolaridade na sociedade brasileira. Em alguns momentos do Império, por exemplo, também não era um impeditivo na política – como exercer o voto – não saber ler e escrever. Em outras palavras, era uma sociedade marcada pelo analfabetismo e que carregou consigo tal herança até a era republicana.

Cabe mencionar que nem os fazendeiros ricos sabiam ler e escrever. Alguns dos filhos desses fazendeiros, na verdade, que foram estudar nas escolas e universidades europeias, tiveram propriedade sobre a escrita e a leitura. Eles foram enviados para estudar por meio dos recursos provindos da escravidão e do tráfico ilegal. Eles auxiliaram na leitura e ajudaram a formular os contratos para os imigrantes que trabalhavam nas fazendas. Ademais, muitos da dita “mocidade militar”, desses filhos da classe senhorial, que foram estudar nas Escolas Militares, deram os traços do golpe republicano e foram os indivíduos que compuseram a classe dominante letrada na posterioridade.

Esse segundo elemento, que é a sobrevivência, substancializa parte do que estava ocorrendo no cotidiano, isto é, das transformações sociais, culturais e econômicas que estavam acontecendo, pois no pós-abolição ainda se alastrava o analfabetismo, marcando o ponto que confluía para a escassez de escolas públicas em dado momento e o aumento gradual dessas escolas; uma forte repressão aos negros, sobretudo vindo por parte da violência policial; e mudanças no consumo da população e no comércio, na circulação de novas ideias e em modificações do espaço geográfico.

A partir do período que data o fim do tráfico de escravizados, cujos debates efervescentes, levantados elite vigente, culminaram na Lei Euzébio de Queiroz, em 1850, depois dos acordos feitos com a Inglaterra, estava causando mudanças na estrutura social e econômica do Brasil, uma vez que a classe senhorial se viu em um impasse com relação a força de trabalho para as fazendas e para obras públicas. Essa lei não fez com que a escravidão terminasse, mas a mesma se tornou endógena, em um movimento interior, além de ainda estar ocorrendo o tráfico clandestino, que teve números significativos. Luiz Felipe de Alencastro, no capítulo intitulado *Vida privada e ordem privada no Império* (1997b), assinala que houve uma manutenção do sistema escravista e que, em determinado momento, o Rio de Janeiro foi uma das maiores cidades da América Latina que transportaram escravizados. Ele argumenta que, com a extinção do tráfico, a imigração teve seus propósitos, entre eles a construção de “nação” e para ter mais trabalho braçal, tal que havia, concomitantemente e coabitando, o trabalho

compulsório de escravizados negros, africanos e descendentes africanos, e indígenas junto com o trabalho de imigrantes portugueses, que em muitos momentos eram tratados, analogamente, aos escravizados nas fazendas.

Essa construção de “nação” está atrelada às implicações sociais e culturais, isso sob a perspectiva de que os imigrantes europeus pudessem contribuir para a composição civilizatória e para o embranquecimento da população, devido à africanização que se encontrava evidente na sociedade da década de 1850. O projeto de “nação” civilizada passava pela ideia de segurança e pelo medo de revoltas de escravizados, uma vez que ocorreu a introdução dos europeus e de suas perspectivas, que eram visualizadas como superiores pela classe senhorial no meio social. Alencastro (1997b) ressalta que as relações comerciais mudaram, dado que, ao mesmo tempo que tinha o transporte ilegal de escravizados, os produtos de consumo eram introjetados e comercializados no Rio de Janeiro. Artigos de luxo eram importados da Europa e foram sendo inseridos no meio social. Muitos desses artigos reforçaram o *status social*, ou seja, cancelaram a relevância social. Alguns itens se tornaram frequentes nas casas e no dia a dia das pessoas. As algibeiras (relógios de bolso) estavam fazendo parte do cotidiano; no caso, poderiam ser encontrados relógios em fazendas, comércios e lares. Joias eram mais consumidas pela elite. Obras de arte faziam parte dos cômodos. Xícaras de porcelana estavam mais presentes nas doçarias e nos cafés da cidade do Rio. Animais, como os cavalos, eram cada vez mais transportados da Inglaterra para os passeios. Modas como vestimentas e chapéus cocos estavam sendo mais utilizados.

O piano foi adquirido em demasia, pois era visto como algo nobre, mudando efetivamente a dinâmica social e cultural. Esse objeto é relevante para compreender as permanências e mudanças na sociedade fluminense. Começou a fazer parte dos lares das elites, culminando no que Alencastro (1997b, p.28) sinalizou como construção, a invenção, do “privado”. Ou seja, como item de luxo, o piano se tornou algo de muito valor, reforçando o *status social* e econômico no fim do período do Império. No início republicano, o piano também tem suas extensões de valor aumentadas, sendo acoplado a casa. Todavia, podem-se vislumbrar modificações. Dado que nem todos (isso em sua totalidade) tinham tal artigo, na era republicana, o mesmo foi se tornando mais presente nas casas, com o passar do tempo. No tocante a esse ponto emanado, o sambista Heitor dos Prazeres cita, aos entrevistadores do MIS, sobre seus interesses em música a partir da experiência do piano entre os períodos de 1908 a 1910:

Entrevistador 1: Nessa data, nessa época você já se interessava por música? Foi antes ou logo em seguida?

Heitor: Não. Eu já me interessava. Por uma razão. Eu vou explicar a história, porque é um bocadinho longa e dolorosa. Então, naqueles tempos todas as casas, família igual a minha e outras mais, todos tinham piano em casa, mas os pianos eram fechados e só abria dia de recepção. Então eu tinha uma loucura por tocar piano, mas a criação daquele tempo era muito rígida. Então não compreendia e nem sentia o que era negócio de criança podia isso ou aquilo. Não interessava a eles. Então, eu tinha loucura por piano, e esperava sempre uma oportunidade para que o piano estivesse aberto para mim [eu] futucar no piano. No sábado, no dia de limpeza, eles abriam o piano e eu corria. Aí apanhava. Apanhava e não conseguia. Eu tinha loucura por música. (*MIS, ENTREVISTA DE HEITOR DOS PRAZERES*, 1966, CD 184, f.1-2, grifos meus)

Ao ser impedido e reprimido de mexer no piano, Heitor nos traz uma reminiscência que chama atenção acerca de que na maioria das casas daquele momento tinha um piano incluso, denotando que outras classes sociais, além das dominantes, também estavam adquirindo dentro de um sistema capitalista um item de valor e de luxo que reforçasse o *status social* no transcorrer da república.

As permanências de ideias francesas e de consumo são evidentes, mesmo que a Primeira República tentou se afastar cada vez mais das reminiscências do Império, projetando uma outra imagem. Nicolau Sevcenko (1983, p. 31) indica que nesse período vestimentas como, por exemplo, a casaca e os apetrechos como cartolas e bengalas, que denotavam seriedade e austeridade vinculada ao Império passaram a ser substituídas. Essas informações levantadas junto das análises colaboram com a concepção de que os sambistas foram influenciados pelas ideias ocidentais. Existe uma miscelânea de ideologias e de comportamentos que fizeram parte da formação sociocultural e educacional dos que viveram durante o alvorecer da República. À vista disso, noto que a masculinidade de Heitor também foi modelada a partir das mentalidades europeias, em que afluíu para a construção de seu próprio pensamento. Isso pode ser visualizado em seus argumentos nas entrevistas e nos periódicos, tanto nos dizeres de Heitor quanto na forma como os jornalistas ressoavam. A forma como ele se comporta nas imagens e fotografias, os argumentos e a postura do mesmo afluem para um conjunto de perspectivas e ideias que comentarei de maneira mais precisa e especificamente no segundo capítulo dessa dissertação.

No demais, entrevê-se que Heitor, assim como Hilário Jovino Ferreira, estava dentro de um contexto em que o Brasil ia em direção à acentuação da ocidentalização. A cultura francesa estava sendo inserida verazmente entre as décadas de 1850 a 1870. Na primeira parcela do século XX, os moldes franceses ganharam ainda mais força e foram cada vez mais empurrados para os brasileiros. Em outras palavras, a *Belle Époque* se infiltrou na estrutura socioeconômica paulatinamente. Nicolau Sevcenko (1983) vai intitular, em sua obra historiográfica, como *A*

inserção compulsória do Brasil na Belle Époque, dando indícios de que comportamentos, costumes e ideologias adentraram de maneira obrigatória (compulsória) na sociedade brasileira a ponto de remodelar a estrutura social, a fim de que pudesse ter uma nova roupagem. Essas ideologias também iam de encontro às condutas estéticas comportamentais e estimulavam a construção de sentidos e de valores estigmatizantes, os quais incidiam em listar condutas e traços que poderiam ser considerados como “vadios” ou “vagabundos”, sobretudo para quem não tinha trabalho, para os que perambulavam pelas ruas e os que moravam em habitações consideradas insalubres, como os cortiços (SEVCENKO, 1983, p. 38; 59-60).

Essa remodelação foi de encontro com os intentos dos grupos dominantes e fez com que distinguísse o que fora dentro e fora das etiquetas sociais, incidindo em nomenclaturas e continuação da “lei de vadiagem”, visto que desde 1830 fora prevista no código criminal e permaneceu no código penal republicano na década de 1890. Esse terceiro elemento atingiu substancialmente e verazmente pessoas negras no período da República. Existia nesse regime a preocupação de manter a disciplina, a ordem, a moral e o trabalho, pois esse último aspecto era uma das formas de moldar, vigiar e controlar o indivíduo em prol de que se afastasse da vadiagem. O aparato policial serviria para vigiar os trabalhadores, para que continuasse movimentando a engrenagem social. Logo, as escolas serviram para oferecer ensino e a profissionalização. O consumo de produtos foi relevante para fazer a manutenção econômica, diante das mudanças de cenário. O advento republicano foi importante para a configuração das relações de poder político. As ideias de higienização e modernização, incluindo as normas de conduta e as etiquetas de viés europeu e civilizatório, serviram para designar a sociedade que deveria ser construída e controlada.

Heitor e demais sambistas lidavam com esses desafios e conflitos, já que passavam, constantemente, pela vigilância, pelo controle e pela repressão. Por um lado, na escola, por outro, nas ruas, nos botequins e nas demais instituições. Pode-se aludir dois momentos marcantes como o que João da Baiana teve seu pandeiro destruído pela polícia na festa da Penha (que era muito conhecida na época) e quando Heitor estava na escola de padres e tiveram-no que expulsar por conta do futebol com bola de meia.

(...) Eu me lembro que em certa ocasião, o conjunto de que eu participava foi convidado para tocar no palacete do senador Pinheiro Machado, lá no morro da Graça. Quando o conjunto chegou, o senador foi logo perguntando aos meus colegas: cadê o menino? O menino era eu. Aí meus companheiros contaram ao senador que a polícia tinha tomado e quebrado o meu pandeiro, lá na Penha. O senador mandou que eu passasse no Senado no outro dia. Passei e ganhei um pandeiro novo, com dedicatória, peça que tenho até hoje (João

Batista Borges Pereira, em *Cor, profissões em mobilidade/O negro e o rádio de São Paulo* apud MOURA, p. 82, 1995).

(...) Tive no colégio da rua de Santana, o Colégio dos Padres, onde eu fui expulso por causa de uma bolazinha de meia, porque futebol naquele tempo era vagabundagem. E o lugar que eu parei mais foi o Externato Souza Aguiar, que lá eu gostava mais porque ali aprendi a profissão, eu era doido pra fazer qualquer coisa, aprendi a profissão de torneiro lá na Rua do Lavradio (Heitor dos Prazeres, 1966, CD 184, f. 1-2 apud LIMA e SILVA, 2022, p. 8)

Também percebemos que se vestiam a rigor em variadas ocasiões. Faziam as rodas de samba nas casas, os atos e as músicas religiosas e os batuques no terreiro ao fundo, os quais foram perseguidos mesmo após as duas primeiras décadas da era republicana. No tocante a essa violência, sobretudo contra a batucada no terreiro, Bruno Pinheiro (2021, p.129)⁵⁰ assinala como exemplo as reminiscências que podem ser encontradas na canção intitulada “Tia Chimba”, que foi composta por Heitor e foi gravada, em 1930, por Paulo da Portela, e depois regravaada, 1932, por Breno Ferreira. A narrativa de Heitor na canção marca um evento em que ele estava presente. No caso, o mesmo estava em uma cerimônia de candomblé que foi acometida pela ação de policiais, que invadiram violentamente. A ação dos policiais culminou na destruição do terreiro.

Por conseguinte, vislumbramos que os sambistas conseguiam arrumar emprego e trabalhar constantemente para que não fossem perseguidos e reprimidos. As roupas e os empregos (acompanhado dos documentos que comprovavam a ocupação), tal como mencionamos, convergem para jogar o jogo social da época a partir das regras impostas, visto que eram formas de viver no sistema capitalista vigente, e mostrar que estavam contribuindo com a sociedade, além de terem reconhecimento e terem suas relevâncias nos meios econômicos, sociais e culturais. Em muitas frases, os argumentos deles também aludiam a querer viver e trazer alegria ao cotidiano fluminense a partir do carnaval. Penso que eles propiciavam e queriam produzir formas de representação, de resistência e recriação do que lhes foi passado por seus antepassados, visto que a essência humana busca a alegria de viver.

Tais pontos vislumbrados estão associados aos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais que influenciaram as gerações de sambistas. Entre eles, encontra-se o advento republicano, que vinha acompanhado das transformações sociais e econômicas, tal como menciona Sidney Chalhoub (2012 e 1996). O autor (2012, p. 42-50) aborda, a partir do exemplo

⁵⁰PINHEIRO, Bruno. Moenda de Heitor dos Prazeres, medalha de prata na I Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. *Revista de História da Arte e da Cultura*. Campinas SP, v.2, n.2, jul-dez, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rhac/article/download/15139/10816>. Acessado em: 29 jan. 2024.

de Zé Galego e seus companheiros de botequim, que as transformações, entre as últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX, direcionam para a demografia em que houve um aumento exponencial da população no Rio de Janeiro. Em 1872 moravam 274.972 pessoas na cidade, enquanto que esse número, em 1890, cresceu para 522.651 e, em 1906, já havia atingido cerca de 811.443 pessoas. A capital era a que tinha mais de 500.000 habitantes comparada a São Paulo e Salvador, as quais vinham posteriormente na contagem. Chalhoub aponta que tal crescimento está relacionado à migração de escravizados e libertos que vinham da zona rural para a urbana, acompanhado da intensa imigração e das melhorias nas condições de saneamento (CHALHOUB, 2012, p. 43) – aliás, a higienização, assim como outras ideias, pode ser visualizada com maior intensidade nas análises desse autor a partir de outra obra, que foi denominada como *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial* (1996). O aumento do número de estrangeiros, como portugueses, ao longo de 1890, por exemplo, se deu por conta das crises de desemprego e estagnação econômica em Portugal.

Observo que Hilário viu e vivenciou essas transformações e as relações de trabalho no final do século XIX, enquanto que Heitor nasceu no decorrer delas, uma vez que, o primeiro e o segundo, vivenciaram e perceberam também a invenção de novas conjecturas, a introdução de novas transformações e de novas relações sociais que estavam sendo acompanhadas das reformas morais e materiais da Primeira República. Interessante que Heitor em seu depoimento ao MIS traz algumas reminiscências demográficas ao comentar sobre a questão do samba ser oriundo do morro ou da rua, sobretudo nas que fazem alusão às migrações de pessoas do nordeste brasileiro ao Rio de Janeiro, devido à Guerra de Canudos.

Essas transformações, segundo o autor, condizem com as transições do arquétipo senhorial-escravista para o burguês-capitalista, que estão incrustadas nas relações sociais e econômicas (IDEM, 2012, p.45). A configuração do trabalhador expropriado para se sujeitar ao assalariamento mexeu com o mercado capitalista. Na República tinha como preceito, e urgia, transformar o homem livre (imigrante pobre ou ex-escravizado) em trabalhador assalariado. No entanto, como afirma o historiador, esse regime não era o detentor do projeto transformador do homem, o mesmo já vinha sendo delineado desde meados do século XIX. Já havia lastros desde a década de 1850, em que suprimiu o tráfico de escravos e já se poria em debate a transição e gradual passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Esses debates que existiam, e que foi levantado por Chalhoub, vai de encontro com as pesquisas de Jaime Rodrigues (2000, p.72-73), cujo historiador analisou os discursos de deputados oriundos da elite e da cultura política e os debates sobre o fim do tráfico, continuação da escravidão e o processo gradual da

abolição, que estavam sendo discutidos na Câmara de Deputados⁵¹. Rodrigues destaca que os discursos variavam desde ter uma manutenção e continuação da escravidão (no sentido endógeno), trabalho assalariado, até a introdução de trabalhadores europeus em função do projeto de “nação”.

Chalhoub (2012, p.47) menciona que a perspectiva do fim da escravidão era garantir a manutenção e a continuidade para suprir a mão de obra, visto que tal fim só poderia ser obtido caso acontecesse uma mudança brusca na concepção de trabalho vigente numa sociedade escravista. Em vista disso, era importante que a noção de trabalho auferisse uma dimensão de valor, no sentido positivo, em que se vinculasse aos conceitos de “ordem” e “progresso”, uma vez que encaminhasse o país em direção ao que era novo e civilizado. Ou nas palavras do autor: “da constituição de uma ordem social burguesa” (IDEM, 2012, p. 48).

Nesse sentido, o autor salienta que o trabalho emanaria uma nova roupagem que regularizasse a sociedade, desde que culminasse em sua dignificação e sua “civilização”. Além disso, deveria suscitar uma sociedade suprema que estivesse assentada sob a expropriação absoluta do trabalhador, o qual deveria vender sua força de trabalho depois de ter sido “concedida”, isso após a abolição. O sentimento de “nacionalidade” deveria florescer e a superação da apatia, do desânimo, e dos demais resquícios da sociedade colonial, dariam espaço para os costumes civilizados e a abertura do fecho para o capital das nações europeias. Ou seja, havia um projeto civilizatório e de “nação” em andamento no decorrer da República.

Esse projeto abarcava a concepção de trabalhador que agregasse a “nação” e tenderia a internalizar a ideia de que o trabalho deveria ser visualizado como algo valoroso e ser um regulador entre os grupos sociais. Chalhoub (2012, p. 49) assinala que havia o movimento do controle das mentes, dos espíritos e para além disso, pois, como bem expôs, a acepção de “homem de bem” e de “trabalhador”, que surgia, passava pela demarcação e pelo ajustamento dos costumes e das condutas da família e do sujeito que está ligado à sociedade.

A ordem capitalista exposta e a garantia da ordem social nas regiões, como no Rio de Janeiro, passavam pela vigilância do exercício policial e pelas autoridades judiciais, as quais estigmatizavam e disciplinavam as mentes, os espíritos e os corpos dos trabalhadores no cotidiano. E quem não estava alinhado ao trabalho, ou melhor, que estivesse sob o efeito do ócio e que seu corpo estivesse vagueando, eram dadas nomenclaturas, por essas autoridades,

⁵¹ Entre os indivíduos que discursavam, Jaime Rodrigues emana os exemplos de Maciel da Costa, Henrique Rebel, Cunha Matos, José Bonifácio, Frederico Burlamaqui e entre outros, cujas propostas vinham desde a “Independência”. Por um lado, a escravidão deveria ser mantida e ter um prazo dimensionado. Por outro, com um discurso humanitário, sendo que o que estava em jogo era o tratamento dos escravizados e a inserção do assalariamento.

como “vadios”, “promíscuos” e “desordeiros”, sendo muitas das vezes lançados as prisões, a fim de que pudessem ter seus caminhos “endireitados” e serem “consertados” (IDEM, 2012, p.50).

Nota-se que houve transformações no passar do tempo e do espaço acerca do trabalho, isso dentro das relações sociais. Antes, no período Imperial, tal como salienta Lúcio Kowarick (1987, p.48), o trabalho manual era para os escravos, e era considerado como algo repugnante. E o homem livre e liberto, não passando pela “escola do trabalho”, fora transformado num itinerante que perambula os campos e as cidades, e era contemplado por muitos senhores como aquele que prefere o ócio, a vagabundagem, ao crime do que a disciplina do trabalho nas fazendas. Dado que, para Kowarick (1987, p.65-68), até mesmo outras profissões, como de artesão, era visto como algo diminuto. Numa linha tênue, mas que se aproxima do entendimento e das análises sobre trabalho propostas por Kowarick, Warren Dean (2000, p. 98) nos indica o exemplo de trabalhadores imigrantes europeus que faziam “revoltas”, por conta de conflitos, desentendimentos e condições ruins de trabalho, os quais eram vistos de maneira pejorativa e, inclusive, se aproximavam de concepções ligadas à vadiagem, à violência e à ausência de disciplina. Nesse caso, citemos o caso do fazendeiro Vergueiro, que disseminou alegações para os outros fazendeiros da região. Dean (2000, p. 124) menciona que os fazendeiros eram procrastinadores e não sabiam tratar com proletários, trabalhadores. No caso, percebe-se uma continuidade da mentalidade do sistema colonial diante da dinâmica de trabalho e da pretensão de domínio. De acordo com Kowarick (1987, p. 82-84), os processos internacionais, como o fim do tráfico e o desenvolvimento capitalista e industrial, e os internos, como as leis de terras e do fim do tráfico; as melhorias tecnológicas e técnicas para o cultivo da terra, sobretudo as de produção de café; os investimentos nos transportes, como as ferrovias; o dinamismo industrial em algumas regiões, como a de São Paulo; e a abertura de estradas para os portos, fizeram com que ocorressem mudanças no mercado de trabalho após 1880.

Observa-se que na República, a dimensão do conceito de trabalho foi se modificando e foi sendo introduzido valores que se atrelaram ao sistema capitalista e ao estilo burguês, já que estavam ocorrendo às transformações econômicas, sociais e culturais. No caso, a circulação de ideias também estava se inserindo nas entranhas do meio coletivo. Chalhoub (1996) alude que no Brasil, da última parcela do século XIX, sobretudo no Rio de Janeiro, às ideias europeias, como as de cunho francês, que já estavam sendo incutidas e utilizadas pelos deputados, pela imprensa e por outros personagens históricos desde o Império, influenciaram substancialmente os sujeitos na Primeira República. Nesse período, foi sendo cada vez mais buscadas e

adentraram veementemente. Chalhoub (1996, p. 20-21) mostra que perto da abolição já havia uma preocupação quanto à organização de trabalho, visto que já estava em pauta o desenvolvimento de um projeto para reprimir a ociosidade. Os deputados, que liam ansiosamente os compêndios europeus, utilizavam de autores franceses para formular algumas definições, principalmente pegar emprestado o que se definia como *classes perigosas*.

O autor argumenta que os deputados recorreram, de forma assídua, às fontes de um alto funcionário da polícia de Paris chamado M. A. Frégier, cujo sujeito escreveu um livro publicado em 1840, que teve como base os inquéritos e estatísticas policiais sobre “as classes perigosas da população nas grandes cidades”. Esse funcionário tinha como escopo escrever de maneira detalhada os arquétipos de variados “malfeitores” que agiam em Paris. O mesmo se deteve em elencar figuras como espertalhões, ladrões e prostitutas, as quais se encontravam por grande parte da velha Paris. Chalhoub diz que, mesmo pelos esforços de Frégier, ele fracassa, pois não conseguia ter qualquer precisão acerca do que separava as “classes pobres” das “classes perigosas”. Os deputados brasileiros se inspiraram tanto na filosofia de Frégier que engendraram uma abstração, ou melhor, forjaram uma filosofia sobre a dimensão do trabalho, da ociosidade e da criminalidade na sociedade.

A comissão do parlamento responsável por analisar o projeto de lei sobre repressão ao ócio buscou fundamentos, os quais para Chalhoub (1996, p.21-22) se diferenciavam substancialmente de uma definição dada por uma escritora inglesa, do século XIX, denominada Mary Carpenter, que compreendia que as classes perigosas eram formadas por pessoas que tiveram experiência com a prisão, mesmo que não tenham sido presas, mas que escolheram angariar a sobrevivência e o sustento tanto seu quanto de sua família por meio do surrupio e de não trabalhar. O historiador ainda menciona que distante da definição de Carpenter, os deputados escolheram utilizar a fórmula classes pobres e viciosas de Frégier, uma vez que para eles significava uma coisa só.

Ainda não era tão claro como se definia as classes perigosas nos debates parlamentares, mas eles definiam o bom cidadão como aquele que tinha a virtude voltada para o gosto pelo trabalho, àquele que tem como hábito guardar suas finanças para ter um conforto. Logo, aquele que não consegue acumular, que vive na pobreza, tende a ser um potencial não bom trabalhador. A palavra vício ganha áurea ao se associar a definição daquele que não trabalha e vive da ociosidade e se aproxima do cidadão que não abunda virtude. Por isso que expressões como classes pobres e viciosas foram se tornando semelhantes, ou melhor, se tornando iguais para os deputados (CHALHOUB, 1996, p. 22).

Percebe-se que havia imprecisões por parte dos parlamentares ao formular essa abstração, pois não conseguiam encontrar dados da realidade que assentasse a concepção de que todo trabalhador honesto escaparia da pobreza, mas seguiam com maquinações de que uma coisa levava a outra, isto é, os pobres traziam consigo os vícios, os vícios produziam malfeitores e os malfeitores eram perigosos para o funcionamento da sociedade. Assim, os pobres e os não trabalhadores eram perigosos (IDEM, 1996, p. 22-23). Chalhoub segue o fio da argumentação dizendo que essa potencialidade da figura do pobre vai ganhar fundamentos teóricos pelos quais se atrelaram a atuação da polícia nas grandes cidades do Brasil no transcorrer das primeiras décadas do século XX. Ou seja, quaisquer cidadãos eram potenciais suspeitos a partir da premissa que pudessem provar o contrário. A descrição de Lima Barreto, em o *Cemitério dos vivos*, de 1921, menciona que a polícia suspeitava dos estrangeiros que fossem “cafténs”, dos loucos em seu “suplício” e do cidadão de cor que fosse “malandro”.

No caso, o que chama atenção de Chalhoub, na fala de Lima Barreto, é acerca da suspeita de que todo cidadão de cor fosse indispensavelmente um “malandro”. Ele assinala que, a partir do contexto histórico que proporcionou e adotou a expressão “classes perigosas” no Brasil, os negros se tornaram os preferenciais suspeitos. Chalhoub (1996, p. 24) ainda questiona como os negros se sujeitariam a acumulação de riqueza da classe senhorial após a abolição. Para ele, a suspeição generalizada se tornou uma linguagem para fundamentar os novos termos das relações de trabalho e criou estratégias de repressão constante fora dos arredores da unidade produtiva. Dado que se não poderia mais manter a pessoa acorrentada ao local de produção, era necessário que afastasse ela dali.

Além disso, outro ponto que ele propõe é que os suspeitos preferenciais tem a ver com o que os antigos senhores e os atuais patrões conjecturavam sobre os indivíduos distantes do cativeiro. Nos debates parlamentares, percebe-se o caso do deputado Mac-Dowell, que apoiou o projeto de repressão à ociosidade, pois alegava a imperiosidade do papel do Estado em reprimir e se opor aos vícios que os libertos trouxeram do antigo estado e ao controle social dos trabalhadores. No discurso desse parlamentar, Chalhoub (1996, p. 25) relata que existiam muitas imprecisões e confusões. Ainda sugere e propõe a pensar que estavam associadas ao discurso das famosas teorias racistas, as quais tiveram mais influxos nas décadas posteriores. A vinculação do negro aos seus “defeitos” era pensada de maneira que os vícios seriam insuperáveis, mesmo depois da lei de 1888. Tonando-os, portanto, parte potencial e contínua das *classes perigosas*.

Por isso que para esse historiador o cortiço *Cabeça de Porco* ser acometido por tamanha violência do poder público no limiar da era republicana não foi um mero acaso ou um fato isolado. Os cortiços eram representações dos cenários de lutas dos negros da época da Corte contra a escravidão no final do século XIX. A perseguição a essas habitações foram parte do projeto para tentar desarticular a memória dos movimentos sociais. Muitos negros libertos e escravos foram para essas residências para se libertar da escravidão e sobreviver diante das mudanças que estavam ocorrendo.

Penso que as transformações socioeconômicas, junto da construção cultural das *classes perigosas*, de conceitos como *vadios*, *vagabundagem*, *ociosidade*, *vícios*, e das teorias racistas em torno das relações de trabalho, mostram como que os sambistas Heitor dos Prazeres e Hilário Jovino Ferreira se depararam em muitos momentos com situações da própria sobrevivência e da subsistência de suas famílias, com a perseguição, a repressão, os conflitos, as dificuldades e os desafios que surgiam no cotidiano.

Tal como em outrora falamos dos elementos que se entrelaçavam, eles tinham que se adaptar e entrar de cabeça no jogo social, a fim de que pudessem fugir das problemáticas nas primeiras décadas do século XX. As identidades dos mesmos tiveram que se moldar, remodelar e serem forjadas através dos conflitos e da repressão, uma vez que suas vidas seguiram caminhos que pudessem realizar recriações culturais e sociais que movimentaram o cotidiano fluminense.

À vista disso, notamos que por meio dos contextos históricos, sociais, culturais e econômicos pode-se compreender como que tiveram que lidar com as relações de trabalho, dado que também tentavam escapar do aparato policial e de se envolver com a vadiagem e a ociosidade. Heitor elenca algumas reminiscências, em seu depoimento ao MIS, sobre a questão de ser preso e vadiagem.

Entrevistador 1: Você pode me explicar se na época os rendimentos do seu pai eram suficientes para manter a família? Ou você já ajudava também?

Heitor: É justamente isso que eles não me compreendiam. Que eu tinha um espírito de ajudar. Ouvia que o rendimento deles não era o suficiente; e então procurava ver um... acerca de que eu tinha um espírito independente. Eu queria engraxar sapato, vender jornal, queria fazer tanta coisa. E apanhava por causa disso, que ele achava que era coisa de vagabundo. Meu espírito sempre foi de ganhar dinheiro, ajudar e tal, de forma que o que eles ganhavam não era suficiente. Minha mãe era costureira, dessas que trancava a gente dentro de casa para ir trabalhar e tal. A situação era apertada, de forma que os rendimentos deles não era[m] suficiente[s] para nós.

Entrevistador 2: Heitor, você me contou que em certa ocasião você foi preso com 13 anos de idade. O que determinou isso?

Heitor: Determinou isso porque essa coisa de andar na rua. Era garoto de rua. Antiga e primitiva Praia de Santa Luzia, fui a fora. Meus pais mandavam me perseguir, mandava a polícia me perseguir porque eu fugia de casa e só aparecia daqui a uma semana. Andava daqui, dacolá. E chegou um dia que um ponto que eu fui preso mesmo, fui preso como vadio. Fiquei uma temporada de um mês e tanto. Foi uma das coisas que pesou muito na situação da família. Me procurava daqui, dacolá. Mas foi bom essas coisas. Justamente fez parte das insinuações da vida. (*MIS, ENTREVISTA DE HEITOR DOS PRAZERES*, 1966, CD 184, f.1-2, grifos meus)

Heitor lidava com as situações econômicas de sua família, que eram insuficientes para manter o rendimento da casa. No caso, ele queria ajudar financeiramente dentro do lar. Queria ser livre para trabalhar e conhecer os lugares. Por outro lado, a fala dele reflete que, mesmo diante da repressão e da perseguição, seu *espírito* se mantinha intacto, e que obteve experiências que o fizeram mudar de pensamento, mas não o fizeram desistir de construir sua trajetória como artista, como pintor, trabalhador e como sambista. No entanto, Heitor, assim como Hilário, estava entre os “suspeitos preferenciais” durante o regime republicano. A existência, tanto dele quanto de seu “tio”, era, frequentemente, vigiada e vista como suspeita. Ele declara que os pais mandaram a polícia ir atrás. Não obstante, isso não subtrai o entendimento que havia na época, tampouco por ser perseguido e possuir uma estigmatização.

No tocante à reminiscência descrita acima por Heitor, também se pode encontrar, no periódico intitulado *Cidade de Santos*, de São Paulo, o local onde ele foi direcionado quando era criança, que foi a Colônia Correccional, da Ilha Grande. O autor da notícia, J. Muniz Jr, escreveu, em 4 de outubro de 1970, na coluna sobre “Samba”⁵², que o sambista Heitor foi enviado para lá por ter andado “em más companhias”. Provável que a natureza dessa notícia deve ter sido um dos muitos depoimentos tal qual Heitor realizava com os variados jornalistas, os quais queriam saber de suas histórias cotidianas. A despeito de que J. Muniz Jr contribuiu, em sua trajetória como pesquisador e jornalista, para a história do samba e para o conhecimento dos elementos que compuseram o samba e o carnaval brasileiro, dado que tal matéria poderia fazer parte das pesquisas do mesmo.

Heitor relata, aos entrevistadores do MIS, que foi preso aos 13, provavelmente, entre 1911 a 1915. As crianças quando eram pegas por vadiagem eram enviadas para a Colônia.

⁵² MUNIZ JR, J (Jadir Muniz de Souza). Samba. *Cidade de Santos*, São Paulo, 2º caderno, 4 de out. 1970, p. 5. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=896179&pasta=ano%20197&pesq=%22Se%20a%20desculpa%22&pagfis=17970>. Acessado em: 19 jul. 2024.

Myrian Sepúlveda dos Santos (2004, p. 138-140; 158-159)⁵³ argumenta que a *Colônia Correccional*, instalada na Ilha Grande, em 1894, surgiu a partir do decreto do governo de Floriano Peixoto, em 1893. Tinha como pretensão “corrigir”, por meio do trabalho, os vadios, vagabundos e capoeiras que fossem encontrados na Capital Federal (Rio de Janeiro). No caso, as atividades do estabelecimento foram encerradas dois anos após a instalação, devido à incapacidade de cumprir os objetivos traçados pela lei, acompanhado, indubitavelmente, da precariedade de pessoal e das dificuldades econômicas. Em 1903, um novo decreto foi estabelecido, criando a *Colônia Correccional de Dois Rios*, a qual foi reinstalada no mesmo local. A autora enfatiza, a partir dos relatórios ministeriais e da historiografia, que as colônias, no período republicano, tinham como objetivo recuperar moralmente os criminosos por meio do trabalho e da educação, pois havia confiança nos médicos e educadores em prol dessa “restauração”, além de querer dirimir com a herança escravista, em função de melhorar o sistema carcerário. Os médicos e educadores estavam envolvidos nisso por conta de que as teorias raciais e as miscelâneas entre técnica e moralidade, incrustadas nas perspectivas europeias, civilizatórias e religiosas dos séculos XIX e XX, buscavam atrelar os crimes à natureza biológica de quem foi detido, e sentenciado a prisão, e aos que não conseguiam ser incriminados, em razão da ausência de provas.

O foco era com os capoeiras, ébrios e vadios, pois traziam desordem pública. Com relação à prisão de menores, entre 14 a 21 anos, por exemplo, considerava-se como punição o recolhimento das crianças em locais para a disciplina industrial, enquanto que para maiores de 21 era reclusão de cinco dias a quatro meses. Na década de 1896, Santos menciona que não havia condições para trazer os menores, muito menos dar o tratamento correccional. Entre 1903-1905, os decretos emitidos declararam que os menores de 9 a 14 anos deveriam ser enviados à Colônia Dois Rios (SANTOS, 2004, p. 153). Eles se enquadrariam nos casos de “inculcados criminalmente”, por ter agido sem discernimento, por serem órfãos ou abandonados. Existiam decretos, como o de 1904, que estabeleciam o reconhecimento dos menores por meio da idade e passariam a separá-los dos criminosos maiores de 21 anos. As penas variavam de acordo com os criminosos. Isto é, para vadios e capoeiras reincidentes a repressão era maior, enquanto que os estrangeiros eram deportados.

Por outro lado, a Colônia tinha como alvo também as ditas “classes perigosas”, que deveriam ser disciplinadas e serem trazidas para o trabalho profícuo, dado que eram

⁵³ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. *Topoi*, c. 5, n.8, jan.-jun., 2004, p. 138-169.

considerados, nesse conceito, os pobres que não tinham escolhido o trabalho e que deveriam retornar aos bons costumes. Sem deixar de contar que se somava tal conceito ao termo vagabundagem, uma vez que era aplicado aos pobres que não trabalhavam ou aos que estavam em mendicância (IDEM, 2004, p. 159).



Figura 8 – Coluna Samba⁵⁴
Figura SEQ Figura * ARABIC 8 - Coluna Samba

Por conseguinte, percebe-se que Heitor e Hilário, junto de outros sambistas, buscavam pela sobrevivência, tanto dos mesmos quanto de suas famílias, pela ascensão social e por fugir do estigma da vadiagem e das “classes perigosas”, uma vez que tais fios estão ligados uns aos outros em razão de que faziam parte das estruturas econômicas, das relações sociais e de trabalho e do imaginário coletivo da época, tal como foi assinalado anteriormente. Esses elementos mostram como as teorias raciais, a veiculação de ideias e a criação de uma abstração

⁵⁴ Heitor dos Prazeres na coluna Samba, em Cidade de Santos (SP), 1970. Fonte: *Periódico Cidade de Santos (SP)*, 2º caderno – Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital). Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=896179&pasta=ano%20197&pesq=%22Se%20a%20desculpa%22&pagfis=17970>. Acesso em: 25 jul. 2024.

filosófica forjaram a busca por uma sociedade “perfeita”, a fim de alicerçar o projeto de “nação”. Cabe proferir que a vigilância, a repressão, o controle das ditas “classes perigosas” e o elencar suspeitos seriam necessários para a manutenção dos imprecisos discursos e do projeto de “nação”, que estava sendo engendrado e incutido.

Ainda no que concerne às veiculações de ideias, tal como a *Belle Époque*, que incidiam nas bases comportamentais e nas condutas dos sujeitos, também se apresentavam no arcabouço cultural e social dos sambistas, visto que se pode contemplar as referências e a adaptação das concepções europeias em suas composições e obras artísticas, pois os mesmos foram influenciados por esse movimento. Angela Alonso (2002, p. 265), a partir de uma abordagem sociológica, mas seguindo a historiografia, faz alusão acerca dessa circulação de ideias europeias nas décadas de 1850 a 1870. Conceitos e concepções como higienização, republicanismo, positivismo e os atributos da *Belle Époque* inundaram a Capital Federal. Podemos entrever que tais concepções foram sendo trazidas e difundidas, permanecendo no cotidiano fluminense do século XX, e sendo muitas vezes vinculadas aos carnavais, pois a população do Rio de Janeiro politizava o carnaval em muitas ocasiões.

O povo ia vestido e usando seringas nas mãos, as canções resumiam o desconforto em 1904 e as marchinhas satirizavam em 1907, isso em virtude de fazer alusão e escarnecer da Revolta da Vacina. Lira Neto (2017, p. 50-51) argumenta que as músicas e canções mostravam a indignação da população quanto à vacina obrigatória, às medidas sanitárias e a higienização. José Murilo de Carvalho (1987, p.136-137) sinaliza tanto acerca do movimento popular quanto do sentimento de desconforto que causaram a destruição em massa nas ruas, além dos muitos mortos e feridos, em razão e em prol da cidadania, que era proclamada pelos revoltosos, e em virtude dos valores morais e ideológicos que eram infringidos, sobretudo a moralidade das famílias. Tais pontos culminaram na luta contra a vacina. Toda essa agitação se espalhou, posteriormente, nos elementos culturais do carnaval em 1907. As reformas urbanas também fizeram parte do momento satírico e crítico nos carnavais, não tendo a aprovação por grande parte da população pelos seus governantes (NETO, 2017, p. 46-47).

Anda o povo acelerado com horror a palmatória
 Por causa dessa lambança da vacina obrigatória
 Os manatas da sabença estão teimando desta vez
 Em meter o ferro a pulso bem no braço do freguês
 E os doutores da higiene vão deitando logo a mão
 Sem saber se o sujeito quer levar o ferro ou não
 Seja moço ou seja velho, ou mulatinha que tem visgo
 Homem sério, tudo, tudo leva ferro, que é servido.

Bem no braço do Zé povo, chega um tipo e logo vai
 Enfiando aquele troço, a lanceta e tudo o mais
 Mas a lei manda que o povo e o coitado do freguês
 Vá gemendo na vacina ou então vá pro xadrez
 Contam um caso sucedido que o negócio tudo logra
 O doutor foi lá em casa vacinar a minha sogra
 A velha como uma bicha teve um riso contrafeito
 E peitou com o doutor bem na cara do sujeito
 E quando o ferro foi entrando fez a velha uma careta
 Teve mesmo um chilique eu vi a coisa preta
 Mas eu disse pro doutor: vá furando até o cabo
 Que a senhora minha sogra é levada dos diabos
 Tem um casal de namorados que eu conheço a triste sina
 Houve forte rebuliço só por causa da vacina
 A moça que era inocente e um pouquinho adiantada
 Quando foi para pretoria já estava vacinada
 Eu não nesse arrastão sem fazer o meu barulho
 Os doutores da ciência terão mesmo que ir no embrulho
 Não embarco na canoa que a vacina me persegue
 Vão meter ferro no boi ou nos diabos que os carregue.

Vacina Obrigatória (1904), marchinha interpretada por Mário Pinheiro⁵⁵.

Mesmo Heitor tentando se esquivar e se manter longe das concepções e opiniões políticas, suas artes referenciavam os elementos cotidianos da cidade do Rio, captavam o sentimento das épocas e traziam consigo ideologias que marcaram as relações sociais, econômicas e políticas. Ademais, suas próprias perspectivas social, ideológica e política eram retratadas, uma vez que os sujeitos inseridos na sociedade propõem as relações políticas tanto individualmente quanto coletivamente.

As composições musicais e as artes dele, por exemplo, mostram alguns vestígios da *Belle Époque* e de conceitos utilizados no decorrer da era republicana, tanto no alvorecer quanto posterior às primeiras décadas do século XX. Assinalemos alguns arquétipos, como: a marchinha *Pierrô Apaixonado*, de 1936, criada por ele e por Noel Rosa, o quadro a óleo intitulado *Pierro e os sambistas*. Em uma das pinturas de quadro a óleo mostra a icônica paisagem carioca, chamada Lapa⁵⁶.

⁵⁵ Ver mais marchinhas em: FIOCRUZ. ‘Revolta Sonora’: Oswaldo Cruz, as vacinas e a ironia dos carnavais. *Ministério da Saúde: Fiocruz e Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio Manguinhos*. Notícias e Artigos. Publicado em 4 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/916-revolta-sonora-oswaldo-cruz-as-vacinas-e-a-ironia-dos-carnavais?showall=1&limitstart> Acessado em: 27 jan. de 2024. A respectiva imagem mostra o Pierrot com um cavaquinho na mão.

⁵⁶ Ver: *Samba dos Arcos da Lapa*, de 1964. Disponível em: <https://avosidade.com.br/diversao/sai-o-compositor-do-carnaval-entra-o-artista-plastico/>. Acessado em: 19 jul. 2024. A imagem mostra o Pierrot com um cavaquinho na mão ao lado de sambistas na Lapa. *Pierrot e os sambistas*, de Heitor dos Prazeres, de 1970. Disponível em: <http://artepopularbrasil.blogspot.com/2014/08/heitor-dos-prazeres.html>. Acessado em: 19 jul. 2024.

Em outra pintura, a figura do palhaço Pierrot ao lado dos sambistas, entre passos e instrumentos em meio às ruas, e na música do *Pierrot Apaixonado*, cuja narrativa revela a paixão por uma colombina, se observa que as fantasias e canções compunham as muitas dinâmicas sociais e alegorias do carnaval tanto daquele período descrito quanto das memórias de outros carnavais. A representação proposta por Heitor mostra um pouco da cultura que era transmitida pelos rituais sociais e através da diversão, visto que o estilo burguês das elites mudou forçosamente as relações culturais e políticas e promoveu incidências na remodelação da sociedade fluminense do início a metade do século XX. Nicolau Sevcenko (1983, p.33-34) argumenta, ao analisar sobre a inserção da *Belle Époque* no alvorecer do século XX, que havia o desejo de ter a versão europeia nos carnavais. No caso, era necessário que houvesse mais a presença de arlequins, pierrôs e colombinas, enquanto que, por outro lado, havia um agravo às fantasias de índio e cobra viva e contrariedade aos batuques, às pastorinhas e aos cordões. As autoridades impuseram muitas restrições ao comportamento dos foliões e as fantasias, como a de índio. Isso está relacionado, segundo o historiador, ao resultado que estava se concretizando e o desenrolar do processo de aburguesamento da paisagem carioca, uma vez que os elementos culturais e os costumes deveriam se aproximar dos valores e ideologias europeias. Interessante salientar que as memórias de Heitor evidenciam os traços desse processo que havia adentrado nas relações culturais dos sujeitos e suscita as permanências e mudanças no pensamento e nas relações sociais. Além disso, não é de se estranhar que a *Belle Époque* o influenciou, já que ele trabalhou como jornalista e entre outros empregos pelos quais faziam percorrer pelas ruas, em vista de que tinha contato com as informações e as ideias que estavam em circulação.

Heitor, em suas pinturas, sinaliza variados elementos da esfera cotidiana fluminense, os quais também estão espalhados pelo Brasil. Existem concepções políticas, ideológicas e pedagógicas presentes em cada obra. Não poderei nesse momento me ater e realizar uma análise profícua e mais aprofundada delas. O mais provável é que me prenda em analisar, num trabalho futuro, os elementos, as ideias e as projeções pedagógicas desse *mestre* sambista e pintor chamado Heitor dos Prazeres. No caso, o que nos detém aqui mencionar e frisar é que as reminiscências deixadas assinalam que ele começou a pintar nas décadas de 1936-1937, após o falecimento da primeira esposa, Maria da Glória Azevedo, tal como sugere pensar a escrita de Carlos Cavalcanti em o *Jornal do Brasil*, de 1938. No entanto, Heitor em outro depoimento, ao jornal *O Globo*, em três de março de 1964, dois anos antes do falecimento dele, conta que teve

seus primeiros passos a partir da infância. Os traços de desenho e colorir eram oriundos das ilustrações que fazia a partir do livro de ilustrações de Felisberto Carvalho.

Novamente a referência desse livro aparece nas narrativas. Isto é, entre os contemporâneos de Heitor. João da Baiana mencionou, tal como vimos em outrora, que o livro didático de Felisberto de Carvalho foi importante para o início de sua alfabetização. Heitor reforça esse discurso ao apontar que a cartilha de Carvalho, aparentemente, serviu para difundir o início da instrução e das letras na Capital Federal, sobretudo entre a camada popular na primeira e na segunda década do século XX. Em contrapartida do aprendizado de João da Baiana, o sambista Heitor conta em seu depoimento que em vez de prestar atenção nas letras, ele prestava atenção nas ilustrações, vivia com os lápis de cores e desenhava. Ademais, tinha o desejo pelas cores, desenhava na areia e na terra. Novamente reforça em seus relatos que era reprimido, no que concerne a pintar, e era expulso das escolas em que passou. Ou seja, isso salienta, mesmo de maneira inconsciente, acerca da repressão e vigilância sob sua cor e o que suas ações, como as artes, emanavam nos sujeitos. No início do século XX, a família e a comunidade estimulavam-no com a música, sendo, portanto, direcionado a essa esfera. Continua comentando na entrevista que quando se tornou adulto, na década de 1930, teve maior liberdade para ilustrar, fazendo pinturas para as músicas que compôs. Nesse momento, ele não publicava, só guardava e enfeitava a sala, principalmente quando se tornou viúvo. Entre 1934 a 1936, a primeira esposa de Heitor havia falecido, os periódicos divergem para cravar uma data.

Carlos Cavalcanti escreve, em 11 de setembro de 1942, ao periódico intitulado *Diretrizes* (RJ), cujo título estampado na capa da página 3 dizia “Heitor dos Prazeres, um grande pintor negro”, que Heitor começou a pintar após a morte da esposa, trocando a música e as roupas (que fazia, uma vez que trabalhou com alfaiataria) pela pintura, e passando pela “crise espiritual”. Esse último termo provavelmente tem a ver com os momentos de luto e de depressão que o sambista passou no decorrer da morte da esposa. Penso que as pinturas de Heitor fizeram com que o auxiliasse a encontrar novas direções e perspectivas na vida cotidiana e a dirimir com as tristezas da perda que os seres humanos passam no transcorrer do tempo e do espaço. Ademais, foi um processo pelo qual foi liberado durante tanto tempo que ficou suprimido pelas repressões ocorridas em seu passado, semelhantemente a uma válvula de escape. Cabe mencionar que a maioria das representações de Heitor, nos quadros, faz alusão às memórias da cidade, ao movimentar humano e a complexidade da cultura e do social. Isso denota numa visão de mundo que a vida cotidiana está vinculada a sua forma de idealizar e pincelar as ações

humanas, sobretudo em seus aspectos alegres e felizes, e relativos ao trabalho, à música, à dança, à natureza e ao agrupamento, ou melhor, ao aglomerado humano em suas muitas conexões festivas. Quem tem o cuidado de prestar atenção aos quadros de Heitor percebe que é como se fosse uma dança ou as muitas sinfonias em harmonia, ou até mesmo a própria natureza, conversando e musicando com quem está do outro lado da imagem. Nota-se também que não é um monólogo, mas um diálogo.

Heitor, ao *O Globo* (1964)⁵⁷ e ao *Diretrizes* (1941)⁵⁸, nos mostra que suas técnicas partiram de seu autodidatismo, de testes próprios, sem ter um ensinamento “oficial” com um professor. Ele pegava tinta a guache e misturava com água e depois passava um pouco de verniz. As experiências que teve muitos empregos formaram uma base, juntamente com o desejo e os primeiros passos na infância. Tal como João da Baiana proferiu em seus depoimentos, os sambistas aprendiam o básico da escrita e de outras funções e depois continuavam e aprimoravam seus aprendizados e ensinamentos, fazendo com que criassem métodos, práticas e novas experiências. Por exemplo, o método de cavaquinho de Heitor, apresentado ao *Diretrizes*, nos assinala acerca desse autodidatismo, pois ele teve um assentamento, uma base onde alicerçou. Utilizava e dedilhava o instrumento em segredo a ponto de memorizar e imaginar outras composições e metodologias, que antes não existiam. Ou seja, houve uma ampliação das aprendizagens. Analogamente o caso da poesia, Heitor foi um poeta. Suas poesias faziam parte de seu repertório, de seus contatos com amigos, como Carlos Drummond de Andrade, e de sua intelectualidade orgânica.

O jornalista e desenhista Carlos Cavalcanti, segundo os dizeres de Heitor, foi quem o lançou, quem o influenciou a se lançar nesse “mundo das artes”. As técnicas artísticas e os aspectos relacionados a esse pintor e sambista foram denotadas e conotadas nos periódicos como “primitivas”. Na atualidade considera-se como Arte Naïf. Essa arte se encontra no vocabulário e contíguo a sinônimas como: ingênua, original, instintivo, às vezes ligado à infância, devido os traços serem “menos” refinados, ou mais próximos dos desenhos das crianças. Esse tipo de arte é apresentado entre as décadas de 1930 a 1960 como arte “primitiva”, uma referência ao início, aos primórdios e, talvez, ao rústico. As críticas de Carlos Cavalcanti ao periódico tentam fazer com que os leitores percebam uma arte moderna nos traços de Heitor,

⁵⁷ HEITOR DOS PRAZERES: Se Bem Que Com Alguns Desgostos. *O GLOBO*. Feminino, 3 mar. 1966. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 19 de jul. 2024.

⁵⁸ CAVALCANTI, Carlos. Heitor dos Prazeres: um grande pintor negro. *Diretrizes*: política, economia, cultura, Rio de Janeiro, n. 64, 11 set. 1941. p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN). Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=163880&Pesq=Heitor%20dos%20Prazeres&pagfis=2947>. Acessado em: 19 jul. 2024.

mesmo diante de uma simplicidade. Ainda que muitos não entendam o “simples”, como os trabalhos nos canaviais, percebo que esse moderno delineado por Cavalcanti não está ligado às técnicas europeias, como o cubismo. Na verdade, o “marketing” proposto é, concomitantemente, uma crítica sobre a ausência do refinamento e o lançamento de Heitor no ramo das artes, fazendo uma apresentação das técnicas e das inspirações do pintor. Bruno Pinheiro (2021, p. 128-130)⁵⁹ discorre sobre o enredo por trás dessa notícia e o que o jornalista buscava. Segundo a interpretação de Pinheiro, Cavalcanti apresentou um conjunto de pintores e obras artísticas de seu tempo, fazendo um cotejamento e descrevendo as minúcias que Heitor dos Prazeres realizava, isto de maneira diferente. Além de que também o distinguia dos demais pintores negros. Para o jornalista, o pintor e sambista trabalha com a realidade e traz as críticas por meio da pintura, principalmente no que concerne às problemáticas da vida cotidiana carioca, em que os personagens históricos, como negros, mulheres, imigrantes e pobres, eram acometidos pelas reformas urbanas, que deixavam muitos sem moradia, pela perseguição, aos costumes e cerimônias africanas, pela pobreza, que afetava muitos, e pelos demais problemas socioeconômicos e políticos das primeiras décadas do século XX.

Como havia destacado em outro momento, as pinturas, assim como os sambas, trazem consigo as perspectivas políticas, sociais e culturais dele. Pinheiro (2021, p. 130) indica a notícia do jornal *Cruzeiro* (RJ), em que aparece Heitor em uma foto em forma de brasão numa coluna intitulada “Macumba”⁶⁰, devido um evento propiciado pela Rádio Tupi, que ocorreu na década de 1930, em função de ter o apoio da opinião pública por conta das perseguições às cerimônias de candomblé nos terreiros proporcionadas pelo aparato policial. Heitor, nessa coluna, é visualizado como um intelectual, alguém que inspirou muitas pessoas e queria ajudar e passar por meio da arte o lado positivo dos elementos da ancestralidade africana.

Nas análises de Pinheiro e no desenrolar das reportagens de Cavalcanti, percebo que Heitor tentava, em sua potencialidade, e conseguiu, ajudar e auxiliar pessoas a obterem rendas, trabalhos, moradias e auferir o apoio público para que os governos pudessem contornar situações como os casos de violência e de coerção, e a fim de romper com a estigmatização e os preconceitos que existiam sob o povo preto. Além dessas intenções, ele se tornou um

⁵⁹ PINHEIRO, Bruno. Moenda de Heitor dos Prazeres medalha de prata na I Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. *Revista de História da Arte e Cultura*. Campinas SO, v. 2, n. 2, jul-dez, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rhac/article/view/15139/10816>. Acessado em, 30 jan. de 2024.

⁶⁰ Ver a imagem de Heitor nessa forma representativa em: Macumba. *O Cruzeiro: Revista* (RJ), 1936. Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=%22Macumba%22&pagfis=16602>. Acessado em: 30 de jan. 2024.

professor para quem quisesse escutá-lo e passava todo seu conhecimento e todas as experiências para outras gerações, a fim de que contemplassem seus ensinamentos, seus trabalhos intelectuais, tanto na pintura como no samba, e suas convicções sobre o sonho de ter uma sociedade em harmonia. Os alunos que ele teve, por exemplo, conseguiram apreender e difundir, por meio das pinturas e das canções, os traços e as técnicas que marcaram o mestre.

As artes de Heitor atravessaram o globo, isto é, passando por meio de exposições por vários lugares e regiões do mundo. Os jornais noticiaram que até a antiga e falecida Rainha Elisabeth II, do Reino Unido, tinha angariado um de seus quadros, o qual tinha a alegoria que representava uma Festa Junina. Outros noticiaram a exposição que foi um sucesso em Dacar, no Senegal. No continente americano como Montevidéu, no Uruguai, e em outros países, até mesmo em New York, Estados Unidos. Em outros casos, suas obras estiveram em leilões ao lado de pintores como Portinari⁶¹.

A embaixada brasileira levou e expôs alguns quadros de Heitor em Senegal. Interessante destacar que teve protestos de pintores negros acerca do evento Arte Negra, que iria acontecer em Senegal, tendo a escolha e o envio das obras por meio do Itamaraty, em 1966⁶². No caso, alguns pintores negros não apoiaram e não concordaram com o envio de obras de Heitor, alguns achavam que não representaria a “atualidade” da arte feita por pessoas negras, mesmo sabendo e considerando que Heitor era um bom artista. Havia o interesse de dar oportunidade a pintores menos conhecidos. Outros pintores reclamavam por conta de que iriam poucas obras para representar o coletivo negro nas artes.

O Itamaraty alegou, ao periódico *Jornal do Brasil*, em 11 de janeiro de 1966, que havia pouco espaço na parte destinada ao Brasil para expor as obras. Nem mesmo Heitor e outros dois artistas escolhidos iriam viajar. No final, um movimento popular, em forma de protestos, no Aterro do Flamengo, estava prestes a ser organizado naquela época⁶³.

⁶¹ LEILÕES PÚBLICOS NO ESTADO DA GUANABARA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro. Segundo Caderno. 9 abr. 1972, p.6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&Pesq=%22Heitor%20dos%20Prazeres%22&pagfis=13471 Acessado em: 19 jul. 2024.

⁶² DELEGAÇÃO LEVA ARTE BRASILEIRA À ÁFRICA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º caderno, 17 mar. 1966. p. 14. Ver também: O ITAMARATI ESCOLHEU AS OBRAS PARA O FESTIVAL DE ARTE NEGRA. *O Globo*. Rio de Janeiro. 14 de jan. 1966. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acessado em: 19 jul. 2024.

⁶³ Ver em: Pintor vai reunir artistas negros no Aterro para protestar contra Itamarati. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1966. Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Heitor%20dos%20Prazeres%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=79215. Acessado em: 30 de jan. de 2024.



Figura 9 – Arte brasileira e a delegação⁶⁴

Figura SEQ Figura * ARABIC 9 - Arte brasileira e a delegação



Figura 10 – Itamarati escolhe obras⁶⁵

Figura SEQ Figura * ARABIC 10 - Itamarati escolhe obras

⁶⁴ Obras de Heitor dos Prazeres levadas a Dacar, em Correio da Manhã (RJ), 17 de março de 1966. *Fonte: Delegação Leva Arte Brasileira à África.* Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&Pesq=%22Arte%20Negra%22&pagfis=69891. Acesso em: 25 jul. 2024.

⁶⁵ *Fonte: O Itamarati Escolheu as obras para o Festival de Arte Negra (14 de janeiro de 1966).* Itamarati escolhe obras para o festival Arte Negra em Dacar (O Globo). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>.

LEILÃO JUDICIAL
ESPOLIO DE EVELYN SPARKS JOSÉ DE MATTOS
MAGNÍFICO
PRÉDIO DE DOIS
PAVIMENTOS
(DE ESQUINA)
COM DEPENDÊNCIA AOS FUNDOS
EDIFICADO EM TERRENO DE 14 m DE FRENTE
A RUA RAMON FRANCO N.º 87
(ESQUINA DA RUA URBANO DOS SANTOS)

ERNANI
faz
AQUARIUS
1.º LEILÃO
72

PINTURA, ESCULTURA E DESENHO
360 obras selecionadas de grandes artistas nacionais.
entre os quais se destacam os seguintes:

- PORTINARI
- SEGAL
- FANETTI
- SEGAUD
- VOLPI
- DI CAVALCANTI
- DA COSTA
- GUINALDO
- ISMAEL NEZI
- ANTONIO DIAS
- VISCOTTI
- DJANIRA
- BRUNO GEORGI
- CICERO DIAS
- MARCIER
- HEITOR DOS PRAZERES

Catálogos ilustrados no local.
à RUA BARÃO DA TORRE, 220.

Figura 11 – Obras e o leilão⁶⁶

Figura SEQ Figura * ARABIC 11 - Obras e o leilão

Em vista dessa passagem, vislumbra-se que as aprendizagens, os pensamentos e os ensinamentos permaneceram vivos e as heranças ancestrais continuaram tal como o desabrochar das flores. No entanto, o mestre Heitor dos Prazeres teve de passar para outro plano no final da vida. Isto é, ele faleceu, aos 68 anos de idade, no Hospital dos Servidores do Estado⁶⁷ (no Rio de Janeiro) na madrugada do dia 4 de outubro de 1966. Se fosse seguir o registro de nascimento, estaria com 64 anos. Segundo a certidão de óbito⁶⁸, a causa da morte foi por cálculo da bexiga, cujo nome pode ser traduzido como cálculo renal, ou, na nomenclatura popular, como “pedras na bexiga”.

O jornal *O Globo*, cuja manchete expôs “A música popular e a pintura perderam Heitor dos Prazeres”, no dia 4 de outubro de 1966⁶⁹, registrou a causa da morte, também, ao que foi especificado. Ainda consta na notícia que o corpo foi velado no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju, e inumado no jazigo, da mesma necrópole, de “Zé da Zilda”, o qual foi oferecido por Zilda. Em outra reportagem pelo *O Globo*, em 5 de outubro de 1966, intitulada

⁶⁶ Obras de Heitor dos Prazeres ao lado de Portinari, em *Jornal do Commercio*, 9 de abril de 1972. *Fonte: Aquarius Leilão, Jornal do Commercio (1972)*. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&Pesq=%22Heitor%20dos%20Prazeres%22&pagfis=13471. Acesso em: 25 jul. 2024.

⁶⁷ MORREU HEITOR DOS PRAZERES. *O Globo*. 4 out. 1966. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acessado em: 19 jul. 2024.

⁶⁸ PRAZERES, Heitor dos. Registro de óbito; Registro Civil 1829-2012, Registro de óbito [de] Heitor dos Prazeres, Certificado 31.325, p. 152 (Registro em 04 de out. 1966), Rio de Janeiro, RJ. 1966. Disponível em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-DYHQ-VLZ?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A79JT-3PT2&action=view>. Acesso em: 19 jul. 2024

⁶⁹ A MÚSICA POPULAR E A PINTURA PERDERAM HEITOR DOS PRAZERES. *O Globo*. Feminino, 4 out. 1966. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acessado 19 de jul. 2024.

como “Pastôras cantaram músicas de Heitor no seu sepultamento”, relata que o caixão foi levado ao som à capela pelas pastoras que compuseram o grupo de Heitor. Elas cantaram a música *Pierrôt Apaixonado* e *Carnaval na Primavera*, a primeira foi criada por ele e por Noel Rosa e a segunda teve sua autoria⁷⁰. Os amigos e admiradores acompanharam o sepultamento. Heitor fez uma rede de sociabilidade extensa, em que conseguiu fazer muitos amigos no decorrer da trajetória. Amigos esses que compuseram parte da elite intelectual e artística de tempos remotos até a década de 1960⁷¹. Em 12 de outubro de 1966, ocorreu a primeira missa de Heitor na igreja de Santa Rita, que contou com João da Baiana, Almirante e entre outros. Não pode deixar de mencionar que a figura representativa do governador Negrão de Lima, o Capitão Hilton Gama, também compareceu⁷².

No tocante a Hilário Jovino Ferreira, foi um sambista, compositor, músico, letrista, instrumentista e “professor” de mestre-sala. Não se sabia por certo a data de nascimento e o local em que nasceu. Esse debate levou a um determinado período entre os pesquisadores. O escritor Euclides Amaral (2008, p. 45) assinala que o arquiteto e professor Nireu Cavalcanti, da Universidade Federal Fluminense (UFF), descobriu, em suas pesquisas na Biblioteca Nacional, que Hilário Jovino era pernambucano e que nasceu em 1873⁷³. O debate em torno das origens desse sambista, há tempos, tem sido realizado entre os pesquisadores. Compreendia-se, por alguns, que Hilário era baiano e teria nascido em 1853.

As composições musicais e os ensinamentos, como mestre-sala, desse letrista mostravam características da cultura carnavalesca e do samba dos baianos. Talvez por isso e por não conseguir encontrar documentações que sugerissem mais atributos biográficos de Hilário que fez com que os pesquisadores não chegassem a uma conclusão. No entanto, segundo o que argumenta Lira Neto (2017, p.269-270)⁷⁴, em seus registros de nota de rodapé, os dados

⁷⁰ PASTÔRAS CANTARAM MÚSICAS DE HEITOR NO SEU SEPULTAMENTO. *O Globo*. 5 out. 1966. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acessado em: 19 jul. 2024.

⁷¹ Antes de Heitor falecer, passou por uma cirurgia, que foi para retirar pedras. O periódico *O Globo*, em 1 de agosto de 1966, registrou que Heitor tinha sido internado e que, depois que realizou o procedimento, passava bem. Aliás, Heitor não deixou testamento.

⁷² POR HEITOR DOS PRAZERES. *O Globo*. 12 out. 1966. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acessado em: 19 jul 2024.

⁷³ O documento utilizado por Cavalcanti e seu trabalho que mostra suas compreensões acerca de como chegou ao denominador ainda não tive posse. Entrei em contato com as editoras e instituições que financiaram e publicaram a pesquisa, mas sem resposta até o momento. Amaral sugere nas referências que foi divulgado pela Revista *Cariquice*, do Instituto Cultural Cravo Albin, de 2006. Ver: CAVALCANTI, Nireu. “*Tanto riso, ó quanta alegria*”. In *Revista Cariquice Ano III. Nº 2. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cravo Albin, 2006, pp. 30-35.*

⁷⁴ NETO, Lira. *Uma história do samba: volume I (As origens)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

biográficos desse sambista, que condizem sobre ele ser de origem pernambucana, podem ser encontrados num processo de justiça contra ele pela 8ª pretoria do Rio de Janeiro, de 1902⁷⁵.

Tal evento de prisão ocorreu em 15 de setembro de 1902. No documento, a acusação diz que Hilário estava portando um revólver. Nos autos, nota-se que o fato narrado no processo menciona que o sambista estava caminhando pela rua Barão de São Félix, quando um policial deu voz prisão, devido ele ter ameaçado com um revólver o homem chamado Francisco Limeira de Albuquerque, cujo sujeito era dono de um cortiço. Albuquerque teria feito suas devidas cobranças, que, aparentemente, eram de três meses, quando foi recebido aos alaridos por Hilário Ferreira. Após isso, Francisco Albuquerque foi até ao inspetor policial para declarar sobre o acontecimento, pois estava com medo de algo lhe ocorrer. Foi enviado um policial à procura do acusado, a fim de que fosse trazido ao distrito. O mesmo seria enquadrado no artigo 184 do Código Penal, que aborda sobre crimes de ameaça, tendo como punição três meses de prisão (LIRA NETO, 2017, p. 43-44).

O guarda após ir ao encontro e ter dado um tranco em Hilário, ele saiu correndo, jogando fora um embrulho, o qual estava com um revólver. Aparentemente, o revólver era de um amigo e deveria ser levado ao conserto. Em suma, o sambista se abrigou em um curto tempo na casa de João Alabá, o babalorixá que era muito conhecido na região. O guarda não se atreveu a entrar e esperou na espreita até que Hilário saísse. Por conseguinte, Hilário saiu e se deparou com o guarda, uma vez que foi recebido por um movimento, cujo golpe estava atrelado aos conhecimentos de capoeira do sambista. Quando foi detido e levado ao distrito, Hilário Ferreira negou todas as acusações que lhe foram enquadradas. O acusado foi levado ao cárcere, sendo acusado pelo Ministério Público. Para além das primeiras acusações foi incluída a abertura de mais dois artigos do Código Penal, o 303 e o 377, aumentando a pena para um ano e cinco meses de prisão. O jornalista Lira Neto assinala que não constou em nada as acusações, pois, além de ficar pouco tempo na prisão, no dia seguinte o tenente da Guarda Nacional, Artur Pereira de Barros, pagou a fiança de 300 mil-réis, tendo as acusações sido respondidas em liberdade. Ulteriormente, o caso em julgamento propiciou o arquivamento do caso, pois foi alegado que havia ausência de provas. E Hilário pôde retornar aos seus trabalhos para a organização de novos ranchos carnavalescos (LIRA NETO, 2017, p. 44-45). Sobre esse documento, a historiadora Maria Clementina Cunha (2008, p.187) já havia feito análises muito

⁷⁵ Processo OR.2264, Arquivo Nacional.

contundentes sobre ele. Num interessante artigo⁷⁶, ela argumenta que nessa época Hilário tinha 29 anos de idade e era conhecido por sua habilidade na capoeira⁷⁷.

Percebe-se que Hilário passou por dificuldades e desafios, mas a perseguição e o controle sobre os corpos estavam em evidência. Elementos como a subsistência e a mobilidade social se encontravam no dia a dia. Porém, ele se adaptava ao cotidiano, tinha reconhecimento, rede de sociabilidade e tentava fugir dos perigos. O mesmo, posteriormente, procurará conseguir títulos como o de tenente da guarda nacional. A procura por ascensão social, por se unir a uma classe e fugir da perseguição e vigilância também serão os objetivos. Lira Neto (2017, p.54) chama atenção quanto ao prestígio honorífico e a legitimação social de Hilário Ferreira, quando o mesmo ingressou na Guarda Nacional. Não se sabe por certo como obteve. No caso, se foi por custer ou angariar a patente internamente. Conforme propõe pensar Certeau, Giard e Mayol (1994b), são formas de estratégias engendradas contra as aflições dos regimes e das condutas impostas no cotidiano. Interessante mencionar que tal feito, ao entrar na Guarda, concedia ao sujeito não ser caçado por policiais. Os capoeiras buscavam ingressar para fugir da perseguição⁷⁸.

Outro elemento que o autor salienta é que ele foi eleito membro do conselho do Partido Operário Progressista (POP). O *Gazeta de Notícias* (RJ), em 16 julho de 1899⁷⁹, noticiava a participação de Hilário no conselho de classe do Partido Operário. Compreendo que as iniciativas de Hilário estão relacionadas a consciência de classe, a ascensão social e a concepção política, uma vez que estava com diversos sujeitos, sobretudo com estivadores⁸⁰, e entre outros que comporiam o partido. Compartilhavam o que Thompson (2012) assinalou sobre a consciência de participar com os semelhantes na busca por demandas em prol da segurança e de melhorias de vida.

⁷⁶ CUNHA, M. C. “Não me ponha no xadrez com esse malandrão”. Conflitos e identidades entre sambistas no Rio de Janeiro do início do século XX, *Afro-Ásia*, n.38, 2008, p. 179-210. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21165>. Acesso em: 23 jul. 2024.

⁷⁷ Um dado importante levantado pela autora é que a probabilidade maior era que ele nasceu na década de 1870 e que não teria chegado ao Rio antes da década de 1890.

⁷⁸ SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A negrada Instituição. Capoeiras na corte imperial 1850 – 1890*. Rio de Janeiro: Acses Editora, 1998.

⁷⁹ GAZETILHA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1899, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=%22Hil%C3%A1rio%20Jovino%20Ferreira%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=20268. Acesso em: 22 jul. 2024.

⁸⁰ Os estivadores estão ligados a uma rede de sociabilidade e a uma vasta dimensão política, sobretudo na Primeira República. Caberia questionar e investigar suas formações educacionais e de sindicato.

vantes serviços.

— O Centro do partido Operario Progressista do Rio de Janeiro elegeu sua administração para o bienio de 1899-1900, a qual ficou assim composta: Presidente, Tancredo Leal; 1º vice-presidente, J. Bernardo Coimbra; 2º vice-presidente, Joaquim Manuel da Cunha; 1º secretario, 1º tenente, Pedro Guimarães; 2º secretario, A. de Vasconcellos; director-caixa, Honorio Machado; Archivista, E. Vianna. Conselho de classes: Evaristo Fernandes Galiza, Synfronio Galiza. Americo Medeiros, Pedro M. da Silva, Antonio Francisco Vianna, Francisco Pinto da Costa, Alfredo dos Santos, João J. Pantalión, Francisco de Paula Oliveira Veado, José Dias Pombo, Gabriel Canedo Leite, Tobias Sá, Custodio Joaquim de Faria, José Luiz da Costa Carneiro, Anacleto Quirino, Antonio Thomaz Coutinho, David Silva, Franklin Santos, Marcellino Pedro Leal, João Luiz da Costa Carneiro, Pedro Irineu da Conceição, Eduardo Lindolpho de Figueiredo. **Hilario Jovino Ferreira**, Victorino Theodoro Ferreira, Manuel Gomes da Paixão, Miguel Archanjo Novaes, Arthur de Oliveira Barboza, Mariano Valle e Francisco de Paula Pereira Franca. Os delegados pernambucanos do partido continuam

Figura 12 – Gazeta de Notícias informa sobre o POP⁸¹

Figura SEQ Figura * ARABIC 12 - Gazeta de Notícias informa sobre o POP

No tocante aos aspectos biográficos do letrista e sambista, os estudos mostram, de maneira substancial, que Hilário Ferreira nasceu em Pernambuco por volta de 1873, mas que veio, quando adulto, da Bahia para o Rio de Janeiro. Faleceu no Rio de Janeiro em 1933. Os jornais da época anunciavam seu falecimento. O registro de óbito não foi encontrado até o momento. Com relação à família, a filha de Hilário se chamava Porphyria Jovino Ferreira, cuja mãe se chamou Lucinda, tal como é atestado sobre sua genealogia no registro de óbito da mesma⁸². Suponho que ela tenha anunciado nos comunicados a missa de um ano do pai no periódico intitulado *A Noite* (Rio de Janeiro), em 27 de Fevereiro de 1934, pois aparece o nome dela em duas ocasiões nas colunas dos comunicados. A primeira junto de sua “prima”, Eugenia Anna Santos, na missa do trigésimo dia, em 27 de Março de 1933 e a segunda nos comunicados, em 27 de Fevereiro de 1935⁸³.

⁸¹ Fonte: Hemeroteca digital – BN. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=%22Hil%C3%A1rio%20Jovino%20Ferreira%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=20268. Acesso em: 22 jul. 2024.

⁸² FERREIRA, Porphyria Jovino. *Registro Civil, 1829-2012*; Atestado de óbito [de] Porphyria Ferreira, Óbito: 20.884, Certificado n. 113, livro 108, p. 84 (Registro em 23 jan. 1958), Rio de Janeiro, RJ. 1958. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS54-X31J-D?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A65YQ-P23Y&action=view>. Acesso em: 09 de jun. 2024.

⁸³ COMUNICADOS. *A Noite*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1934, p.2. COMUNICADOS. *A Noite*, Rio de Janeiro, Eugenia Anna Santos e Porphyria Jovino Ferreira (...). 27 mar. 1933, p. 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq="Porphyria%20Ferreira"&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=12257](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq=). COMUNICADOS. 2º Aniversário. *A Noite*, Rio de Janeiro, 27



Figura 13 – Missa de falecimento de Hilário⁸⁴

Figura SEQ Figura * ARABIC 13 - Missa de falecimento de Hilário

Lira (2017, p. 269) assinala que ele veio da Bahia após sua transferência por meio da permissão da inspeção do Arsenal da Marinha da região da Bahia para o Rio de Janeiro, que se encontra e foi informado pelo periódico *Pequeno Jornal* (Salvador⁸⁵, p.2, 22 jul 1892). Ele era aprendiz de primeira classe da oficina de aparelho e velas. Roberto Moura (1995, p. 87) transcreveu uma notícia que mostra uma entrevista de Hilário ao *Jornal do Brasil* em 18 de janeiro de 1913, que declara sobre sua chegada ao Rio e sua percepção sobre os ranchos:

Em 1872 [1892, grifo meu], quando cheguei da Bahia a 17 de junho, já encontrei um rancho formado. Era o Dois de Ouro que estava instalado no beco João Inácio nº 17. Ainda me lembro: o finado Leôncio foi quem saiu na burrinha. Vi, e francamente não desgostei da brincadeira, que trazia recordação de meu torrão natal; e, como residisse ao lado, isto é, no beco João Inácio nº 15, fiz-me sócio e depressa aborreci-me com alguns rapazes e resolvi então fundar um rancho. (...) Fundei o Rei de Ouro, que deixou de sair no dia apropriado, isto é, a 6 de janeiro, porque o povo não estava acostumado com isso. Resolvi então transferir a saída para o Carnaval”

fev. 1935, p.2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq=%22Porphyria%20Ferreira%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=21856. Acessado em: 22 jul. 2024.

⁸⁴ A Noite (RJ), de 1934, comunica sobre a missa de um ano do falecimento de Hilário Jovino Ferreira. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq=Hil%C3%A1rio%20Ferreira%20Jovino&hf=memoria.bn.br&pagfis=16597. Acesso em: 25 jul. 2024.

⁸⁵ Assinalo que ao fazer a busca procurar por *Pequeno Jornal* (BA), 22 jul. 1892, em vez de *O Pequeno Jornal*, Salvador, conforme está nas notas de rodapé de Lira Neto (2017). Ver: Ministério da Fazenda, *Pequeno Jornal*, Bahia, 1892. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703842&pesq=%22Hil%C3%A1rio%20Jovino%22&pagfis=2694>. Acessado em: 22 jul. 2024.

Euclides Amaral⁸⁶ (2010, p.45-46) menciona que Hilário Ferreira foi um dos fundadores de muitos ranchos carnavalescos, entre eles um dos primeiros, que foi o Rei de Ouro em 1893, junto de Luiz de França, Avelino Pedro de Alcântaro e João Cândia em um botequim na Rua Larga de São Joaquim (Rua Marechal Floriano), tal como foi salientado pelo jornalista Jota Efege na década de 1960. Ele cita que Donga, num depoimento ao *O Globo*, em 1961, menciona que o Rei de Ouro foi fundado na casa de Tia Sadata, na Pedra do Sal, Outros além desse rancho foram criados, como o Botão da Rosa, fundado na casa de Amélia Zeferina, localizado no Morro do Pinto e, em 1898, o Rosa Branca. Os blocos de afoxés também estão ligados a sua incumbência.

A maior probabilidade, portanto, é que Hilário Ferreira, de acordo com as documentações, os depoimentos e a análise dos autores, tenha chegado ao Rio de Janeiro em 1892, sobretudo diante da informação presente no *Pequeno Jornal*, de 1892, e do depoimento do mesmo ao *Jornal do Brasil* em 18 de janeiro de 1913. Euclides Amaral declara que a data confundiu muitos pesquisadores durante um tempo, pois a mesma foi registrada como 1872. Outro depoimento, ao *Diário Carioca*, em 27 de fevereiro de 1931, mostra um outro elemento interessante que é acerca do tratamento dos ranchos e da ânsia por fazê-los. Moura (1995, p.88) transcreveu da seguinte maneira:

Em 6 de janeiro de 1893, estava eu no botequim do Paraíso, na rua Larga de São Joaquim (atual avenida Marechal Floriano), entre as ruas Imperatriz e Regente, em companhia de vários baianos que costumeiramente ali se reuniam, quando me lembrei da festa dos Três Reis Magos que na Bahia se comemorava naquele dia. Estavam presentes o Luís de França, o Avelino Pedro de Alcântara, o João Cândido Vieira, e eu propus então a fundação de um rancho. Passando a idéia em julgado, ali mesmo eu dei o nome de Rei de Ouro. Na mesma hora, no armazém de um turco, fronteiro ao botequim, comprei meio metro de pano verde e meio de pano amarelo e fiz um estandarte no estilo da Bahia para os ensaios. Ninguém mais descansou. O pessoal saiu avisando que à noite havia um “chá... dançante” em minha casa.

Lira Neto (2018, p. 27-28) profere que ele, ao adentrar em terras cariocas, ficou sob o teto de Miguel Pequeno no beco João Inácio, cuja localização é contígua à Pedra do Sal. Miguel Pequeno, segundo o autor, recebia, temporariamente, as pessoas que chegavam à cidade do Rio de Janeiro, uma vez que naquele período as águas do mar banhavam os amontoados rochosos da Pedra do Sal. A sua estadia e vivência do cotidiano, sobretudo pelas casas, onde se

⁸⁶ AMARAL, Euclides. *Alguns aspectos da MPB: música*. Rio de Janeiro: Esteio Editora, 2010.

encontravam os ranchos que existiam, fizeram com que o motivasse a propor novas diversões e novos ensinamentos consoantes aos elementos dos lugares onde esteve, como na Bahia. Tornou-se um líder para as comunidades baianas que ali se encontravam e para os cariocas, entre outros.

Em suas palavras, observam-se elementos nacionais nas bandeiras de seu primeiro rancho. A historiadora Maria Clementina Cunha (2009), como bem analisou, mostra que as cores estavam relacionadas ao cumprimento da lei que os grupos baianos, assim como outros, tinham diante das autoridades, uma vez que estava em curso o controle e a vigilância dos indivíduos. Ou seja, buscavam pela regularidade e em pagar as licenças em prol de que os desfiles pudessem acontecer, e que seus estabelecimentos de entretenimento pudessem funcionar sem ter problemas com as batidas policiais. Outro ponto, que foi aludido por Lira Neto (2017, p.26), seria que, em relatos avulsos, o rancho Dois de Ouro, que Hilário frequentava, foi desfilar perante o presidente da república Marechal Floriano Peixoto. O estandarte com o verde e amarelo, portanto, coincidiu com as cores da nação para dar lugar à conquista honorífica, sobretudo com o sucesso dos ranchos, e a fuga de possíveis perseguições. Aliás, Hilário saiu do rancho Dois de Ouros e criou seu próprio rancho, o Reis de Ouro, conforme foi visto anteriormente. Ele também teve suas muitas participações na criação de outros ranchos e clubes⁸⁷



Figura 14 – Hilário entrevistado pelo Diário Carioca (RJ)⁸⁸

Figura SEQ Figura * ARABIC 14 - Hilário entrevistado pelo Diário Carioca (RJ)

⁸⁷ A ORIGEM DOS RANCHOS: O tenente Hilário J. Ferreira, criador dos ranchos no Rio, fala ao Diário Carioca — Reminiscências de um velho carnavalesco — Como foi fundado “Ameno Resedá”. Diário Carioca, Rio de Janeiro, p. 5, 27 fev. 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&pesq=Hil%C3%A1rio%20Ferreira%20Jovino&hf=memoria.bn.br&pagfis=562. Acesso em: 23 jul. 2024.

⁸⁸ Entrevista de Hilário Jovino Ferreira concedida ao periódico Diário Carioca, em 1930, sobre a criação dos ranchos. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. Disponível em:

Alessandra Tavares (2022, p. 112-113), em sua interessante obra, aborda sobre como os ranchos se desenvolveram para as escolas de samba a partir das experiências de Mano Eloy, que frequentou os desfiles carnavalescos e os ranchos, entre as ruas do centro da cidade e das áreas portuárias. Os periódicos, que Tavares analisou, se referiram à importância dos ranchos promoverem novas sociabilidades com demais camadas e grupos socioeconômicos, novas regras sociais e mostrar para a sociedade que os sambas e o movimento social carnavalesco estabeleceram aproximação com as premissas e as condutas presentes naquele período. Nota-se que os ranchos se encaixaram, paulatinamente, com os projetos de civilização, mesmo que tivesse algumas resistências, mas acabou adentrando na malha social e cultural da Primeira República. O retirar da “informalidade”, segundo o que foi relatado em um dos periódicos analisados, estaria relacionado à transposição das práticas culturais. Jornalistas, posteriores, como Sérgio Cabral, salientaram sobre o trabalho de Mano Eloy, na esfera do samba, do foi muito relevante para a concepção da “negritude carioca”. De acordo com Tavares (2022, p. 113) as escolas de samba serviram para reforçar a agência social das pessoas pretas e que a palavra “informalidade” que foi escolhida consta a partir da perspectiva do autor sobre a percepção que tinha no que concerne a existência da exclusão social sobre os negros.

Consoante às análises de Tavares, saliento que os ranchos, a partir de suas organizações, que se desenvolveram e afluíram em direção às escolas de samba, também estavam na dimensão educacional, pois além do espaço da brincadeira e da dimensão social e da agência contribuíram para o aprendizado ancestral e das letras. Os ranchos de Hilário Jovino e de Tia Ciata, e demais homens e mulheres pretas, foram fundamentais para a educação das crianças, jovens e adultos que frequentavam. Muniz Sodré (1998, p.44), ao abordar sobre o sambista Sinhô, argumenta que os aspectos da música negra em algumas composições dele, que assinalavam para temas escolares e infantis, eram tão aprofundados que as intitulou como “romances pedagógicos”, cujas formas eram elucidadas por Sinhô e proporcionaram elementos pedagógicos para os adultos. Como propõe Luiz Simas (2019, p. 23) o batuque dos tambores e a musicalidade são vias importantes dos sujeitos que atinam para o teor pedagógico, ensinando sobre a diversidade da vida.

Ou seja, são maneiras de pensar que os ranchos contribuíram para a agência dos sujeitos. Assim como nos aludem às reflexões de Paulo Freire (2016 e 1981), os seres humanos transformam o mundo e se transformam para alcançar a emancipação de si em virtude da

educação e por meio de suas ações. Ou como salienta Roberto da Matta (1997) são os sujeitos que socialmente criam e recriam os espaços, transformando-os e inventando novas condutas. As atitudes, as invenções e as promoções intelectuais e culturais desses sujeitos históricos nos mostram formas de descolonizar nosso olhar sobre as dimensões educacionais. Mignolo (2007 e 2008) e Quijano (2005 e 2010) nos alertam para a problemática da colonização, a qual inebria nossos significados e sentimentos sobre o derredor, uma vez que a colonização do saber, do poder e do ser inviabilizam observar novas realidades fora dos domínios eurocêntricos. Nesse sentido, os lugares e espaços, as dimensões das ruas, as casas e os ranchos carnavalescos fogem da dimensão eurocêntrica. Por vezes criaram suas esferas e dimensionalidades para poderem encontrar espaços, se encaixar, resistir, reinventar e ressignificar.

Tal como assinala Antonio Bispo dos Santos (2019), a partir da dimensão quilombola, é necessário que se contemple outros elementos para além do que o eurocentrismo impôs. Logo, os significados das ruas e dos sambistas propõem novas formas de perceber a agência educacional dos sujeitos para além do que é dado e posto como oficial. A partir deles também se pode compreender e adentrar em outras vias da dimensão educacional, cultural e social. Sem deixar de mencionar que os sambistas não aprenderam isoladamente, mas, também, a partir de uma sociabilidade, tal que observaremos no horizonte adiante as mulheres que contribuíram para os investimentos educacionais e as sementes culturais que plantaram nos caminhos.

3 AS TIAS, MÃES, FILHAS, PRIMAS E A MASCULINIDADE NEGRA

Compreende-se que, ao abordar sobre o samba, as relações de classe, raça e gênero não podem ser dissociadas, pois estão conectadas aos conflitos e disputas sociais, educacionais e econômicas. Nesse sentido, ao refletir sobre Heitor dos Prazeres e Hilário Jovino Ferreira, deve-se trazer à luz da reflexão e do debate o papel e a importância das mulheres nos espaços e lugares pertinentes ao samba e a trajetória educacional dos sujeitos citados. Devido às ações e influências das mulheres, como as “tias”, as “mães”, “avós”, as “primas”, as “irmãs”, as “cunhadas”, que foram contemporâneas dos sambistas destacados, foi possível, através das conquistas e do pioneirismo delas, desenvolver as práticas relacionadas ao samba e ao carnaval durante o final do século XIX e no transcorrer do século XX.

O cronista Francisco Guimarães⁸⁹, codinome Vagalume, em *Na roda do samba*, publicado em 1933, ao abordar sobre as “origens do samba”, traz à tona algumas reminiscências

⁸⁹ Segundo Leonardo Pereira (2015, p. 18-19), Francisco Guimarães foi um jornalista que nasceu em 1877, vindo de uma família negra e pobre que trabalhava. Foi educado em um dos Institutos Profissionais que foram criados para aqueles que tiveram o benefício da Lei do Ventre Livre. Trabalhou como auxiliar de trem na Estrada de Ferro

e características dessas “tias”, “irmãs”, “mães”, “avós”, “primas” e “cunhadas”, no limiar do século XX. Nesse relato demasiadamente interessante, Vagalume (1933, p. 103) escreveu:

BONS tempos aquelles! Quando se formava a roda, os seus componentes eram as summidades e os convidados, gente escolhida, que merecia o tratamento de «Yáyá» e «Yôyô». E as bahianas? Mas que bahianas tentadoras, com suas alvas e lindas camisas de cretone bordadas com renda de linho; bellas «anaguas» de grande roda com babados e sandalia na ponta do pé! E tão sedutoras se tornavam, envoltas no panno da Costa perfumado, ostentando custosas joias e lindos «barangandans», que contavam na roda inumeros admiradores, gente graúda: «seu» barão, «seu» commendador e o portuguez da venda ou do açougue.

A descrição delas mostra como estavam envolta de detalhes que faziam alusões às heranças e continuidades da *cosmoperspectiva* africana, sobretudo no que toca a habilidade de posicionamento e liderança feminina em suas redes de comunidade. Essas mulheres mostraram e mostram para nós a riqueza dos detalhes ancestrais, tanto por meio das vestimentas, que eram formas de representação da resistência cultural, religiosa e étnica, como por meio de suas ações políticas, que foram voltadas para construir irmandades e os próprios comércios, a fim de que elas não ficassem refém do patriarcalismo e de que fortalecesse os laços de confiança nas “repúblicas”. Além disso, instituíram respeito e reconhecimento no meio social e político. Tinham fortes influências entre as distintas classes sociais e teciam negociações políticas entre os sujeitos. Percebe-se, por exemplo, nos argumentos de Vagalume, que conviviam entre muitos “admiradores”, dentre eles parte dos que pertenciam a elite e parte de outros grupos sociais.

Em *Macunaíma*⁹⁰, publicado pela primeira vez em 1928, os relatos de Mário de Andrade sobre Tia Ciata, por exemplo, fazem menção ao reconhecimento da pessoa dela e de sua

Pedro II, que se conhece na atual conjuntura como Central do Brasil. Foi trabalhar como jornalista a partir de um jornalista que estava cobrindo a construção, cujo sujeito se lembrou de Guimarães e reconheceu o talento do jovem auxiliar, a fim de que desse seus primeiros passos na imprensa. Interessante mencionar que Guimarães, em 1893, se alistou no batalhão de Tiradentes, defendendo o projeto republicano de Floriano Peixoto, a fim de combater o evento da *Rebelião da Armada*. Após ser suprimida, conseguiu ser nomeado como Alferes Honorário do Exército e, posteriormente, recebeu a patente de Capitão da Guarda Nacional. Pereira sugere que tais ações são meios para subsistir e ascender socialmente diante das mudanças sociais, culturais e políticas que estavam acontecendo naquele período. Isso também é relevante para perceber como as mulheres negras, como as “tias”, também utilizavam dessas estratégias para resistir e subsistir na sociedade. Por conseguinte, Guimarães, em 1896, conseguiu emprego no Jornal do Brasil e, em 1904, passou a trabalhar no A Tribuna, passando a assinar seu nome a partir do codinome “Vagalume”. Ver em: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904-1933). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n. 69, p. 13-33, 2015.

⁹⁰ Andrade, Mário de, 1893-1945. *Macunaíma: o heroi sem nenhum caráter*. Prefácio de Márcia Fusaro. 2. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

autoridade. Havia até temor sobre suas habilidades como “curandeira”. Surgia denominações como “feiticeira”. Um termo um tanto problemático, sendo que suas habilidades e saberes ancestrais emergiram com autoridade. Algo que não se brincava. Muitas das vezes, esses termos, aparentemente, foram utilizados para abordar acerca dos “poderes curativos” que não estavam de acordo com a produção e com os procedimentos científicos da época. Ademais, tais formas pejorativas, por certo, diminuíram as ações e os esforços daqueles que praticavam rituais fora de uma dimensionalidade cristã e progressista.

Porém, a descrição de Mário de Andrade sobre Tia Ciata reflete de outra forma. No caso, projetava uma mulher que tinha autoridade e respeito diante dos grupos sociais que a procuravam. Estava ali em prol da comunidade e daqueles que urgiam por ajuda. Era uma mulher que tinha seus comércios, como quituteira, sua casa, seu status social e tinha suas raízes provindas das irmandades religiosas. Andrade (2019, p. 49 e 51) a menciona da seguinte maneira:

Era junho e o tempo estava inteiramente frio. A macumba se rezava lá no Mangue no zungu da tia Ciata, feiticeira como não tinha outra, mãe de santo famanada e cantadeira ao violão. Às vinte horas Macunaíma chegou na biboca levando debaixo do braço o garrafão de pinga obrigatório. Já tinha muita gente lá, gente direita, gente pobre, advogados garçons pedreiros meias-colheres deputados gatunos, todas essas gentes e a função ia principiando. Macunaíma tirou os sapatos e as meias como os outros e enfiou no pescoço a milonga feita de cera de vespa tatucaba e raiz seca de açacu. Entrou na sala cheia e afastando a mosquitada foi de quatro saudar a candomblezeira imóvel sentada na tripeça, não falando um isto. Tia Ciata era uma negra velha com um século no sofrimento, javevó e galguincha com a cabeleira branca esparramada feito luz em torno da cabeça pequetita. Ninguém mais não enxergava olhos nela, era só ossos duma compridez já sonolenta pendependendo pro chão de terra.

Depois da bebida, entre bebidas, seguiram as rezas de invocação. Todos estavam inquietos ardentes desejando que um santo viesse na macumba daquela noite. Fazia já tempo que nenhum não vinha por mais que os outros pedissem. Porque a macumba da tia Ciata não era que nem essas macumbas falsas não, em que sempre o pai de terreiro fingia vir Xangô Oxosse qualquer, pra contentar os macumbeiros. Era uma macumba séria e quando santo aparecia, aparecia deveras sem nenhuma falsidade. Tia Ciata não permitia dessas desmoralizações do zungu dela e fazia mais de doze meses que Ogum nem Exu não apareciam no Mangue. Todos desejavam que Ogum viesse. Macunaíma queria Exu só pra se vingar de Venceslau Pietro Pietra.

Na Primeira República, a prática de curandeirismo era prevista pelo código penal como algo ilícito e deveria vir acompanhada de punição, tal como salienta Caio Sérgio Santos e Silva

(2017, p. 12)⁹¹. O código penal, nesse caso, fortalecia a hostilidade às práticas e tradições cotidianas de origem africana e a política higienista, que estava em curso na cidade do Rio de Janeiro em prol de um determinado desenvolvimento e do progresso na primeira parcela do século XX. Em paralelo a isso, os trabalhos de Sidney Chalhoub⁹², Jaime Benchimol⁹³ e Nicolau Sevcenko⁹⁴, concernentes às reformas urbanas no Rio e ao evento intitulado “Revolta da Vacina”, evidenciaram que cada vez mais a população africana estava sendo alijada do centro da cidade devido às reformas e às políticas higienistas que iam em direção à modernização e ao status de cidade. Existiam sérios problemas de moradia, no limiar do século XX, que causavam disputas e conflitos entre os grupos sociais, até mesmo discordâncias e imbróglis entre casais e amigos.

O projeto de embelezamento de cunho europeu, o alargamento das ruas em formas de avenidas, ou melhor, de bulevares, a higienização dos locais, o apagamento de certos traços da memória imperial, a reorganização dos espaços, a padronização dos quarteirões e o escoamento comercial e de mercadorias que ligavam ao porto fizeram com que afastasse determinados grupos e coexistissem esferas dentro das coordenadas geográficas citadinas. Mônica Velloso (1990, p. 207) questiona como essas esferas conseguiram conviver no Rio, pois existia, segundo ela, o planejamento de uma “Europa possível” e a “Pequena África”. A historiadora compreende que o regime republicano não conseguiu dar conta, uma vez que a africanização vinha em contrapartida do objetivo de uma “Europa possível” e era inflexível com o projeto civilizatório e de modernização que almejavam.

Para alguns historiadores, como Jaime Benchimol (2003) e André Azevedo (2016), existiram reformas diferentes, uma empreendida por Pereira Passos e outra por Rodrigues Alves, dado que, segundo Azevedo, a primeira tinha como viés planejar e embelezar o espaço de maneira civilizatória e a segunda deveria ter como escopo promover um detergente social e agilizar a locomoção das mercadorias vindas do porto em função da economia.

Posteriormente discutiremos as reformas com mais atenção. Nesse momento, nos ateremos a pensar a importância dessas “tias”, “mães” e “avós” diante dessas transformações,

⁹¹ MORAES, Caio Sérgio de. A cidade do Feitiço - Feiticeiros no cotidiano carioca durante as décadas iniciais da Primeira República - 1890 a 1910. *Dissertação de Mestrado em História* - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

⁹² CHALHOUB, Sidney. Vacina, varíola e vacinofobia. In: *Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Editora Companhia das Letras, 1996.

⁹³ BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: *O Brasil Republicano*, vol.1. RJ: Civilização Brasileira, 2003, pp.231-286.

⁹⁴ SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

pois, para Velloso (1990, p. 209)⁹⁵, essas mulheres foram importantes para receber os baianos que chegavam na cidade do Rio, cuja migração (de um determinado quantitativo) ocorreu entre o pós-Abolição e, aparentemente, algumas décadas antes da Abolição. Os dados são um tanto imprecisos, tal como salienta o historiador Tiago de Melo Gomes (2003, p. 180-181)⁹⁶.

Entre as “tias” que estendiam o espaço de suas residências, cita-se Tia Sadata, que tinha um rancho carnavalesco intitulado como Rancho das Sereias, cujo lócus citamos em outrora com os relatos de Donga a Sérgio Cabral, lembrado na reportagem de Jota Efegê, para *O Globo*, em 1974. Em *Ecos da folia*, Maria Clementina Pereira Cunha (2009, p. 210)⁹⁷ menciona que Donga, pelo periódico Tribuna da Imprensa, relatou que uma das agremiações pioneiras se chamava Sereia de Ouro.

Os relatos sobre as origens das agremiações são um tanto diversos e imprecisas. Por exemplo, segundo Vagalume (1933, p. 191)⁹⁸, a casa de Tia Thereza (Tereza), que se localizava na Rua Luiz de Camões, serviu como um dos primeiros lugares para festas, cujas ocasiões, conforme diz o escritor Euclides Amaral (2010, p. 47)⁹⁹, eram denominadas como “Sambas”. Amaral cita que as festas aconteceram antes da casa da Tia Ciata, que ficou conhecida como lugar onde se reuniam os “bambas”, pessoas que eram muito relevantes e estavam numa posição de “hierarquia”, em que havia muito respeito por todos os feitos. O cronista Vagalume nos conta sobre as festas da seguinte forma:

As festas na casa da tia Thereza, sempre tiveram nome na historia. Os bohemios chamavam-na «tia Thereza», mas, as bahianas, suas conterraneas, tratavam-na de Tetéa. Foi o apelido que recebeu em Maragogipe aos primeiros dias de nascida, porque, segundo dizem, era muito bonitinha e depois de moça foi typo de bellezaa na terra onde se fabricam os melhores charutos do mundo, na opinião do Rei Alberto. Durante muito tempo, tia Thereza vendeu na rua, á noite. O seu grande taboleiro, era um verdadeiro restaurante. Prat du jour : angu' á bahiana. Nas sextas-feiras e na quinta-feira santa, o angu' era substituido pela vatapá ou caruru' de peixe. (VAGALUME, 1933, p.191)

⁹⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p.207-228.

⁹⁶ GOMES, Tiago de M. Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29-30, 2003. DOI: 10.9771/aa.v0i29-30.21057. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21057>. Acesso em: 10 de jun. 2024.

⁹⁷ CUNHA, M. C. P. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁹⁸ VAGALUME (Francisco Guimarães). *Na roda de samba*. Rio de Janeiro: Tip. São Benedicto, 1933.

⁹⁹ AMARAL, Euclides. *Alguns aspectos da MPB: música*. Rio de Janeiro: Esteio Editora, 2010.

Cunha (2009, p.215-216) argumenta que Tia Ciata, provavelmente, tenha chegado ao Rio de Janeiro na década de 1870. Ela ficou, posteriormente, responsável pelo rancho Rosa Branca. Uma briga, segundo a historiadora, fez com que o fundador e amigo, Hilário Jovino Ferreira, passasse a posse para ela. Esse desentendimento teria a ver com a sedução de Hilário à filha de Ciata, denominada Marquita. Isso de acordo com o depoimento de Donga, que se encontra transcrito em *As vozes desassombradas do Museu*, de Antonio Barroso Fernandes, destacado nas notas da historiadora Maria Clementina Cunha, especificamente na nota de número 169 (Idem, 2009, p. 359). Em outro momento, Hilário teve um romance, em que se envolveu com a mulher de Miguel Pequeno, que tinha por nome Amélia Kitundi, a ponto de fugir com ela. O afilhado de Hilário, Bucy Moreira, comentou, em um depoimento, que Hilário tinha espírito de “don juan” (MOURA, 1995, p. 91)¹⁰⁰. À vista disso, Cunha (2009, p. 216) menciona que era um tanto equivocada a outra expressão relatada por Bucy. No caso, a que contava que Hilário era um “desses negros que não suam”. Em suma, cabe mencionar que Miguel Pequeno era um dos companheiros de Hilário que tinha por sonho ter um rancho, cuja realização conseguiu executar junto de seu “amigo” ao formar o Rosa Branca e ter a licença policial no decorrer da década de 1890 (CUNHA, 2009, p. 216).

O que chama atenção nesse episódio de Tia Ciata e Hilário são as rivalidades entre homens e mulheres dentro do círculo carnavalesco e da comunidade. Cunha (2009, p. 216) afirma que existiam disputas entre os líderes da comunidade. No caso, as “tias” exerciam seus posicionamentos, sobretudo no que concerne à ordem pessoal. Não deixavam os problemas serem resolvidos para depois e tampouco tinham algum temor de bater de frente com quaisquer amigos ou “xarás” masculinos. Elas enfrentavam e ensinavam as suas descendências e “irmãs” (tanto no sentido biológico quanto cultural) a sobreviverem e terem, em seu labor, a autonomia de suas vidas. Por exemplo, Roberto Moura (1995, p.69) destacou o depoimento de Cincinha, neta de Tia Ciata, que disse sobre os aprendizados das “tias”:

Elas todas sabem fazer doce, a gente aprende de tudo. Elas diziam pra gente: “amanhã quando casar, se tiver um fracasso com o marido, não precisa pedir ao vizinho nem a parente, é só fazer qualquer coisa pra ganhar dinheiro”. (...) Cada um nas suas casas, os que iam nascendo não sabiam ainda e ia-se ensinando. Não deu tempo de saber muita coisa não... (Depoimento de Tia Cincinha).

¹⁰⁰ MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro; Secretaria Municipal da Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

Nesse argumento percebem-se os ensinamentos da vida, as aprendizagens cotidianas e das redes de sociabilidade em prol da sobrevivência. Ou seja, entre homens e mulheres, dentro da dimensão dos dilemas e das disputas sociais, culturais e econômicas, era necessário sobreviver de maneira autônoma, sem depender de alheios. Esse estilo de vida para ganhar recursos financeiros não era unânime e muito menos único ou exclusivo de um povo e de um grupo nesse período. Existem pesquisas como a de Sheila de Castro Faria (2001)¹⁰¹, sobre as *sinhas* pretas, no século XVIII, que mostram que angariar pecúlio, comercializar e fazer testamentos fazia parte da mobilidade social.

Além disso, os estudos dela evidenciam práticas e ensinamentos dessas mulheres comerciantes que foram passados por gerações, as quais as mulheres de determinada parte do continente africano tinham em comum com as da América Portuguesa, que era a busca por recursos, tapeçarias, objetos e por angariar pecúlio. Outra prática semelhante dessas mulheres era a procura de alimentos para a família e para a comunidade local. O que sobejava era reaproveitado, a fim de vender em mercados próximos. As pesquisas de Faria apontam para o período colonial na América Portuguesa e a “globalização” de mercados e mercadorias nos principais portos do continente africano. Contudo, podem-se perceber indícios que foram herdados pelas mulheres brasileiras do século XIX. Essas práticas de comércio entre as quituteiras, as costureiras, lavadeiras e comerciantes remontam a luta pela subsistência, pela cidadania e pela ampliação das dimensões políticas, dado que conseguiam angariar o bastante a ponto de obter ascensão social; fazer protestos quando fossem atacadas em suas regiões de mercado tanto pelo governo local, por outros comerciantes, quanto pelas autoridades policiais; ter casas ao lado da elite; e fazer testamentos para suas famílias em prol da segurança e da autonomia.

Não se pode afirmar que comercializar era exclusivo de determinado povo ou grupo, pois cada população no mundo realizava suas relações econômicas em vastas regiões. Porém, nota-se que práticas de comércio já existiam no Rio e que, aos poucos, foram sendo aprimoradas e difundidas no decorrer dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX. Russel-Wood (2014, p. 110-111) ressalta que na América Portuguesa os africanos que foram trazidos fizeram parte da lógica portuguesa para que suprissem as ausências da colônia. Entre elas, se encontrava o comércio. No entanto, as vendas de alimento também podem ser percebidas em fontes imagéticas e documentos escritos, como os casos de testamento, inventários, relatos de viajantes, quadros a

¹⁰¹ FÁRIA, S. S. C. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX)*. In: Silva, Francisco Carlos Teixeira da; Mattos, Hebe Maria; Fragoso, João. (Org.). *Escritos sobre História e Educação*. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/Faperj, 2001, v. 1, p. 289-329.

óleo etc. Em quadros a óleo como os de Jean-Baptiste Debret, Henry Chamberley e John Clarck, por exemplo, podemos perceber as tradições comerciais, como em:

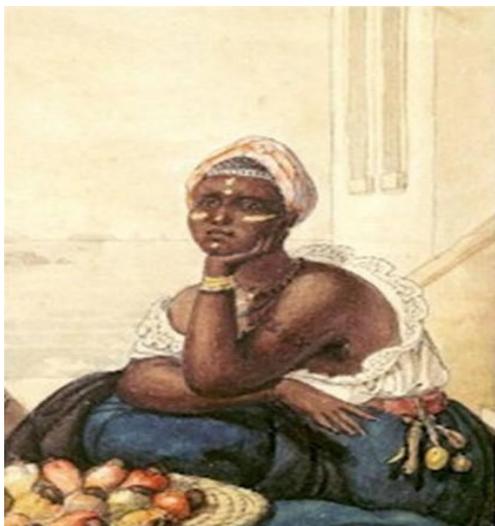


Figura 15 – Arte de Debret¹⁰²

Figura SEQ Figura * ARABIC 15 - Arte de Debret



Figura 16 – O Largo ¹⁰³

Figura SEQ Figura * ARABIC 16 - O Largo

¹⁰² Negra vendendo caju (Jean-Baptiste Debret, 1827). *Fonte: Biblioteca Nacional*. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Negra_vendendo_caju_-_Jean_Baptiste_Debret_1827.jpg. Acesso em: 25 jul. 2024.

¹⁰³ In: Largo da Glória. John Clark, c.1770-1863 seg Henry Chamberlain ((1796 - 1844) A partir de Joaquim Cândido Guillobel, Londres. Thomas McLean, 1821. *Fonte: Biblioteca Nacional*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/a-opera-da-independencia-uma-exposicao-em-dois-atos-e-dez-cenas/segundo-ato-a-plateia/>. Acesso em: 25 jul. 2024.



Figura 17 – O mercado¹⁰⁴

Figura SEQ Figura * ARABIC 17 - O mercado

As quituteiras como Tia Tereza, Tia Ciata e entre outras mulheres. As costureiras como Tia Celli, mãe de Heitor, e Tia Bibiane, tal como salienta Moura (1995) no decorrer do seu trabalho. E como a mãe de João da Baiana, que também foi uma das “tias”, trabalhava para conseguir recursos financeiros para o lar e para a educação dos filhos. Observamos em outrora como a mãe de João da Baiana preocupou-se para que seu filho conseguisse ler e escrever. Interessante que o sambista aprendeu numa casa em que tinha uma mulher que cuidava de muitas outras crianças. Ou seja, a prática de instrução e alfabetização também estava presente no arcabouço de demais mulheres que viviam na sociedade carioca. Além de cuidar dos filhos de outros, também receptava capitais para a continuação de seu lar, utilizando-o como espaço e lugar de trabalho, de brincadeira, de ensino, de acolhimento e de identificação.

Existia uma lógica nos séculos XIX e XX de que a mulher deveria estar a par do lar e dos filhos. Em muitos momentos tinham que ter permissão dos maridos para trabalhar fora. No entanto, percebo que essas mulheres romperam essa lógica, mesmo estando sob os imbróglis socioeconômicos e coberto pelo lençol do patriarcalismo que era estendido pela sociedade capitalista daquele período. Assim como no período colonial e em demais épocas, a Primeira República mostra que havia uma diversidade cultural e social. Havia, nesse sentido, um universo de diferentes esferas singulares de realidades. Alguns querem pôr as realidades dentro

¹⁰⁴ In: A market stall (O mercado). CLARK, John Heaviside. A market stall. London [Londres, Inglaterra]: Howlett and Brimmer, 1822. Fonte: *Biblioteca Nacional*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/a-opera-da-independencia-uma-exposicao-em-dois-atos-e-dez-cenas/segundo-ato-a-plateia/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

de um mesmo recipiente, porém compreende-se que existem surpresas em um horizonte não tão conhecido.

Em um trabalho demasiadamente interessante dos historiadores Flávio Gomes e Carlos Eugênio Líbano Soares¹⁰⁵, percebemos que as quitandeiras, no decorrer do século XVIII, durante o período colonial, tinham concepções políticas e sociais e atitudes morais no que concerne a execução de seus ofícios. O moral quando é emanado aqui significa que havia ações políticas por parte dessas quitandeiras. Elas foram responsáveis por manter seus interesses e abrir zonas de conflito, a fim de adentrar na “cidadania” e exercer o papel de liderança, que elas mesmas incubiram e representaram, diante das comunidades que estavam sob suas responsabilidades.

Os historiadores nos relatam que muitas reclamações eram levadas à Câmara da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro na época, sobretudo no que concerne aos problemas da capital, como os pântanos, alagamentos, ruas sem calçamento, problemas com iluminação, conflitos diários entre moradores e autoridades (GOMES e SOARES, 2002, p. 3-5). No entanto, uma representação chegou até a Câmara de Vereadores não por parte de comerciantes ou moradores brancos ou proprietários de fazenda, mas por um grupo de mulheres pretas e quitandeiras, muitas das vezes libertas ou escravas, que enviaram uma missiva à Câmara solicitando o não despejamento delas do lugar comum de trabalho, tal como fora ordenado pelo juiz presidente da casa no seguinte argumento:

Dizem as quitandeiras que sempre gozaram a posse de vender suas quitandas defronte da casa da Câmara, na frente do mar, e justamente na vizinhança das bancas em que se vende o pescado, sem que por isso se embarace a serventia da rua; para o que costumam anualmente tirar licença do Senado e pagar o devido foro, como o mesmo escrivão e tesoureiro do Senado podem informar (apud GOMES e SOARES, 2002, p. 4)

Os autores afirmam que as quitandeiras eram “típicas vendedoras dos espaços urbanos coloniais” e que, possivelmente, pela primeira vez na história do Rio de Janeiro, elas buscavam ter suas vozes reconhecidas e ouvidas, além de ter sua vez no espaço dos posicionamentos. Algo que deve ser destacado é que os autores mostram que elas não eram vendedoras clandestinas, não eram vulneráveis ou muito menos irrelevantes, pois elas pagavam para trabalhar em seus ofícios, tiravam licenças anuais para se manterem fixas no determinado lugar de trabalho.

¹⁰⁵ GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Dizem as Quitandeiras...”. *Ocupações Urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, nº 2, p. 3-16, jul/dez, 2002.

Ademais, faziam a manutenção de seus negócios, mantinham a organização coletiva e ocupacional de maneira sofisticada, uma vez que pagavam coletivamente para que isso ocorresse. E eram súditos leais.

Cabe mencionar que Gomes e Soares assinalam que elas informaram as razões que solicitaram a intervenção do poder municipal, dado que a ação tomada contra elas fora feita por uma autoridade judicial, nomeada pela Coroa e que presidia a Câmara, de fora do município. Foi ordenado para que as vendedoras desocupassem o local em frente ao prédio do Senado, na atual Praça XV de Novembro, de maneira iminente. A tomada de decisão pelo juiz poderia ter sido ocasionado, segundo a hipótese de Gomes e Soares, devido às reclamações de moradores ao alarido das quitadeiras em seu local de trabalho. Essas reclamações eram comuns na época. No entanto, os historiadores perceberam que havia outros motivos. Os vereadores tinham deferido a decisão do presidente sem ter o devido cuidado, uma vez que o procurador da Câmara, João Antunes Lima, não compartilhava da mesma opinião que fora dada pelos vereadores, pois ele entendia e confirmava que havia legitimidade da ocupação das quitadeiras naquela região. Ele assinalou em um dado documento que tal decisão de despejo traria prejuízos gravíssimos às requerentes, e que as mesmas estavam na legalidade, pois tinham realizado o pagamento do aforamento:

Porém o meritíssimo dr. juiz de fora absolutamente lhes mandou que despejassem dos seus lugares, cuja ordem, em contemplação de seu presidente, confirmou o Senado da Câmara, mandando que fossem proceder contra os que fossem renitentes em não obedecer: como as suplicantes, conforme acima fica dito, já têm pago o costumado aforamento do chão, para na dita paragem poderem vender, e desta expulsão lhes há redundado gravíssimo prejuízo, que será ainda maior pelo tempo adiante, por não terem outro lugar mais suficiente, segundo o mesmo Senado da Câmara também tem afirmado, portanto: P. V. Exc. queira ser servido mandar que lhes não impeça o venderem nas paragens donde as expeliram, atendendo ao grande incômodo dos compradores e a tão notável prejuízo das suplicantes (apud GOMES e SOARES, 2002, p.3-4).

No caso, o motivo era outro, os historiadores Gomes e Soares alegam que estava ligado, na verdade, a uma “enfermidade” que afligia o juiz presidente, pois ele morava numa casa ao lado da Câmara, contíguo ao local de trabalho das quitadeiras, não conseguindo o repouso por conta dos “alaridos” que dali se ouvia. O procurador argumentou que o barulho que se ouvia não era oriundo daquelas que pagavam o foro para utilizar da ocupação, mas de outras que estavam fora da lei, as que se aproveitavam da clientela para vender e que não regularizaram suas situações com as normas.

As quitandeiras que estavam regularizadas foram expulsas imediatamente, enquanto que as que estavam sob situação irregular continuaram exercendo seus ofícios. Flávio Gomes e Carlos Eugênio Soares (p. 5-6) apontam que a medida foi inofensiva, pois ainda continuava a “bulha”, ou seja, permaneciam os ruídos, os alaridos que incomodavam a recuperação do juiz. Porém, a medida tomada era temporária, já que duraria até o fim da “enfermidade” que o atormentava e, quando o procurador escreveu o parecer, ela já estava chegando ao seu fim.

O tal aliado das quitandeiras, o procurador João Antunes Lima, que era uma das figuras mais relevantes da procuradoria da Câmara Municipal da Colônia, solicitou o retorno delas ao lugar costumeiro de vendas, já que era deveras importante para a urbe, pois os habitantes da cidade compravam seus alimentos. Nas palavras do procurador: “se ter dado assaz conhecer o quanto é sensível a falta delas na citada paragem, pelo não pouco incômodo que tem experimentado o povo” (apud GOMES e SOARES, 2002, p. 5).

Como resposta, a Câmara enviou ao juiz mais importante da cidade o parecer do procurador, pedindo uma resposta. O ministro da Justiça da época ficou com a responsabilidade de decidir sobre a ação. Ele outorgou por decisão o retorno das quitandeiras, que foram expulsas, ao seu lugar comum de vendas (atual Praça XV) em razão de que “o bem comum deve prevalecer a qualquer utilidade particular” (apud IDEM, 2002, p. 6). E, como bem foi argumentado pelos historiadores, a vitória das quitandeiras foi inquestionável.

Interessante mencionar, segundo Gomes e Soares (2002, p.7-8), é que o termo quitanda é de origem *quimbundu*, mas pode ser encontrado em todas as populações de língua buntu de Angola. Tal informação se relaciona com os trabalhos de Sheila Faria, Luís Felipe de Alencastro e Russel Wood, que mostram a circulação cultural, econômica e social durante a passagem atlântica, já que havia comercialização de mulheres tanto quanto nos portos de Luanda quanto nas margens do Atlântico Sul¹⁰⁶, sem deixar de mencionar que as práticas de vendas se assemelhavam às das quitandeiras do Rio de Janeiro. Os historiadores (2002, p. 8) afirmam que “a quitanda é uma invenção social dos povos bantos da África Central”, a qual passou por transformações na diáspora africana, sobretudo no Brasil. Uma vez que existem algumas diferenças, entre elas é que no continente africano o ofício da quitanda é exclusividade das mulheres enquanto que no Brasil os homens também apareciam nesse cenário deste ofício.

Outro ponto que cabe ser destacado, e foi emanado por Gomes e Soares (2002, p.6-7), é acerca da articulação bem sofisticada e das formas de organização e de negociação por parte

¹⁰⁶ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

dessas quitadeiras diante da elite política da região, que foram, aparentemente, sendo diluídas, no século XIX, até o ponto de se perderem. A compreensão dos pesquisadores foi de que as quitadeiras passaram a ser hostilizadas até mesmo pelos religiosos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário - igrejas dos povos pretos - em razão do barulho que faziam numa localidade próxima.

O século XIX é marcado pela venda dessas quitadeiras, percebemos que foram importantes para fornecer alimentos para os cidadãos da cidade e movimentar de alguma forma a economia local e externa. Por outro lado, notamos outras formas delas estarem conectadas a demais âmbitos pertinentes ao cotidiano das comunidades.

Em outro artigo, escrito pela historiadora Alexandra Lima da Silva (2022, p.385)¹⁰⁷, intitulado “Pelas Mãos de Eugênia”, a autora questiona e traz à tona a crítica: Onde estão a participação das mulheres negras no interior e exterior das famílias? Onde estão seus direitos ao passado? Uma frase de bell hooks (1995¹⁰⁸ apud SILVA, 2022, p.385) que foi emanada no texto: “quando eruditos negros escrevem sobre a vida intelectual negra em geral só focalizam as vidas e obras de homens”, nos revela que a agência das mulheres negras, muitas das vezes, é diminuída e, por vezes, soprada, tal como o vento faz com os grãos de areia, pelo suposto “estrelismo” masculino, acarretando em silenciamentos.

Em função desse questionamento, Alexandra Lima da Silva, em busca dos percursos e das diferentes “experiências” femininas, no sentido mais amplo do termo, isso em virtude da construção de identidades, das subjetividades, da diversidade, da multidimensionalidade e das ações e produções políticas, sociais e culturais das mulheres negras, traz à luz da reflexão o caso de Eugênia Luiza Soares Gomes. Ela, que nasceu no Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1897, era a primeira filha de um casal, os quais se denominavam Celestino Gumes (ou Gomes) e Francisca Soares. Quando estava com a idade de 22 anos, havia se casado com João de Souza Martins. Ambos eram alfabetizados, pois, aparentemente, sabiam escrever seus nomes nos registros. Eugênia se tornou viúva em 1932 e era mãe de uma menina. Casou-se, posteriormente, com Jayme. A profissão era de obstetra/parteira. Faleceu em 1957.

A hipótese da historiadora com relação a influência e formação da profissão de obstetra de Eugênia estaria ligada a rede de sociabilidade da mesma (SILVA, 2022, p. 391). Isto é, o tio

¹⁰⁷ SILVA, Alexandra Lima da. Pelas mãos de Eugênia: experiências de mulheres negras em uma família no Rio de Janeiro (1897-1957). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 42, nº 90, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-19> Acessado em: 06 de junho de 2024.

¹⁰⁸ HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, pp. 464-478, 2. sem. 1995.

de Eugênia era formado em Farmácia e Medicina, enquanto que o cunhado, Abdicai Albano Bahia, tinha como ofício a medicina. Nesse sentido, mostra, por um lado, que as redes de sociabilidade dessas mulheres negras eram importantes para a formação educacional, cultural e social. Por outro lado, cai sobre a dúvida e a plausibilidade se houve a diplomação da mesma na respectiva área de conhecimento, tal como foi destacado. Uma vez que isso abre margem para outros questionamentos, como, por exemplo, se Eugênia foi uma “parteira leiga”? A profissão de obstetra, segundo alguns dados e referências emanados por Alexandra Silva, como taxas de mortalidade e a escolha feminina por esse tipo de ofício, mostra que era considerada uma profissão liberal, com duração de quatro anos, e que muitas mulheres optaram por ela. Com as altas taxas de mortalidade, o que se compreendia era que as obstetras viriam a dominar novas técnicas que permitiriam a maior probabilidade de sobrevivência de mães e filhos (MOTTA, 2002, p. 203 apud SILVA, 2022, p. 392). A disputa no mercado de trabalho, no decorrer da década de 1920, também influenciou para que o exercício de parteira se vinculasse à enfermagem.

O que chama ainda mais atenção neste interessante artigo é acerca do investimento em educação na família de Eugênia Luiza. Em primeiro lugar, quando Alexandra Silva (2022, p.395-396) investiga as “experiências”, observa atenciosamente os nomes dessas mulheres e as suas árvores genealógicas, isso por meio de registros de óbitos, nascimentos e casamentos, pois entrever as “experiências” é contemplar as ações políticas e as mudanças de nomes delas ao se casarem. Tal que estão contidas dentro de um espaço e de um jogo político e social, cujo propósito dimensiona o caso de uma mulher querer (e até mesmo poder) modificar seu nome. Não deixando de mencionar que se pode entrever, em meio a essas nuances, se elas vieram de matriarcas que nasceram na escravidão. É deveras importante para perceber a significância do pertencimento, da respeitabilidade e de proteção, além de servir como estratégia de sobrevivência numa dada sociedade, sobretudo quando há transmissão de bens e patrimônios territoriais.

Em segundo lugar, o investimento em educação, tal como foi citado, evidencia que tanto Eugênia, que possivelmente tinha diplomação como obstetra, quanto outras mulheres se detiveram nisso em virtude de ascender socialmente, sobreviver e fugir de possíveis perseguições. Alexandra Silva (2022, p.396) assinala, por exemplo, que as irmãs mais novas de Eugênia, denominadas Emma e Celestina, eram professoras. A autora acredita que essa família negra, em comparação a outras, tinha investido em educação como forma de mobilidade social e respeitabilidade.

Um caso que está atrelado com investimento educacional é o de Porphyria Jovino Ferreira (ou Porphiria Jovino Ferreira, como consta na certidão de óbito¹⁰⁹). Encontrei o nome dessa mulher a partir de investigações feitas em periódicos da Hemeroteca da Biblioteca Nacional sobre o sambista Hilário Jovino Ferreira. Isto é, o nome dela apareceu para mim após realizar pesquisas sobre ocorrências relacionadas a Hilário Jovino Ferreira nos periódicos. Depois de uma análise minuciosa, percebi que o nome de Porphyria Ferreira estava presente em um dos comunicados que constava sobre a missa de um ano de falecimento de Hilário Ferreira. Pelo que se nota é que ela foi intitulada como filha do sambista. Busquei por outras ocorrências pelo nome completo dela ou somente pelo primeiro nome na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, mas sem sucesso. Esse periódico foi o único que consegui encontrar com o nome dela na década de 1933. Encontrei duas certidões de óbito com nome de Porphiria¹¹⁰, com “i” e não com “y”(como estava no periódico), em que aparece a cor que lhe foi atribuída, a profissão que exerceu, o local que residia, o médico que alegou a morte, o estado civil e os nomes dos pais¹¹¹. Os nomes dos pais assinalavam para Hilário Jovino Ferreira e Lucinda, assim pude conectar a relação entre o comunicado do periódico com a certidão de óbito.

Ela foi mencionada no registro como “preta”, com estado civil “solteira”, sem deixar filhos. Filha de Hilário Jovino Ferreira e Lucinda Ferreira. Faleceu aos 58 anos de idade, em 23 de janeiro de 1958, de hemoptise. Um tanto vago a causa da morte, sendo que numa análise clínica mostra que tem a ver com escarro acompanhado de sangue. Segundo o documento, evidencia que ela nasceu entre 1899 e 1900. Se formos conjecturar, o pai Hilário Ferreira deve ter conhecido a mãe Lucinda entre um prazo de tempo entre dez a quinze anos após sua chegada no Rio de Janeiro, o qual veio da Bahia depois de ter solicitado à marinha a sua transferência de local. Lembremos que Hilário Ferreira foi carpinteiro do Arsenal da Marinha entre as décadas de 1870 a 1890.

¹⁰⁹ FERREIRA, Porphyria Jovino. *Registro Civil, 1829-2012*; Atestado de óbito [de] Porphyria Ferreira, Óbito: 20.884, Certificado n. 113, livro 108, p. 84 (Registro em 23 jan. 1958), Rio de Janeiro, RJ. 1958. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS54-X31J-D?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A65YQ-P23Y&action=view>. Acesso em: 09 de jun. 2024.

¹¹⁰ FERREIRA, Porphyria Jovino. *Registro Civil, 1829-2012*; Atestado de óbito [de] Porphyria Ferreira, Óbito: 20.884, p. 113 (Registro em 23 jan. 1958), Rio de Janeiro, RJ. 1958. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6XC1-SD?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A7748-S7ZM&action=view#> = . Acessado em: 09 de jun. 2024.

¹¹¹ FAMILY SEARCH. s. d. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acessado em: 09 de jun. de 2024.

A hipótese é de que na fotografia, que aparentemente foi datada de 1910, em que consta a família de Hilário, aparecendo seus três filhos, Porphyria Ferreira deveria ser a criança, numa faixa entre dez e onze anos de idade, em que está posicionada da direita para a esquerda ou quem sabe o inverso, da esquerda para a direita. Ou pode ser nenhuma delas. É demasiadamente lacunar fazer uma afirmação, uma vez que não tem mais fontes para cotejar. Tal fotografia estava entre os pertences de João da Baiana, que foi cedida ao Museu da Imagem e do Som (MIS-RJ). No entanto, o Instituto Moreira Salles também fez uma exposição em que essa fotografia aparece, a qual foi noticiada pelos jornais no ano de 2023¹¹².

O que se pode ressaltar pelas poucas informações que temos sobre Porphyria Ferreira é que era uma mulher negra que se aposentou como professora primária. Ou seja, uma mulher negra que investiu em educação no transcorrer de sua vida. Se for realizar uma contagem ligeira, quando Hilário faleceu, deveria ter por volta de 30 a 33 anos de idade, cabendo questionar: será que ela estava exercendo sua profissão? Quando se aposentou? Em que escola trabalhou e frequentou antes de se tornar professora? Quais foram os materiais didáticos que Porphyria Ferreira utilizou no decorrer de seus anos no magistério? Não consegui encontrar novos relatos de onde ela se formou e quais cursos e escolas frequentou, uma vez que ela é oriunda e nascida na cidade do Rio de Janeiro.

Um fato interessante é que ela foi contemporânea de Eugênia, cujo sujeito histórico Alexandra Silva investigou. Entre as análises de Silva, podemos compreender que essas mulheres negras foram em busca de formação educacional e estavam diante de uma sociedade em que a educação perpassa pela sobrevivência. Outro ponto que podemos ressaltar é que Porphyria estava cercada pelas redes de sociabilidade, uma vez que os sambistas provindos de famílias baianas e cariocas estavam com seus outros familiares não sanguíneos, as comunidades ancestrais.

Tal como vimos com a neta de Tia Ciata, Cincinha, em suas concepções sobre a vida e as redes de sociabilidade, as mulheres deveriam construir seus caminhos por meio do trabalho, ter sua autonomia e as rédeas de seus caminhos, sem que houvesse dependências, e serem líderes de suas comunidades. Podemos refletir que Porphyria, possivelmente, serviu também como inspiração, influência e parte relevante nas comunidades em que esteve presente. Quem sabe até ensinou as muitas crianças, jovens e adultos desses grupos ou até mesmo de outros grupos

¹¹² FOLHA UOL. Veja fotos da mostra “Pequenas Áfricas”, no IMS [Instituto Moreira Salles], sobre o samba carioca. Folha Uol. 31 de outubro de 2023. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1781294267979512-veja-fotos-da-mostra-pequenas-africas-no-ims-sobre-o-samba-carioca>. Acessado em: 10 de junho de 2024.

sociais. Alexandra Silva (2022, p. 396) alude, por exemplo, acerca das “redes de solidariedade” entre as mulheres que foram estudadas, a fim de compreender os influxos e *afetamentos* que Eugênia e outras mulheres tiveram. Ela argumenta, a partir da linha de elucubração e de interpretação de bell hooks (2021, p. 162)¹¹³, que houve uma ressignificação no conceito e no significado de família, ampliando a ideia de pertencimento à comunidade.

Por conseguinte, após a autora refletir sobre as profissões e as multidimensões, ela aborda sobre a dualidade da profissão. Isto é, além dessas que foram ressaltadas, também é citada por Alexandra Silva (2022, p. 396) a de “doméstica” e do “lar”, pois suscitam perguntas entre as quais pairam sobre o seguinte epicentro: a forma como essa profissão era realizada. Em outras palavras, será que ser “doméstica” era prestar serviços remunerados para outras famílias? Era entendida como profissão? Esse tipo de trabalho juntamente com outros ocorriam simultaneamente, tanto as tarefas do dia a dia relacionadas ao lar quanto às tarefas assalariadas? Ou será que era uma profissão à parte? Angela Davis (2016, p. 233¹¹⁴ apud SILVA, 2022, p.396) entende que “embora raramente tenham sido ‘apenas donas de casa’, elas sempre realizaram tarefas domésticas. Desta forma, carregaram o fardo duplo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas”.

Cabe mencionar que no decorrer do tempo e do espaço havia muitas complicações e impedimentos para que as mulheres negras conseguissem investir em educação. Contudo, muitas delas conseguiam dirimir os obstáculos. Lima e Silva (2022, p. 9)¹¹⁵, no tocante à educação de mulheres pretas, cita, por exemplo, a luta da cantora e compositora Carmen Costa pelo acesso à educação. Ela nasceu, em 1920, na fazenda da Agulha, em Trajano de Moraes, interior do Rio. Trabalhou como doméstica na década de 1930. Carmen conta ao Museu da Imagem e do Som (MIS-RJ), em 1972, a partir de suas reminiscências, que, quando foi para Niterói, trabalhando na casa da patroa, não chegou a estudar. Ela aprendeu com os filhos da patroa que estudavam. Quando os segurava, aprendia. Tal como consta em seu relato:

MIS: na fazenda [da Agulha, Trajano de Moraes-RJ, onde nasceu], você chegou a estudar? Carmen Costa: Não, quando eu vim pra Niterói, os filhos da minha patroa estudavam, então foi aí que eu aprendi um pouquinho. Quando eu segurava um, olhava os outros na mesa então eu aprendi. Eu escrevi uma carta pra minha mãe, me lembro bem, quando a minha patroa começou zangar comigo eu escrevi uma carta pra minha mãe. Eu não sei se

¹¹³ HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021.

¹¹⁴ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹¹⁵ LIMA, Lúria José Reis da Silva; SILVA, Ana Tereza Reis da. Trajetórias Formativas de Musicistas Negros Pós-Abolição. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 47, e116429, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236116429vs01>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

ela entendeu, mas que mandou me buscar me mandou. Porque, os selos, eu botei aqueles de garrafa de cerveja, em 1930 tinha muitos selos. E escondi a carta entre o garoto e eu, que eu estava segurando, e o correio parece que mandou aquela carta pra minha mãe porque, de repente, a minha patroa me deixou ir embora. Foi assim que eu aprendi. Quando eu entrei numa escola, já estava com os meus 11 anos, fiquei poucos dias porque... Foi coisa de um mês ou dois meses. Que eu senti, que era fim de ano e minha diretora, minha professora e minha diretora, tinham organizado uma festa. Todos os alunos iam cantar. Eu fui uma das alunas da minha sala que a minha professora disse ‘você vai cantar também!’. Como eu gostava de música, fiquei toda feliz. Até hoje me lembro a música que ia cantar: ‘Chega seu Zé, chega Mané, chega Pedro e Bastião/Seu Juca vai contar o que viu na capitã/ uma coisa de fazer espantação’. Fiquei toda feliz que ia me apresentar assim vestida de moleque. Mas a minha diretora depois resolveu tirar o meu papel e dar para outra aluna. Eu fiquei ofendida com aquilo, quer dizer, em menos de três meses de escola fiquei com tanto desgosto, que eu vi que a aluna era mais bonita do que eu, nunca mais eu quis ir à escola. Então nunca eu fiz, não terminei nem o primário (Carmen Costa 1972 CD 83.1, f. 2, grifos nossos (Lima e Silva) apud LIMA e SILVA, 2022, p. 9).

Carmen Costa relata que esteve por pouco tempo em uma escola, entre um a três meses, e seu aprendizado da escrita e da leitura, aparentemente, foi por meio do autodidatismo, ou seja, observando e praticando o que fora contemplado. O pouco tempo na escola foi importante para incentivar e desenvolver seu lado musical, sobretudo pela docente que a lecionava. No entanto, pessoas como a diretora travaram sua atuação como cantora e no teatro escolar. Lima e Silva (2022, p. 9) argumentam que no pós-abolição as infâncias negras foram acometidas com o trabalho precoce como, por exemplo, o de doméstica; o afastamento do seio familiar; o acesso raro às escolas; a violência psicológica e a exclusão nas instituições escolares. Além disso, para sobre esse cenário as permanências históricas, que tem a ver com as continuidades do passado escravocrata. Tal como destacam: “continuidades com o tempo presente: a negação do direito pleno à educação pública e de qualidade e a persistência do trabalho doméstico análogo à escravidão na experiência de muitas mulheres (crianças, jovens e adultas) negras e periféricas”.

Por outro lado, Carmen Costa mostra, segundo os pesquisadores, outras maneiras de aprender, que é o autodidatismo, e a sua busca pela autonomia, algo que também deve ser salientado, pois emanam as agências intelectuais, morais e culturais dessa mulher e embasam a inserção e execução dela numa escrita por si, a qual procurou ajuda de sua mãe para se livrar da violência que estava sofrendo. Outra mulher que analogamente se deparou com o trabalho doméstico e a dificuldade do acesso à educação foi Dona Zica. Também emanado por Lima e Silva (2022, p.10), observemos a narrativa:

Olha, não tenho vergonha de dizer: nunca, não sei como é que se entra numa escola. O que eu aprendi... Quando eu tinha 7 anos, a minha mãe lavava pra essa família e ela me pediu pra eu ir com ela. Eu tinha 7 anos. Então ela pediu à moça que me ensinasse a ler e escrever. A moça me ensinou (que naquele tempo tinha a cartilha do ABC) então a moça me ensinou ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’, mas não me ensinou a juntar. Quer dizer, que aqui [apontando uma palavra na bancada da entrevista] eu não sabia que era ‘fundação’, sabia que aqui era um ‘f’, a letra era um f, era um u, era um n, mas não sabia formar ‘fundação’. (Naquele tempo não tinha menino nem menina de rua, todo mundo trabalhava). Com 7 anos, eu trabalhava nessa casa dessa moça, eu lavava louça, ariava panela, lavava banheiro, e a cartilha nada, ela só me ensinou aquilo e pronto. Então, naquele tempo botava o jornal nas portas. Botava o Jornal do Brasil e o Jornal do Comércio, aí dizia assim [a patroa]: ‘Oh, Zica, apanha lá o Jornal do Brasil!’. Eu não sabia que aquilo era Brasil. Aí eu vinha com o Jornal do Comércio. Ela me dava aquele jornal, me batia, eu saía chorando: ‘Meu Deus, como é que eu vou fazer, eu não conheço!’. Quando foi um dia eu fiquei pensando: o que que eu vou fazer pra eu não apanhar mais? Eu já tinha meus nove anos, eu disse: o que que eu vou fazer pra eu não apanhar mais? Eu digo, quando ela me pedir o jornal, eu vou ver qual é a letra que diz Brasil e que diz Comércio. Eu fiquei, aquilo, de noite, matutando. Quando chegou de manhã ela me pediu o jornal. ‘Panha lá o jornal Do Brasil’. Aí eu falei, ‘a... o Jornal do Brasil, eu vou ver qual é que tem a letra. Ah... b, b, Brasil’. Fui lá levei o jornal. ‘Ah, té que enfim!’. Aí eu fui, com a minha força de vontade, eu fui aprendendo (Dona Zica 1993, VI-00257.1-, 20’-30’, grifo nosso apud LIMA e SILVA, 2022, p. 10).

O episódio que Dona Zica (Ariosébia Nascimento) narra expõe uma mistura entre violência, educação e o trabalho doméstico. Ela foi ensinada a partir das cartilhas, cujo método de ensino tem relação com as repetições, muitas das vezes sem uma base reflexiva. Percebe-se tais traços a partir do momento que ela diz que não lhe foi instruído a juntar as letras, tampouco saber o que significava. Teve que aprender a partir da sobrevivência, ou seja, não apanhar da patroa e se sustentar, uma vez que acompanhava a mãe na jornada de trabalho até chegar o momento dela trabalhar. Pelo que se entrevê é que havia esperança por parte das mães que elas obteriam algum tipo de instrução. No entanto, observa-se que o acesso à educação era, por vezes, dificultoso, evidenciando que, mesmo tendo uma gama de instituições de ensino no Brasil no transcorrer da primeira e segunda parcela do século XX, o acesso a instrução tinha muitos obstáculos, tanto pela cor, pela ausência de segurança, solidariedade e acolhimento quanto por desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Os autores sinalizam que Zica nasceu em 1913 e faleceu em 2003. Não teve acesso à educação escolar, não tendo, portanto, frequentado a instituição escolar (LIMA e SILVA, 2022, p. 6). São casos raros como o de Zica, que nunca frequentou a escola, segundo os sujeitos estudados e os dados que foram levantados e analisados por esses autores. Isso exprime, a meu ver, que o investimento e o acesso à educação passa por romper a esfera da violência e da

insegurança. Ademais, podemos compreender que para conseguir esse acesso, muitas mulheres negras tiveram que aprender de alguma forma, tiveram que propor estratégias e formular táticas pelas quais pudessem resistir e reexistir. Ou seja, construíram muitas agências para si e, em dados momentos, em função da coletividade.

Por conseguinte, outras agências das mulheres pretas, sobretudo a partir das que eram denominadas “tias”, que podemos perceber é que elas ensinavam as primeiras letrinhas do samba. Outras mulheres compravam os livros didáticos, como vimos no caso de João da Baiana, e ensinavam as crianças, mesmo diante do quantitativo abrangente de escolas de cunho privado e público que existiam nos períodos imperial e republicano. Uma quantidade de estudos na conjuntura atual, sobretudo, na área de História da Educação, que investigaram as escolas no Rio mostra que havia um número substancial, se comparado com outros países da América do Sul. No entanto, ressalto que, diante desse quantitativo substancial, não significava que todos se sentiam identificados com os locais e com o corpo docente e administrativo das escolas. No artigo de Lima e Silva (2022, p. 8), nota-se a pressão, inadequação e a exclusão nas escolas de viés público e privado no que se tratava de meninos negros. Além do de Heitor, outro exemplo emanado pelos autores foi o de Aniceto Menezes, que fez um relato ao MIS-RJ (Museu da Imagem e do Som - Rio de Janeiro) sobre as sucessivas transferências de escola estarem ligadas a sua inteligência. Menezes declara:

‘Eu tenho outros alunos; se eu der a eles o que o seu filho precisa, vou prejudicá-los; e se eu der ao seu filho o que estou dando a eles, vou prejudicar ao seu filho. Porque seu filho é muito lúcido, seu filho é muito inteligente. O senhor faça um favor, arrume uma outra escola do garoto, que eu gosto muito dele e não quero prejudicá-lo’. Papai então me colocou em outra escola, particular, na mesma rua (Aniceto Menezes, 1991, 811.1, f. 4 apud LIMA e SILVA, 2022, p. 8).

Os pesquisadores sugerem como hipótese que as “recomendações de transferência” dos professores poderiam estar relacionadas à cor. E que essa memória que fora justificada por Menezes fosse uma forma de evitar uma memória que machucasse, que trouxesse dor. Noto que isso pode significar e ser considerado como mais um elemento que, em vez das escolas, as casas eram escolhidas e interpretadas como locais mais acolhedores e de maior identificação, sobretudo para crianças e famílias negras. Ademais, evidencia-se que pais e mães pretas se preocupavam com a educação dos filhos, se atentaram com a formação social e com possíveis perseguições de cunho político e legislativo, uma vez que nem todos tiveram oportunidade de estudar por algum tipo de empecilho ou foram impedidos de alguma maneira, ou que lhes

afastasse por alguma circunstância de origem social, econômica ou cultural. Por outro lado, alguns tiveram algum tipo de educação e aprenderam a ler e escrever.

Ainda a respeito das “tias”, chama atenção que elas ajudavam seus grupos e influenciavam os demais para realizar funções em prol da subsistência de si e dos filhos em razão da agência social e política, porquanto eram maneiras de penetrar nas camadas que cercavam a cidadania. Não depender dos demais e realizar com suas próprias mãos. Tanto suas descendências quanto elas foram ensinadas ancestralmente. Tais aspectos relacionados ao trabalho e à educação assinalam que eram formas de se afastar de problemas estigmatizantes e de estereótipos, como a vadiagem e as perseguições. Ou seja, conseguir estar dentro da malha social regulamentada.

Como forma de estratégia social e política por parte dessas tias, observa-se como os ranchos se portavam diante das autoridades. Cunha (2009, p. 218) destaca, a partir dos relatos de cronistas como João do Rio, em “Afoché”, que essas estratégias podem ser analisadas a partir dos ranchos, como Rosa Branca, que teve a autoridade de Tia Ciata. Segundo a autora, é descrito que esse rancho apresentava uma organização, que era acompanhado de fiscais, porta-machados e achi-nagus, às vezes com ogãs dos terreiros da região, como João Ratão, Germano e Mancario, e cercado de avisos.

Os ranchos carnavalescos, de acordo com Renata de Sá Gonçalves (2006, p.72-73)¹¹⁶, eram agremiações, organizações, grupos de pessoas que se reuniam numa “sede”, mais precisamente nas casas, que mudavam recorrentemente. Minha teoria é que por conta das mobilidades econômicas e sociais de criadores, como Hilário, por exemplo, que tinha dificuldades de pagar o aluguel e mudava de tempos em tempos, os ranchos migravam de um lugar para outro. Gonçalves assinala que no século XIX, havia clubes e grêmios, ou melhor, pequenas sociedades carnavalescas que se juntavam em um espaço, não tendo tanta organização. Os ranchos, segundo essa autora, surgiram no final do século XIX e passaram a ser reconhecidos na primeira década do século XX.

Vagalume descreve alguns festejos que eram feitos neles de forma muito interessante:

Nos salões das agremiações familiares e das sociedades genuinamente carnavalescas, com apurado gosto decorados e cheios de luzes, imperará a alegria em toda a sua plenitude, fazendo com que até os mais retraídos também se atirem às danças, ao prazer, enfim, à pândega. Para a rua virão os

¹¹⁶ GONÇALVES, Renata de Sá. Os ranchos carnavalescos e o prestígio das ruas: territorialidades e sociabilidades no carnaval carioca da primeira metade do século XIX. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 71-80, 2006.

amantílicos dos festejos externos, dos batuques e das cantarolas, fazendo parte dos grotescos e já indispensáveis cordões, que dão a feição mais estridulante e original ao carnaval do Rio de Janeiro. E já que assim quiseram, que o povo aproveite esse novo ensejo que se lhe oferece para se divertir, para rir e brincar, dando ensanchas à alegria (Jornal do Brasil, 6 de abril de 1912, p. 6 apud GONÇALVES, 2006, p. 73-74)

Mas, com relação aos comunicados que havia no rancho Rosa Branca, o mais conhecido era o “proibido fumar, conversar com as damas e beber durante os ensaios”. João do Rio o atribuiu da seguinte maneira: “é preciso muito respeito pela instituição” (CUNHA, 2009, p. 219). Contudo, o cronista não via tantas diferenças entre os cordões e ranchos. Vimos em outrora que os cordões eram malquistos entre os indivíduos que foram influenciados pela *Belle Époque* na passagem do século XIX para o XX, tal como bem apontou Nicolau Sevcenko (1983, p.33). Aparentemente tais semelhanças com os cordões traziam um ar de desordem.

Mesmo diante dessas descrições que pairavam a desconfiança, a criticidade e o descontentamento, os elementos criativos e a organização dos ranchos também passaram a ser lembrados pelos intelectuais e jornalistas. Cunha (2009, p. 220) ressalta que os cronistas consideraram criativas as ideias articuladas pelos grupos “populares” nas agremiações e nomearam como “revolucionários de Momo”, cuja atribuição mostrava a primazia e a liderança desses novos aspectos carnavalescos.

Outros exemplos, além do Rosa Branca, foram o Ameno Resedá, Flor de Abacate e Reis de Ouro, que tiveram as influências de Hilário. Os mesmos partiam do viés de conseguirem licenças para o funcionamento sem sofrer com possíveis perseguições, terem permissão para desfilar pelas ruas e se aproximarem de alguma forma dos símbolos que representavam o regime do período. Maria Cunha (2009, p. 209-239) assinala que Hilário propôs a fabricação dos tecidos em verde e amarelo para representar a bandeira do rancho *Reis de Ouro*. Ou seja, esses símbolos ligados ao regime republicano são estratégias que faziam os ranchos permanecerem, e as pessoas que ali se encontravam deveriam estar enviando uma mensagem de que estava de acordo e se acomodando aos moldes políticos e sociais.

Cabe salientar que os ranchos também passavam por competições. Por isso que, mesmo diante das brincadeiras e dos carnavais, existiam as lutas e competições, até mesmo entre os mestres-salas. Como percebemos, em outrora, na reportagem de Jota Efege que fez referência ao Reis de Ouro, criado por Hilário Jovino, havia o interesse de uma maioria dos grupos baianos de rivalizar e impor os seus elementos culturais relacionados ao carnaval entre os grupos que já tinham se estabelecido no Rio de Janeiro. Tiago Gomes (2003) assinala acerca disso. À vista disso, é interessante assinalar que as mulheres não passavam por longe dessas rivalidades

carnavalescas. Elas não eram passivas e, sim, que tinham agência dentro do corpo político e social, isto é, no que é consoante as festas, em conhecer pessoas, em defender seus filhos e filhas e propor novas construções culturais nos ranchos.

Por conseguinte, outro exemplo que pode-se elencar, a partir das dimensões políticas dessas mulheres, é a relevância da residência de Tia Davina, que, em 1920, se localizava no bairro de Santo Cristo. O local foi utilizado pelos baianos, ou como argumenta a historiadora Mônica Velloso (1990, p. 210), serviu como “reduto”, porquanto se perguntava sobre esse local em razão do avô de Davina, que era estivador e reconhecido no porto como “cônsul baiano”. Ou seja, muitos baianos perguntavam sobre ele. Observo que isso seja uma consciência de classe e de reconhecimento, de apreço e dos laços de comunidade que existiam.

A partir dos exemplos e do debate historiográfico apresentado no limiar deste capítulo, pode-se perceber e enfatizar que as casas eram espaços acolhedores, afetivos, salvaguardas das tradições e memórias, lugares de resistência, de aprendizagens múltiplas, de recreação, de ludicidade, de construção das identidades e eram redutos da ancestralidade africana. O trabalho da historiadora Maria Clementina Cunha (2009, p. 209-239) mostra que essas casas foram relevantes para manter as tradições da brincadeira do carnaval e propõe como reflexão que os grupos baianos foram importantes para a construção cultural no Rio.

Ou seja, a casa como parte da territorialidade fazia menção direta às relações sociais e de identidade. Velloso (1990, p. 210), aludindo a Muniz Sodré (1988), assinala que essa territorialidade física se relaciona a energia emanada (axé) capaz de unir os sujeitos, aproximando-os de uma sociabilidade que incidisse na construção de características próprias. Logo, a moradia, o terreiro e os espaços da cidade eram importantes para a sociabilidade e para as relações políticas das populações negras. Nesse viés, Wlamyra de Albuquerque (2009, p.210¹¹⁷ apud MORAES, 2017, p.28) menciona com relação aos terreiros que foram “territórios de criação e redefinição de símbolos”. Tal como mencionamos no primeiro capítulo, se pode sinalizar que no fundo da casa de Tia Ciata tinha um terreiro, pois era um espaço para a construção da identidade e para salvaguardar as tradições. Os setores da casa dela também foram lugares e espaços recreativos e de muitas aprendizagens, tal como analisamos em outro momento, e fizeram parte da construção das identidades de quem se encontrava ali.

Esses momentos de união também se associavam aos movimentos sociais quando surgiam pela cidade, uma vez que fossem acometidos por políticas hostis. Velloso (1990, p.

¹¹⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

109) destaca a Revolta da Vacina e as análises de José Murilo de Carvalho (1987)¹¹⁸, já que mencionam as ações de homens e mulheres pretas para resguardar as tradições de seus lares e de suas famílias. No caso, citando o estivador “Prata Preta” que lutou contra o governo, como parte de um movimento social, percebe-se que existiam outras estratégias para fugir da perseguição e da força policial. Tia Ciata, por exemplo, casou-se com um homem que era funcionário público. Velloso (1990) destaca isso como forma de manter os policiais longe de visitas.

Diante de algumas lideranças, reforça que não se pode olvidar que esses grupos não foram exclusivos no que concerne aos elementos do Carnaval e do samba. Além disso, não pode ocorrer uma dimensionalidade exacerbada deles e da liderança de Tia Ciata na construção do samba e do Carnaval. Porém, posições como as de Tia Ciata e de outras mulheres pretas têm sua importância para as comunidades baianas, cariocas e de africanos. À vista disso, Lira Neto (2017, p.41)¹¹⁹ profere sobre a relevância e liderança de Ciata e de outras mulheres pretas da seguinte maneira:

Na verdade, assim como muitas mulheres negras tratadas reverencialmente como “tias” pela comunidade — Tia Bebiana, Tia Celeste, Tia Dadá, Tia Davina, Tia Gracinda, Tia Mônica, Tia Perpétua, Tia Perciliana, Tia Sadata e Tia Veridiana —, Ciata desempenhava uma liderança comunitária e um protagonismo indiscutível no cotidiano dos moradores de toda a região da Saúde, Cidade Nova e Gamboa. Sua casa e seu terreiro, localizados a essa época na rua da Alfândega, eram santuários nagôs, mas também espaços de proteção social que abrigavam trabalhadores da estiva, pretos velhos, tocadores de tambor, inveterados boêmios e capoeiristas procurados pela polícia. Assim como nas noitadas promovidas por João Alabá na Barão de São Félix, as festas de Ciata e das outras tias baianas não conheciam hora para acabar, estendendo-se por dias a fio, com a característica fartura de comer e beber, ao som da ininterrupta batucada.

Em torno do convívio social delas e ao que toca às práticas lúdicas do samba e às esferas culturais do carnaval, havia disputas e conflitos entre homens e mulheres, isso no que concerne às relações de poder, de privilégio, de subsistência e de hierarquia. Vimos em alguns momentos as rivalidades entre homens e mulheres negras, tanto no campo simbólico quanto social. Esses pontos de conflito não se limitam unicamente às dimensões do carnaval e do samba. Na verdade, os conflitos afligiam homens e mulheres no geral, tanto entre mulheres e homens pobres como entre a elite, assim como entre brancos e negros que tinham condições financeiras,

¹¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República Que não Foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

¹¹⁹ NETO, Lira. *Uma história do samba: volume I (As origins)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

uma vez que em proporções e estruturas diferentes. Sidney Chalhoub (2012, p. 181-185), em suas inquietações teóricas, nos chama atenção quanto aos conflitos a partir das pendengas jurídicas. Em outras palavras, as investigações, a partir dos inquéritos judiciais, mostraram que havia uma voz sonante que preponderava sobre os problemas conjugais, que era o patriarcalismo. Chalhoub cita uma série substancial de arquétipos dentre os quais eram pendengas que envolviam homens e mulheres. No caso, uma diversidade de casos que vão desde traições até por estar no mesmo espaço, ou melhor, compartilhando o mesmo cômodo com amigos, estranhos, colegas e familiares. Por um lado, a classe e etnia irão destoar se for comparar caso a caso.

À vista disso, temos de mencionar o envolvimento de dois jovens que foram amantes, cujos laços de amor acarretaram um crime, em 1906, no Alto da Boa Vista. O estudante de direito Faria Lacerda assassinou o médico João Ferreira de Moraes. E feriu a viúva de um diplomata, denominada Climine Philipps Benzanilla. A jovem dama tinha sido namorada de Lacerda, sendo que não havia nenhum tipo de afirmação, ou melhor, não se comprometeu em noivado com ele, pois Lacerda, segundo o testemunho dela diante das autoridades, não tinha status social, não tinha recursos para sustentá-los. Era considerado um homem de mau caráter e vadio. Já o jovem Lacerda contou que se encontrava em suas posses uma carta amorosa que tinha recebido dela há tempos. Ele, momentos antes do ocorrido, foi de encontro para indagar ao dr. Moraes se tornou noivo da dama Climene. Em frações de segundos, o acusado detonou o revólver no noivo de Climene. Lacerda contou que estava prestes a se suicidar, mas voltou atrás devido sua paixão pela moça. Ainda narrou a Climene acerca de sua desgraça e seus infortúnios diante do acontecimento.

O advogado de Lacerda, Evaristo de Moraes, diante do Tribunal havia mostrado cartas compartilhadas entre o réu e a jovem dama quando estavam namorando. As cartas, que foram apresentadas de maneira inesperada, mostravam que eles mantinham relações sexuais e que tivera acontecido a realização de um aborto. Mesmo que o acusado não quisesse que essas cartas fossem divulgadas, a fim de não causar prejuízos a honra de Climene, as mesmas foram utilizadas na defesa e o júri se deparou em meio a conduta da viúva, a qual foi estereotipada. Conseqüentemente, o réu foi absolvido. E quanto aos atos, o defensor justificou dizendo que: “exacerbação amorosa, elevada ao paroxismo, como legítimo equivalente da alienação mental” (CHALHOUB, 2012, p. 182)¹²⁰. Chalhoub salienta que casos como esse, cuja parte está

¹²⁰ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

entrelaçada às classes mais endinheiradas da cidade, era enfatizado por dias pela imprensa, tendo até uma manipulação a respeito dos valores dominantes entre homens e mulheres e trazendo certo aspecto educacional com relação a esse empreendimento, pois elencou lições dentre as quais condizem ser as condutas e os costumes ideias entre homens e mulheres nas relações conjugais e amorosas.

Em outra direção, observa-se outro caso emanado por Chalhoub, mas por parte das classes pobres. O caso se tratou de um homem branco, de 25 anos, chamado Miguel da Costa, que era oriundo do Distrito Federal, que cometeu um homicídio contra seu cunhado, denominado Manoel Pedro de Andrade, um homem pardo e sergipano, de 32 anos, cuja ocupação era de estivador.

O depoente argumenta que aconteceu uma briga entre parentes, pois ambos moravam no mesmo espaço da casa dos pais com suas famílias. Ou seja, Vitória e Andrade, junto de seus dois filhos, moravam na casa dos pais de Vitória. Salientando que os dois casais viviam juntos na mesma residência. Chalhoub (2012, p. 186-188) comenta que as tensões estavam relacionadas aos problemas de moradia devido às reformas que ocorreram na cidade do Rio, como a Reforma Passos.

Aparentemente, era algo muito comum que casais jovens e seus filhos habitassem a casa dos pais de um dos casais. Observamos em outrora que os grupos vindos de regiões do continente africano e do norte do Brasil também residiam nas casas das comunidades que frequentavam o centro da cidade. Isso mostra que os conflitos estavam atrelados aos problemas urbanos e as competições que haviam nessas residências. No caso que foi citado sobre o estivador, Chalhoub menciona que havia competições entre sogro e genro para saber quem iria comandar a casa ou quando as relações entre os cônjuges não eram boas, pois chegava a uma tensão exacerbada que transcendia a gravidade do problema.

O sogro, por exemplo, acusava Andrade de ser um mau marido, pois passava muitos dias fora de casa e quando retornava era somente para provocar distúrbios e desordens. Pela vizinhança também era disseminado sua reputação de mau esposo. O vizinho Sebastião Pereira quase foi agredido pelo ofendido Andrade por conta de tentar interferir na luta. Têm até relatos que Andrade teria agredido a sogra. Não se sabe a opinião do falecido em meio às versões narradas e tampouco da viúva Vitória, pois ela não depôs. O historiador acentua que, nos relatos, Andrade estava com chaves na mão sacudindo e um recibo de uma casa que tinha alugado, uma vez que revela que estava com o intuito de se mudar, ter sua própria independência e parar longe das interferências do sogro.

Esses tipos de conflitos parentais também podem ser visualizados em outros casos, como o de Ozias Moreira, um mineiro pardo que trabalhava como alfaiate, que assassinou à navalha seu sogro Joaquim Figueiredo, também um homem pardo e trabalhador, de 42 anos. Qual o evento que levou a esse ocorrido? Morarem sob o mesmo teto (CHALHOUB, 2012, p. 188-189). O promotor narrou que o sogro tinha aceitado de bom grado em sua casa o genro e sua família, devido às dificuldades que estava passando na região onde residia. O sogro havia, aparentemente, enviado os recursos para o regresso da família. No entanto, em razão do impasse que existia na residência do sogro, Moreira decidiu partir para o interior. A esposa, que estava indecisa, proferiu, num dado momento, que ficaria com o pai e, em outro, partiria com o marido. Acabou decidindo ficar com o marido e partir. Porém, o marido ficou irritado, não a querendo e decidindo ir embora sozinho. Moreira havia partido e depois retornado para buscar seus pertences. No mesmo dia, o crime acabou acontecendo.

Em suma, percebe-se que havia múltiplos problemas que levavam às tensões entre homens e mulheres. Muitas das vezes, por estarem perto um do outro, por querer comandar a família ao invés do sogro, abrindo disputas entre os mesmos, por triângulos amorosos, seduções, má índole, instabilidades financeiras etc. As disputas ocorriam por conta das condutas, tinham um teor pedagógico para enfatizar o estilo de sociedade brasileira, a qual era e é gerida, na conjuntura atual e de maneira substancial, pelo patriarcalismo. Na obra *A vocação do prazer* (1993, p. 45-46)¹²¹, a historiadora Rosa Maria Araújo assinala que no Brasil do século XIX foi desenvolvido, pelo dispositivo médico, um projeto de transformação da família por meio de políticas higienistas. As ideias higienistas, segundo ela, influenciaram substancialmente a concepção masculina no Rio de Janeiro, isso no que é consoante aos valores, costumes e condutas. Ainda argumenta que a identidade social do homem estava ligada, essencialmente, ao papel de líder da família, de chefe da instituição familiar, e que desde os períodos remotos da colonização, o homem tinha uma carga de dominação sobre a família, a qual suscitou a herança patriarcal que ainda perdura.

Araújo (1993, p. 46) argumenta que o regime republicano instituiu o código civil em 1916, cujo conjunto de leis carregado do viés ocidental reforçou o direito de família, em que o homem era considerado como o representante legal da família, possuindo a “tutela marital e o pátrio poder”. Era imbuído por administrar os bens da mulher, escolher pelo local de habitação, autorizar a mulher para exercer uma ocupação de trabalho e estabelecer ou não residir fora de

¹²¹ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. *A vocação do prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

casa. O código civil, de acordo com essa pesquisadora, proporcionou plenos poderes ao homem, tornando-o, especificamente, uma espécie de cabeça da família. Cabia, também, a ele administrar e proteger os bens patrimoniais de seus filhos legítimos, adotados e reconhecidos, assim como a educação que poderiam receber e a legitimação de herdade no testamento. Único direito que era dividido com a mulher tinha a ver com a concepção do casamento do filho menor de 21 anos.

No tocante ao trabalho, cabia ao homem o sustento de sua família, ocupação profissional, a qual no meio citadino era valorizada, pois a ociosidade, como foi discutida em outrora, era vista como um problema social em demasiados âmbitos. Havia diferenças entre as classes pobres e endinheiradas, uma vez que as mulheres pobres conseguiam trabalhar devido ao complemento de renda e entre outras demandas pertinentes às relações conjugais e do lar. Ademais, o poder pátrio não era tão influenciável entre as classes pobres, pois estava relacionado à propriedade.

Noto, porém, que os influxos do projeto republicano em torno da família e dos valores e condutas que deveriam ter na masculinidade também influenciaram o pensamento dos homens negros, porquanto que, além de fugirem dos estereótipos das “classes perigosas” e perseguições, buscavam subsistência e posicionamento, e por alguns momentos procuravam por ascensão social. Esses homens haviam incutido em suas mentalidades a importância do trabalho para o sustento de suas famílias, de comandar e da responsabilidade de serem líderes de seus lares e de suas comunidades, sabendo que as mulheres negras também realizavam o papel de líder em função de suas participações nas irmandades e da ancestralidade. Muitas dessas mulheres pretas também não queriam estar à mercê dos homens, pretendiam, na verdade, angariar seus recursos e ter uma vida autônoma financeiramente e socialmente.

Mesmo que as cônjuges e parentes mulheres conseguissem algum trabalho para auxiliar ou complementar na renda, ou se tentassem ter traços de liderança diante de uma comunidade, os homens pretos costumavam entrar em conflito de alguma maneira. Tal como aconteceu com Tia Ciata e Hilário Ferreira, que tiveram algumas rixas por conta de problemas pessoais e por motivos de liderança, sobretudo por conta dos ranchos e de inconsistências no modo de agir, que foi muito bem elucidado pela historiadora Maria Clementina Cunha (2001). Ambos tinham determinados interesses, amplamente centralizados nas relações sociais e nas suas possíveis ascensões, pois, diante de uma realidade que beirava as diversas tensões sociais, urbanas, econômicas e políticas, era necessário conseguir subsistência, relevância e assegurar o fortalecimento de suas heranças culturais e ancestrais.

Aparentemente, os homens pretos, no período da Primeira República, foram influenciados pelas leis de cunho europeu e pela *Belle Époque* afrancesada, assim como pela cultura local. Araújo (1993, p. 50) argumenta sobre os homens das classes pobres da seguinte forma:

Não há evidências que nos demonstrem que o homem pobre tivesse, neste período, um conjunto de valores e normas distintas dos setores dominantes na sociedade, compondo um universo cultural masculino autônomo. Conquanto o homem pobre tenha modo de vida específico, adaptando-se bem ou mal às condições de sobrevivência, ele compartilha dos valores, embora o código de comportamento se diferencie nas famílias onde as mulheres trabalham, sem por isso afetar a ideologia de superioridade do homem.

Outro elemento que se pode contemplar é o que Nicolau Sevcenko (1983, p. 33-47) aborda sobre a inserção compulsória dos elementos culturais da Belle Époque no cotidiano brasileiro. Em outras palavras, não seria estranho que esses homens fossem influenciados patriarcalmente pelas condutas, estilos, costumes e valores provindos da Europa e, sobretudo, das heranças coloniais que ainda estavam fincadas na estrutura social republicana. O viés positivista, patriarcal e masculinizado estava na percepção cotidiana, na imprensa, na política, na família, no trabalho, na etiqueta, nas leis, se encontrava entre as vestimentas, os calçados, as festas, uma vez que entre as classes sociais e etnias variava, mas se inserida de alguma maneira nos detalhes dessas esferas. Percebe-se que era uma sociedade que estava sendo moldada e voltava-se do estilo senhorial para o estilo burguês. Muitas das vezes os homens públicos, intelectuais, estadistas e homens de imprensa intervieram e clamavam pela ação do Estado nas funções sociais e públicas.

Sevcenko (1983, p.33) assinala, especificamente, que, na Primeira República, havia a criação de projetos, dentre os quais transitavam na Câmara Municipal, do Município de Neutro, acerca da obrigatoriedade de determinadas vestimentas, como o uso de paletó e sapatos, isso em razão de fugir dos antigos costumes coloniais. Interessante e até mesmo curioso que a moda e os costumes influenciaram os sambistas, cujas pessoas vestiam paletós, tal como foi apontado nos capítulos iniciais. As novas memórias a serem implantadas mostram que estavam mexendo nos hábitos e costumes da população do Rio de Janeiro. As religiosidades eram vigiadas e reprimidas, sobretudo no que concerne ao candomblé e às demais oriundas de matrizes africanas. Nota-se terreiros no interior das casas, os cuidados com as batidas policiais, proibições em larga escala no tocante a exercer os simbolismos das matrizes africanas. As festas foram sendo reformadas e perseguidas, como a festa da Glória, que foi muito frequentada pelos sambistas de origem familiar baiana e carioca.

As teses científicas que eram defendidas no Rio de Janeiro salientaram as diferenças entre homens e mulheres e a dominação masculina, principalmente do que vinha dos dispositivos médicos. Chalhoub (2012, p. 177-179) compreende que eram defendidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, já no século XIX, o estilo, as condutas e os valores de vida e de família burguesa. Algo que deveria ser necessário. A educação higienista acabou abrindo paradigmas, ou melhor, modelos de homem e de mulher, os quais reforçaram a dominação masculina no estilo de vida burguês. Esses modelos engendraram sentidos e significados ligados à possível natureza e aos prováveis ordenamentos do que era ser ou deveria ser uma mulher. Desde a questão de sensibilidade, delicadeza até a passividade e o cuidado com o lar. Enquanto que o homem deveria ser o protetor, ter vigor, ser racional e ao mesmo tempo autoritário, ter autoridade e, conseqüentemente, ter moral - isso no tocante ao sentido político. Ou seja, uma construção sociocultural que adentrou no imaginário coletivo.

Ademais, o papel jurídico foi, também, relevante para fortalecer esses discursos relacionados às mulheres, tanto quanto a maternidade, a paternidade, os deveres conjugais etc. Os julgamentos reforçavam a superioridade e dominação do homem e apontavam para o caminho que a mulher deveria seguir, isso no que é consoante a fidelidade, a moralidade, a dedicação e submissão. Chalhoub (2012, p. 180), em suas análises reflexivas, comenta que os julgamentos salientaram a ideia de que cabia ao homem o dever de prover, sustentar e se dedicar ao trabalho, a fim de que atendesse a subsistência de sua família.

A imprensa também adentrou nos debates fazendo campanhas acerca das condutas que deveriam ser mantidas nos festejos e de quais costumes deveriam ser esperados pelas famílias e mulheres. Colunas, muitas das vezes escritas por homens, dentre as quais influenciaram outros homens na sociedade brasileira a seguirem seus clamores. Mesmo que muitos não soubessem ler, as leituras dos jornais eram realizadas, por quem sabia ler, nas rodas coletivas em torno dos botequins e praças ou nos cochichos dos vizinhos (CHALHOUB, 2012, p. 183-184).

Araújo (1993, p. 373 e 379) traz alguns relatos de periódicos do limiar do período republicano, entre 1904 e 1910, que remetiam a conduta das famílias em tempos de carnaval. A imprensa exerceu forte pressão quanto aos valores familiares e a organização das festas carnavalescas para que fosse almejado o progresso, a civilização e o desenvolvimento de condutas e costumes considerados contíguos ao estilo europeu. Por exemplo, o periódico *O Paiz* escreveu da seguinte maneira:

[...] essa grande festa popular pode ser ainda mais interessante quando senhoras e não as mulheres prestarem ao clube o concurso da sua beleza,

quando as crianças [...] tiverem a sua parte no divertimento; quando se organizarem cortejos históricos em que se figurem homens e costumes de outrora [...]; e quando as ruas ficarem desembaraçadas dos detestáveis cordões... (O PAIZ, 5.3.1908 apud ARAÚJO, 1993, p. 374)

Percebe-se, portanto, que havia uma pressão social, sobretudo, por parte dos homens da época para a vigilância do corpo feminino e familiar, em torno da criança e da idealização do lar, uma vez que em certa medida diferenciavam-se os modos de tratamento entre as classes sociais pobres e endinheiradas, até mesmo etnicamente. Não se pode generalizar, mas existiram indícios e tentativas entre homens e mulheres pretas para que seguisse um estilo europeizado e a construção do homem em torno de seu papel na sociedade. Ou seja, traços da personalidade masculina que foram forjados e proliferados no imaginário social, os quais perduraram por longos anos.

Seguindo essas linhas que tecem a teia sobre a ideia de masculinidade, Bell Hooks, em suas reflexões, aborda sobre o papel dos homens pretos e para se pensar sobre os conceitos de masculinidade e de homem. Hooks (2022, p.170-171)¹²² argumenta que os homens pretos, por exemplo, quando são pais, aceitam de maneira passiva o pensamento patriarcal, impingem na mãe a necessidade do filho ter amor e maior proximidade, uma vez que não é necessário ter o amor paterno. Tal sentimento de ausência e certa frieza, segundo a autora, advém de tempos remotos, especificamente dos períodos escravistas.

Muitas das vezes, existiu uma “instrução patriarcal” que ensinou os sujeitos a verem os homens pretos, sobretudo quando se tornam pais, como parte protetora do lar e da família. Hooks (p.172) menciona, ao refletir sobre o ensaio de Scott Minerbrook, que os indivíduos foram criados para admirarem o pai patriarcal, porque ele, correntemente, proveu e protegeu. Além disso, existe um distanciamento que se torna um medo, devido a imagem do pai que estava indisponível emocionalmente, mas presente fisicamente. Isso no que concerne às muitas dinâmicas familiares. A autora continua argumentando que os meninos costumam sofrer, muitas das vezes, pela aprovação, autovalorização e autovalidação do pai, pois está em curso uma masculinidade vulnerável e em construção.

Nas famílias patriarcais, observam-se costumes de desacordos entre homens e mulheres. Hooks continua dando o exemplo sobre famílias pretas quando os pais entravam constantemente em desacordo, um espaço em que a mãe estava sendo subjugada, dado que os filhos visualizavam com sentimento de raiva. Sem deixar de contar que tinham que mostrar

¹²² HOOKS, bell. **A gente é da hora**: homens negros e masculinidade. Tradução de Vinícius da Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

lealdade à mãe em muitos momentos, devido esses tipos de episódios. O pai de alguma forma tentava delegar a culpa à mulher, a fim de diminuir o distanciamento já imposto por ele. O argumento de Hooks (2022, p.174) salienta e ecoa de forma contundente ao assinalar que:

Como todos os homens, os homens negros na cultura patriarcal não foram criados para revelar sua intimidade. O terapeuta Terrence Real sugere que, ao serem confrontados com a própria intimidade, homens feridos muitas vezes ficam inundados “de dor, desconfiança e medo”, sentimentos desencadeados pela vergonha. Os homens, diz Real, muitas vezes procuram encobrir a vulnerabilidade emocional passando do desamparo para a dominação e transformando a dor em raiva. Nesses momentos, a maioria das pessoas negras lembra da raiva e/ou do desprezo sentido pelo pai, e esse é o vínculo traumático que alimenta a dor e a vergonha.

As análises dessa autora propõe pensar como homens negros, sobretudo a partir da primeira e segunda parcela do século XX, introduziram os ideais e a instrução patriarcal, uma vez que foram acometidos pelo sentimento do medo e da dor, pela subsistência, vulnerabilidade e pelas dificuldades e influências cotidianas. Em vista disso, pode-se compreender como as relações sociais entre homens e mulheres pretas também seguiam pelas zonas de conflito, e os possíveis indícios da formação da masculinidade e do ser homem negro numa dada sociedade.

Autores como Aldeir de Oliveira Barreto (2022) e Marco Aurélio Correa (2018)¹²³, que pensam acerca das masculinidades negras, enfatizam a construção social e cultural em torno da imagem do homem negro. Com abordagens e ângulos diferentes, ambos se propõem a pensar sobre essa construção. Correa (2018, p. 68-69), a partir do cinema e do pensamento decolonial, observa que os homens negros questionam sua própria masculinidade devido a vulnerabilidade que tem em comparação aos privilégios do homem branco. Ademais, a colonização colaborou para criar estereótipos no que concerne ao corpo do homem preto, os quais foram sendo renovados conforme o passar do tempo.

Numa linha análoga, Barreto (2022, p.8-9)¹²⁴, através de suas leituras das obras de Angela Davis, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez, Franz Fanon e Bell Hooks, contempla que a masculinidade negra é demasiadamente disputada, uma vez que adentrou na “*zona do não ser*”. E para ser aceita na sociedade colonial teve que reproduzir conscientemente e

¹²³ CORREA, M. A. da C. Masculinidades negras em movimento - o cinema como prática decolonial na educação black masculinity in movement - the black cinema as a decolonial practice in education. *Revista Aleph*, n. 31, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i31.39273>. Acesso em: 22 jul. 2024.

¹²⁴ BARRETO, A. de O. Masculinidade negra em debate: é possível pensar uma masculinidade negra feminina? *Revista de História - UFBA*, Anais da jornada de História da UFBA, 2022. p. 1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rhufba.v10i2.52362>. Acesso em: 22 jul. 2024.

inconscientemente os aspectos e condutas de uma socialização sexista e racista dentro de uma sociedade patriarcal. Compreende-se a partir da análise dos autores que a masculinidade negra teve que se adequar aos costumes das sociedades, conforme passou as épocas. Sem deixar de contar que, em momentos posteriores e nas zonas de conflito, a masculinidade negra em sua vulnerabilidade teve de se provar em meio aos grupos sociais apostando suas convicções na dominação, a fim de que pudesse ter algum privilégio e ser aceito pelo patriarcado.

Desse modo, percebe-se que as mulheres pretas que foram aludidas neste capítulo, cujas pessoas foram mães, avós, primas, tias, irmãs e filhas, foram imbuídas de liderar, de perseverar, educar, sobreviver, sustentar famílias e comunidades, acolher e dentre outras funções, a fim de que almejassem respeitabilidade, ascensão e mobilidade social. O papel fundamental em investir em educação, sabendo que estavam em uma sociedade patriarcal que mudou os conceitos em prol de uma memória republicana e do trabalho propedêutico, fez com que elas pudessem angariar recursos em prol de seus status, da sobrevivência, da comunidade e de competir em meio a um mercado de trabalho. Os recursos educacionais e de liderança que desenvolveram também fez com que se deparassem com as rixas, com os conflitos internos e externos, devido ao efeito do patriarcalismo nos homens tanto brancos quanto pretos. Diante disso, contempla-se que a bruma patriarcal e eurocêntrica que cobria a sociedade brasileira entre os séculos XIX e XX influenciou a construção da masculinidade, a qual mexeu com os instintos sociais e culturais dos homens pretos, que tiveram que se adaptar ontologicamente e disputar seus espaços, manter e firmar o domínio sobre as mulheres, e que estava sendo construída em função da vulnerabilidade masculina.

3.1 - As heranças, os herdeiros e as sementes em torno da cidade

A contribuição das mulheres, no tocante à educação dos sambistas, mostra que engendrou e deixou herdeiros e sementes. Esses herdeiros seguiram parte da herança deixada. Mas deixa a pergunta: que heranças são essas? Talvez, alguns atribuíram tais a opulentas cargas financeiras, a longas faixas de propriedade ou a inúmeros objetos. Outros abririam um leque de inventários com os objetos deixados e mostrando as divisões de bens. No entanto, assinala-se que as heranças deixadas aqui são bens memoriais e ancestrais, os quais estão atrelados aos fluxos e a dinamicidade social na cidade.

A cidade com sua diversidade mostra que as relações sociais e culturais estão em circulação, ecoando os sentimentos e significados. Nessa lógica, é possível entrever que se as heranças, os herdeiros e as sementes se encontram em circulação, pois elas foram espalhadas,

e pelo movimento da educação dos sambistas e as tias, as mães, avós e primas foi possível com que a ancestralidade se articulasse pela urbe, se manifestasse nos traços arquitetônicos e nos aspectos culturais e psicológicos das pessoas, em sua maioria, nos espaços e lugares urbanos. Dado que alguns possam até negar, mas é inegável que as idas e vindas de sambistas cariocas, tanto homens como mulheres, pela cidade foram essenciais para que levasse pelos ventos do samba, do carnaval e do diálogo ancestral às mais diversas regiões.

João da Baiana, Sinhô, Heitor dos Prazeres, Donga e Hilário Ferreira deixaram-nos relatos e indícios sobre tais contribuições nos entornos citadinos. Fernando Guimarães (Vagalume), escreveu em suas muitas crônicas, acerca do andar das tias e dos sambistas pela cidade. Esse cronista enfatiza os movimentos das tias e dos sambistas pelas ruas do centro do Rio, sobretudo perante os lugares e os espaços que estavam em meio às disputas territoriais com as autoridades, à inovação, ao progresso, aos discursos de modernização e aos projetos nacionais. Guimarães (1933, p. 73) escreveu um dos sambas que foi feito após um evento que ocorreu na rua do Ouvidor:

Beberem agua Na tal caneca de couro. Num dos seus costumeiros arrancos apaixonados, após serios queixumes, o Sinhô pegou do violão e disse : – Meu «tio» áquella ingrata, escrevi um samba : O' minha branca. Escute só : [063]
O' minha branca Você pensa de me acabar Eu vou te deixar de tanga Não posso me amofinar. Minha bella formosinha Eu não vou neste arrastão Não sirvo para trepadeira Nem para caramanchão.

Este samba, elle fez logo que houve a separação da pianista de uma casa de muzicas da rua do Ouvidor : O' Gê – Gê Meu encanto.

Em um dos relatos no depoimento de Heitor dos Prazeres ao Museu da Imagem e do Som (MIS), em 1966, mostra acerca da difusão do samba por meio dos muito aspectos relacionados a cultura africana, entre eles o sambista menciona os ritmos, as canções, a religiosidade e as danças, como, por exemplo, o jongo:

Entrevistador 3: Canta aquele partido de novo?

Heitor: O samba já está aí. Aí já vem o samba corrido [Canção do Partido Alto cantado anteriormente batidas mais rápidas]

Heitor: Já está a macumba dentro; o ritmo da macumba que o candomblé não se enquadra. A macumba já tem o ritmo aproximado do samba. Nós os cariocas, então, esterilizamos e reforçamos. É onde eu digo: a origem, a origem do samba é o candomblé, é a macumba. Quer dizer, isso tudo vem... a origem do samba é justamente o ritual do candomblé, música primitiva, que nos originou isso aí.

Entrevistador 3: Quer dizer, no seu entender o partido alto daquele tempo está desvinculado do samba.

Heitor: Desvirtuado porque o partido alto era uma coisa que se libertou, libertou os adeptos de quase toda aquela época, era os adeptos dessa seita, dessa religião, a macumba. Então, para não mexer nos cânticos, começaram. Eu vou começar mais atrás. Então vem o candomblé. Do candomblé é só cânticos religiosos e tal. Mas os africanos para não mexer nos cânticos religiosos criaram um outro ritmo, que antes do samba veio o cateretê. Veio o cateretê. E, justamente, o cateretê. Os jongos foram umas danças recreativas. O jongo já foi uma dança recreativa dos rapazes novos que gostavam de saltar, gostavam de fazer gingado com o corpo. O cateretê já veio tudo isso antes do candomblé. Aí o samba já veio já do cateretê. Primeiro veio o candomblé, depois do candomblé veio o cateretê, que esse cateretê naquele tempo se cantava como cateretê que hoje tudo transformaram no baião. (MIS, ENTREVISTA DE HEITOR DOS PRAZERES, 1966, 1966, CD 184, f.1-2)

O jongo retrata uma riqueza de detalhes incluída na dança e na religiosidade, além de estar relacionado a uma miscelânea de elementos africanos. Heitor propõe a pensar que foi uma dança recreativa, sobretudo por parte dos “rapazes novos”. Compreendo a partir dos relatos que ocorreu uma mistura de elementos africanos que se difundiram nas muitas regiões da cidade do Rio e pelo Brasil. O que se percebe é que havia comunidades africanas com diferentes perspectivas, e que nas casas e nos terreiros, como o de Tia Ciata e de João Alabá, as vertentes nagôs eram aprofundadas e difundidas. Roberto Moura (1995, p. 86-87; 97-98) aponta para as migrações de baianos forros ao Rio de Janeiro predominantemente nagô e para a continuidade do candomblé nagô através da casa de João Alabá.

O jongo está vinculado às matrizes dos povos bantófonos, cujas populações foram trazidas compulsoriamente durante a colonização da América portuguesa, habitando as regiões do norte e sul no período colonial. João José Reis (1996, p.9)¹²⁵ profere que: “Como se sabe, no Rio predominavam os africanos vindos da África central e austral, que os linguistas convencionaram chamar de “bantos”. Essa linha também pode ser observada a partir de Russel-Wood (2014, p.99-103), que os portugueses, ao comercializarem escravizados desde o século XVI ao XIX, estiveram ativos a negociar com os africanos. A instabilidade política, econômica e de segurança em Angola, por exemplo, fazia com que os portugueses negociassem escravizados, assim como no Congo. Os portugueses não conquistaram as regiões africanas de imediato, ficaram alojados, primeiramente, nas áreas litorâneas e aos poucos analisavam os conflitos entre os reinos africanos para encontrar brechas em função do comércio de almas e de conquistar novos territórios no século XVI.

Segundo João José Reis (1996), diferentes populações africanas estiveram espalhadas por muitos territórios na América Portuguesa, e que não pode generalizar esses povos como

¹²⁵ REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

somente africanos. Russel-Wood (2014) reforça tal perspectiva e aponta que existia, na verdade, uma lógica de comércio para os portugueses, isto é, no sentido de que o comércio e o tráfico serviriam para trazer mão de obra para as Américas em razão da agricultura, do refinamento de açúcar, da mineração, do cuidado com o leito dos rios, de que lidasse com registros - aspecto diferentemente empregado pelos espanhóis, que não permitiam que escravizados chegassem perto de quaisquer registros, com receio de que houvesse produção de alforrias. Russel-Wood (2014, p. 110-111)¹²⁶ comenta que:

O Brasil era o principal destino de africanos transportados para as Américas. O que distinguiu o comércio escravagista para o país foi sua intensidade, volume e duração. Ao longo de três séculos, companhias fretadas, consórcios de mercadores, indivíduos portugueses ou brasileiros e comerciantes ilegais envolveram-se em um comércio que transportou escravos de várias partes: da Alta Guiné ao Pará e Maranhão, da Baixa Guiné aos portos entre Belém e Rio de Janeiro, de Luanda e Benguela a Recife, Salvador e Rio de Janeiro, e de Moçambique ao Rio de Janeiro. Os africanos tinham de lidar com assimilação, acomodação ou rejeição por parte dos afro-brasileiros, e até mesmo pelos africanos que os haviam precedido no país. No Brasil, à medida que novas regiões foram colonizadas, mais terras passaram a ser cultivadas, as colheitas de exportação aumentaram, o setor agrícola diversificou-se e as culturas de exportação e subsistência atendiam novos mercados. As descobertas de ouro impulsionaram a demanda por escravos da Baixa Guiné e África Central. Populações urbanas em expansão, comércio florescente e novas redes de comércio interno criavam uma demanda por importações de escravos que nem mesmo uma crescente população escrava crioula (nascida no Brasil) conseguia aplacar.

Contempla-se que havia muitas populações. Contudo, a presença dos bantos também pode ser notada no Rio de Janeiro, tal como Robert Slenes (1995, p. 9)¹²⁷ argumenta: “Se a escravidão no Centro-Sul era africana, isto vale dizer que era bantu. Pesquisas recentes indicam que a predominância bantu entre escravos dessa região era até maior do que se pensava antes”. Houveram muitos transportes de escravizados de origem dos bantos para o Rio assim como para outros lugares, como no Norte. Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 313)¹²⁸ assinala que palavras sinônimas para a cachaça eram provenientes do iorubá, que ficaram conhecidas no

¹²⁶ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. *Histórias do Atlântico Português*. São Paulo: Editora Unespe, 2014.

¹²⁷ SLENES, Robert W. “Malungu, Ngoma Vem!” África coberta e descoberta no Brasil. *Cadernos do museu da escravatura*. n.1. Ministério da Cultura. Luanda, 1995.

¹²⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Rio de Janeiro. Marc Hertzman (2013, p.20-21)¹²⁹ argumenta sobre os influxos do lundu, que está relacionado a um estilo de dança que foi referido com uma das primeiras danças africanas no Brasil, trazidos por escravizados, e que, aparentemente, se deriva do calundu, um ritual de cura de origem da África Central, praticado no século XVII, com a presença de tambores e raspadores e com círculos ao redor. No Brasil, do século XIX, o termo se tornou comum e genérico, indicando muitas danças relacionadas. Uma vez que retrata uma dança com dois sujeitos dançando no meio do círculo e a presença de músicos. Provável que alguns gestos de barrigadas poderiam ser manifestados nessa dança. Segundo Muniz Sodré (1998, p. 31), o lundu, perto da segunda parcela do século XIX, contribuiu para a criação do maxixe, cujo elemento, perceptivelmente, era conhecido entre os grupos baianos e sambistas cariocas, como, por exemplo, por Heitor, Donga e João da Baiana.

Quanto aos bantus, Mary Karash (2000, p. 111)¹³⁰ assinalou acerca de que a configuração populacional no Rio de Janeiro, na primeira parcela do século XIX, era de 50% acima. Além disso, ela menciona sobre um cemitério, em que foram enterrados povos de origem bantu, o qual foi estudado por Julio Cesar Pereira (2014)¹³¹, que indicou que o cemitério foi transportado para as regiões do Valongo, cujo território compreendia os atuais bairros da Gamboa e da Saúde. O funcionamento deste lugar durou até o século XIX. Essas regiões centrais da cidade do Rio foram marcadas no pós-abolição, no final do século XIX, pelas migrações de populações negras vindas do norte e as que já habitavam. Porém, alguns pesquisadores assinalam que foram poucas quantidades dos que vieram para a cidade. Nesse sentido, observa-se que as influências culturais e sociais vieram por meio das migrações e das incidências da diáspora e do tráfico de escravos, de livres e libertos nascidos no Brasil no decorrer do século XIX.

A partir dos estudos de Robert Slane (1995), que assinalou que os bantus influenciaram a mentalidade no Brasil, penso que as demais culturas como as dos nagôs também incidiram no Rio de Janeiro, tal que percebemos os sinais e significados através dos sambas, da linguagem e de outros elementos sociais e culturais. Por exemplo, em uma reportagem do Jornal do Brasil (de 1974, p.2)¹³² que informava sobre o falecimento de João da Baiana, mostra algumas frases

¹²⁹ HERTZMAN, Marc A. *Making Samba: A New History of Race and Music in Brazil*, Durham e Londres: Duke University Press, 2013.

¹³⁰ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹³¹ PEREIRA, Júlio Cesar Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

¹³² NÚMERO PEQUENOS DE AMIGOS ACOMPANHA O ENTERRO DE JOÃO DA BAIANA EM INHAÚMA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1974, p. 4. Disponível em:

musicais desse sambista. Entre elas, uma dizia acerca de sua enunciação: “Sou João da Baiana, de Ogum e de Zango. Da linha de Umbanda, de Nagô e de Gegê, Babalaô de Orixá”. Essas enunciações mostram as influências culturais e sociais de João, o qual ficava com sua mãe Prisciliana e na casa de Tia Ciata, junto de outros meninos, e se encontrava em outros espaços, como nos terreiros, nos portos, nas partes suburbanas. Os influxos detalhados por esse sambista em sua enunciação emanam das raízes africanas de origem nagô e jeje, dos baianos e cariocas, os quais se encontravam em torno da Pequena África.

A historiadora Maria Clemente Cunha (2008, p.179)¹³³ menciona que João da Baiana era um estivador, cuja ocupação mostra que estava em contato com muitas pessoas nas regiões portuárias. Outro elemento emanado é sobre seu samba: “Não moro em casa de cômodo/ Não é por ter medo não/ Na cozinha muita gente Sempre dá em alteração”. “Batuque na cozinha, a Sinhá não qué / Por causa do batuque eu queimei meu pé”, que aborda sobre os escravizados que não podiam bater. Ademais, a autora argumenta que o samba atina para a tradição do partido alto, cujos indícios trazem elementos do cotidiano, como o problema da batucada, as problemáticas entre homens e mulheres, as brigas nos cortiços etc. São elementos e aspectos ligados à vida dos trabalhadores e as suas dificuldades. Com relação ao problema da batucada, Hertzman (2013, p.32-36) alude que o samba não foi proibido e que o Código Penal do Império tratava sobre a proibição da batucada e não do samba em si.

Pode-se compreender que tais pontos convergem para as relações sociais e estruturais da cidade e denotam as heranças e sementes que os sambistas deixaram no entorno da cidade, sobretudo ao profissionalizar o samba posteriormente. Os morros e as ruas foram sendo banhados pelas dimensões culturais e sociais dos sambistas, eles que estavam no meio das classes conseguiam exprimir e compartilhar seus significados e sentidos para os demais. A cidade que estava passando por processos de transformação de suas áreas urbanas foi o território para que eles pudessem explanar suas canções e se adaptar aos novos movimentos civilizacionais.

Tal como refletiu Alessandra Tavares (2019, p. 75-81), a partir das leituras de Maurício de Abreu (1987), as áreas centrais estavam passando por transformações sociais, passando a distanciar as pessoas por conta das dificuldades financeiras, uma vez que foram se deslocando para regiões periféricas do Rio de Janeiro. Segundo as estatísticas e pesquisas realizadas por

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq="João%20da%20Baiana"&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=26736](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=). Acesso em: 23 jul 2024.

¹³³ CUNHA, M. C. “Não me ponha no xadrez com esse malandrão”. Conflitos e identidades entre sambistas no Rio de Janeiro do início do século XX, Afro-Ásia, n.38, 2008, p. 179-210. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21165>. Acesso em: 23 jul. 2024.

Abreu (1987, p.80), Tavares assinala que, entre 1906 a 1920, houve uma migração para as denominadas áreas suburbanas, Irajá, Inhaúma e Campo Grande, salientadas por Abreu, e o aumento demográfico nas regiões dos subúrbios do centro após as reformas que resultaram nas construções de núcleos econômicos, culturais e políticos. Tal como salientou André Azevedo (2016), no que concerne aos projetos de cunho moderno, por parte do governo de Rodrigues Alves, havia como intuito efetivar a concentração econômica que levava a mercadoria direto do porto para os centros comerciais na cidade do Rio de Janeiro. E, como argumentou Benchimol (2003, p.256-258), a reforma de Rodrigues Alves tinha como tema a insegurança que incidia no porto, devido a elite que tinha repulsa a determinados grupos e a questão sanitária, dos doentes que desembarcavam, e o escoamento e a aceleração de mercadorias até outra parte da cidade. Logo, havia nesse projeto governamental o propósito de remodelar economicamente e socialmente. Enquanto que a reforma Passos propôs uma remodelação civilizatória e urbana do espaço.

Retornando a questão de Mônica Veloso (1990) acerca de como as comunidades africanas, baianas e cariocas lidaram com a europeização nas áreas centrais, Tavares (2019, p.80-81) dá-nos algumas situações para discutir, como, por exemplo: a presença de atividades culturais nas residências locais, a apresentação de blocos, sociedades, clubes e ranchos, os quais eram oriundos de associações de trabalhadores, vizinhos e famílias de composição negra urbana. Além disso, ela, por meio do banco de dados de Eric Brasil, salienta que houve um aumento de petições de licenças para que os desfiles e estabelecimentos que propiciavam entretenimento (ranchos, clubes, blocos, associações), a fim de que pudessem agir livremente e com expressividade.

Ela ainda menciona que os “associativismos negros”, em torno das licenças e das ações dos grupos negros, angariavam sentidos e significados em prol da autolegitimação, que perpassava pela luta contra uma construção que estigmatizava os negros, isto é, numa luta contra concepções que remetiam a desorganização e a incapacidade para o trabalho. Esses associativismos negros, como a autora propõe, incidiam para que os reconhecessem como pessoas modernas, trabalhadoras, organizadas em função do divertimento, a fim de conseguir a respeitabilidade naquela época. Rosa Maria Araújo (1993, p.369), a partir da dissertação de Rachel Teixeira Valença (1984), afirma que as culturas e contribuições da população negra fizeram com que houvesse uma inversão na estrutura social mesmo que momentaneamente, uma vez que incidiu na dominância do carnaval, o qual foi se inserindo na identidade nacional.

Nesse sentido, compreende-se que as mulheres e os homens pretos em torno do carnaval e do samba conseguiram com que suas raízes educacionais e culturais passassem por gerações, influenciando diversas camadas sociais. Os investimentos em educação por parte das mulheres aos seus herdeiros culturais deixaram sementes que mais tarde desabrocharam em flores. Os sambistas como sementes enraizaram e proliferaram os conhecimentos e saberes por meio de suas aprendizagens pelas ruas, levando as terras cariocas diversão, conhecimento e organização, a fim de que fossem reconhecidos. Seus legados, assim como de suas mães, tias, avós, primas e netas, deixaram marcas nas árvores do conhecimento e transmitiram às futuras gerações novos horizontes. Ainda existem possibilidades para investigar as trajetórias educacionais desses sujeitos históricos, que contribuíram para empreender novas leituras históricas e educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a pesquisa procurou explorar os elementos educacionais que se encontram na trajetória de sambistas que estiveram entre os contextos sociais e culturais no decorrer do fim do Império e início da Primeira República. Entre os sambistas, como Heitor dos Prazeres e Hilário Jovino Ferreira, procurou-se explicar as formas como foram educados, que podem ser salientadas numa fase anterior às escolas e posterior a elas.

Nesse caso, os sambistas foram ensinados nos lares, e, em muitos casos, por meio da oralidade, sobretudo com as rodas, isso no que concerne tanto as rodas de samba de dentro das residências quanto das leituras de dentro dos bares, nas praças públicas, nas ruas perto de comércios e jornaleiros, etc., cujas práticas estão entrelaçadas a ontologia humana desde seus primórdios, uma vez que a oralidade tenha se desenvolvido, historicamente argumentando, antes da escrita.

Esses espaços e lugares, cujos conceitos foram inspirados nessa dissertação por meio das reflexões de Yu-Fu Tuan (1983), que trabalhou com as relações dos sentidos e sentimentos emanados pela ontologia humana para a construção das paisagens geográficas e estruturas urbanas, serviram como pontes para a construção dessa aprendizagem e da intelectualidade dos sambistas.

Observo que estar envolvido com os espaços e lugares era evocar a importância das regiões da cidade, sobretudo das áreas centrais, como reduto educacional e cultural, da consciência de classe e do posicionamento político ativo. Os sambistas procuraram estabelecer vínculos com a cidade do Rio de Janeiro, buscando ligar suas condutas, seus costumes, sentimentos, significados e sentidos às paisagens e aos estabelecimentos urbanos. Para Heitor dos Prazeres, a cidade tinha uma articulação com as práticas culturais do carnaval e com o

cotidiano das pessoas. Por isso que muitos de seus registros artísticos estavam relacionados à população, a brincadeira, a diversão, a felicidade, às cores, a natureza, ao trabalho, às memórias etc.

Ademais, os espaços e lugares remetem aos *afetamentos* deles, sobretudo como parte das memórias de infância e de adulto. Emanam-se o conceito de *afetamento* fazendo alusão a Bell Hooks (2003), que argumenta e aborda sobre o que os sujeitos sentem, denotam, conotam e relatam sobre o que lhes afeta no cotidiano, a partir dos objetos, das pessoas, dos estabelecimentos, das paisagens e dos momentos de diálogo.

Hooks, a partir de suas convivências educacionais, compreende que o contato com as pessoas e as ideias vão de encontro à reflexão do ser. Logo, os espaços e lugares, que são construções humanas, emanam as redes de sociabilidade, de amizade e de coleguismo, o compartilhamento de ideias e reflexões, as aprendizagens uns com os outros e os conflitos e as disputas epistemológicas e políticas.

Compreendo que expandir essas concepções também é rever as construções políticas dos sujeitos, os projetos nacionais e as atividades cotidianas que compuseram as realidades no passado. Além disso, é possível reconhecer os sujeitos históricos que estavam no entorno dos estabelecimentos, como quiosques, bares, lojas, casas e mansões; das comunidades; dos grupos sociais elitizados; tal como foi salientado nos primeiros capítulos, os quais enfatizam alguns estabelecimentos que serviram para o aprendizado. Não deixando de mencionar os materiais que foram relevantes educacionalmente, como os livros de alfabetização que eram utilizados nas escolas e estavam presentes nas residências (algumas das “instituições não oficiais”), uma vez que se percebe um aprendizado anterior à instituição escolar e posterior a ela.

No caso, isso se deve por conta de que havia uma gama de escolas que existia no Brasil, mas que a ausência de acolhimento, que se encontrava nas instituições escolares, incidiu para que recorresse às casas e as pessoas que tinham algum letramento. O que se compreende é que o investimento educacional estava relacionado a um cenário social e cultural e uma sociedade que prezava em seu imaginário coletivo estar armada sob a égide propedêutica, a fim de estar alimentando memórias em prol de um projeto de nação em que a pujança da civilização e do progresso eram preponderantes. Por isso que, por um lado, as perseguições, a ascensão, a mobilidade social e econômica e a vigilância eram fatores que rondavam o cotidiano das comunidades negras na Primeira República.

Nesse sentido, percebe-se que as construções educacionais desses sambistas estão articuladas, fortemente, às mulheres, que compuseram e dinamizaram esses espaços e lugares.

Elas, que foram tias, irmãs, primas, mães, avós, netas, investiram educacionalmente e propuseram tais investidas as suas famílias, mesmo não biológicas, com o intuito de galgar em direção ao conhecimento, a autonomia, a resistência, a conseguir sustento, obter recursos e exercer alguma profissão. Logo, ainda cabe investigar de forma mais aprofundada acerca delas. Para isso, proponho investigar para um doutoramento ou pós-doutoramento acerca de mais mulheres pretas que investiram educacionalmente.

O posicionamento político delas também é algo que deve ser analisado e mais quais áreas das ciências ela se propuseram a trabalhar, dado que possa indicar e indagar: o que pensavam sobre a sociedade, quais os detalhes do cotidiano e aprendizagens que obtiveram em família, como vislumbravam outras mulheres nas ciências e em outras áreas da sociedade, de que maneira percebiam as relações étnicas, como conseguiram obter diplomação, ou não, de que maneira elas exerceram suas atividades, como era o mercado de trabalho para elas, quais eram os conflitos com os homens nos ramos empregatícios, etc. Com os exemplos de Eugênia e Porfíria, emanados nos capítulos, contempla-se que ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, sobretudo no ramo de magistério que Porfíria exercia. Nesse caso, como ela obteve a diplomação? Qual instituição se formou? Quais escolas frequentou antes de se tornar professora? Qual(is) escola(s) lecionou? Realizou o trabalho de professora em residências, dando aulas particulares? Quais eram suas perspectivas e posicionamentos políticos e sociais? Quais comunidades ela estava ligada? Como lidou com as comunidades que estavam presentes naquele momento? Quais eram os lugares e espaços que esteve presente?

Penso que existiram mais mulheres pretas, como os casos de Porfíria e Eugênia, que se propuseram a investir educacionalmente, se tornando professoras, parteiras, cientistas, escritoras e dentre outras profissões. Isso denota que as vozes delas estão entre os emaranhados de documentações, esperando para serem entoados de maneira veemente. Como pesquisadores e educadores, devemos ir à busca dessas vozes e amplificá-las, mostrando que foram figuras importantes para o seu tempo, para as comunidades e para os grupos sociais que estiveram envolvidos, uma vez que as relações sociais incidem nas relações educacionais e históricas dos sujeitos.

Outra temática que deve ter uma dada atenção é a classe de estivadores no Rio de Janeiro. Ao me deparar com as documentações e pesquisas sobre Hilário Jovino Ferreira, sobretudo quando estava envolvido com o partido ligado aos operários, os estivadores promoveram sindicatos em prol de adentrar substancialmente na cidadania, a fim de elaborar e conseguir demandas sociais e políticas. Cabe mencionar que estavam entre as movimentações em torno

das áreas centrais e dos movimentos políticos que se debruçaram em revoltas no início republicano.

Desse modo, acredito que se deve refletir acerca dos estivadores, mais especificamente argumentando se investiram educacionalmente, ou não, e de que maneira isso deve ter ocorrido. As literaturas históricas indicam que estavam inteiramente ligados aos acontecimentos políticos e sociais no decorrer da Primeira República e aos espaços e lugares que estavam exercendo seus movimentos, mais precisamente nos portos e em demais estabelecimentos da cidade. Uma vez que tinham acesso às rodas de leitura, circulavam pelas regiões, conversavam com muitas pessoas e se organizavam politicamente. Logo, cabe questionar e perscrutar sobre as aprendizagens desses indivíduos e de suas famílias, se matricularam seus filhos e filhas em instituições escolares, se eles sabiam ler e escrever, e como aprenderam a escrita e as leituras e as técnicas da profissão.

Tais reflexões são interessantes caminhos e relevantes para o desenvolvimento da área de História da Educação, pois aludem e ponderam sobre as muitas possibilidades históricas e educacionais que os sujeitos proporcionaram em suas trajetórias de vida. As possibilidades educacionais desses indivíduos também estão, de alguma forma, relacionadas à forma de lidar e de conflitar com as instituições “oficiais” de educação e com os projetos de nação. Ou seja, são veias que podem proporcionar novas reflexões e compreensões históricas acerca do âmbito educacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e Escravos. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872: **Novos Estudos** – *CEBRAP*, São Paulo, 1988a.

_____. “Vida privada e ordem privada no Império”, In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. (Org.) **História da Vida Privada no Brasil**. Volume dois, São Paulo: Cia. das Letras, 1997b.

ALMEIDA, Ludmila Pereira de. Corpos diaspóricos e masculinidades negras: Uma leitura de Todo mundo odeia o Chris a partir da decolonialidade. **RELACult** (Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade), v. 3, ed. especial, dez., 2017, p.1-22.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

AZEVEDO, André Nunes. **A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/ Mauad X, 2016.

BARRETO, Aldeir de Oliveira. Masculinidade negra em debate: é possível pensar uma masculinidade negra feminista? **Revista de História** – UFBA, Anais de Jornada da UFBA, 2022, p. 1-15.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: **O Brasil Republicano**, vol.1. RJ: Civilização Brasileira, 2003, pp.231-286.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. 5ª reimpressão. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

_____. **Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p.46-81.

_____. Les trois états du capital culturel, publicado originalmente in **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 30, novembro de 1979, p. 3-6.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007a.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 8ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007b.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial. 5ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I**: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994a.

CERTEAU, Michel de. GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano II**: morar e cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1994b.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História de Hoje**: dúvidas, desafios e propostas. Rio de Janeiro, 1994.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia**: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. "Não me ponha no xadrez com esse malandrão". Conflitos e identidades entre sambistas no rio de janeiro do início do século XX **Afro-Ásia**, núm. 38, 2008, pp. 179- 210.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEAN, Warren. **Rio Claro**: Um sistema brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 60ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Brasileira, 1965.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: os cotidianos e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Nilma L. Intelectuais Negros e a Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

GOMES, Thiago de Melo. Para além da casa da Tia Ciata: Outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930. Afro- Ásia, 2003

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HERTZMAN, Marc. **Making Samba: A New History of Race and Music in Brasil**. Duke University Press, 2013.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LÍBANO, Carlos Eugênio. **A negrada instituição: Os capoeiras na Corte Imperial (1850-1890)**. Rio de Janeiro, Acess Editora, 1998.

LIMA, Lurian José Reis da Silva; SILVA, Ana Tereza Reis da. Trajetórias Formativas de Musicistas Negros no Pós-Abolição (1890-1930). **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 47, e116429, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236116429vs01>. Acessado em: 26 de jun. de 2023.

NETO, Lira. **Uma história do samba: volume I (as origens)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. Editora Hucitec, São Paulo, 2004.

MELLO, Priscilla Leal. **Escolas escravas, madraças corânicas: leitura, escrita e geomancia. Malê no Império do Brasil**. Niterói: Intertexto, 2015.

MIGNOLO, W. D. **La Idea de América Latina: La herida colonial y La opición decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

_____. Novas reflexões sobre a “ideia da América Latina”: a direita, a esquerda e opção descolonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, maio/ago., p. 239-252, 2008.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

NORÁ, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. Nº10, p. 12, 1993.

PEREIRA, Júlio Cesar Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

RIBEIRO, Ana Maria Rodrigues. **Samba Negro, Espoliação Branca**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

RODRIGUES, Jaime. **O Infame Comércio. Propostas e Experiências no final do tráfico de Africanos para o Brasil (1800-1850)**, Campinas, EdUnicamp, 2000.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **Histórias do Atlântico Português**. São Paulo: Editora Unespe, 2014.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT: CNPq; MCTI, 2015.

SANTOS, Daniel dos. Problemas de gênero dos homens negros: masculinidades negras através das perspectivas do pensamento feminista negro e decolonial. **Revista da ABPN**. V. 11, n. 30, set-nov, 2019, p. 71-95.

SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Epoque. In: **Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SILVA, Alexandra da Lima. **Flores de Ébano: Escrita de si como prática de liberdade**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Kitabu editora, 2022.

_____. **O Jardim Secreto: A Educação como desejo de liberdade na diáspora africana**. Rio de Janeiro: Maud, 2021.

_____. Pelas mãos de Eugênia: experiências de mulheres negras em uma família no Rio de Janeiro (1897-1957). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 42, n.90, 2022.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

_____. **O Terreiro e a Cidade**, a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SLENES, Robert W. **“Malungu, Ngoma Vem!” África coberta e descoberta no Brasil**. Cadernos do museu da escravatura. N.1. Ministério da Cultura. Luanda, 1995.

TAVARES, Alessandra. **A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”:** agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual:** estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. V. 2. Imprensa: São Paulo, Paz e Terra, 2012.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 3, n.6, 1990, p. 207-228.

FONTES

Entrevistas

PRAZERES, Heitor. *Entrevista de Heitor dos Prazeres*. Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1966.

Periódicos e Revistas

BIBLIOTECA NACIONAL – BN (Hemeroteca Digital)

Correio da Manhã (RJ) – Edição 22321 (1966).

Correio da Manhã (RJ) – Edição 22547 (1966).

Correio da Manhã – Edição 13248 (1938).

Correio da Manhã – Edição A22375 (1966).

Diário Carioca (RJ) – Edição 00491 (1930)

Diretrizes: Política, Economia, Cultura (RJ) – Edição 00064 (1941).

A Noite (RJ) – Edição 08356 (1935).
 A Noite (RJ) – Edição 07992 (1934).
 Gazeta de Noticias (RJ) – Edição 00197 (1899).
 Jornal do Brasil (RJ) – Edição 00279 (1974).
 Jornal do Brasil (RJ) – Edição 00008 (1966).
 Pequeno Jornal (BA) – Edição 00705(1892).
 Tribuna da Imprensa (RJ) – Edição 00001 (1949).
 O Globo (RJ) – 1966.
 O Jornal (RJ) – Edição 13570 (1965),
 Jornal do Commercio (RJ) – Edição 00157 (1972).
 Cidade de Santos (SP) – 01113 (1970).
 O Cruzeiro: Revista (RJ) – Edição 0020 (1936).

LIVROS

ANDRADE, Mário de, 1893-1945. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. Prefácio de Márcia Fusaro. 2. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

GUIMARÃES, Francisco Guimarães (Vagalume). **Na Roda do Samba**. Rio de Janeiro: Typ. São Benedicto, 1933.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Registros

FERREIRA, Porphiria Jovino. *Registro Civil, 1829-2012*; Atestado de óbito [de] Porphiria Ferreira, Óbito: 20.884, Certificado n. 113, livro 108, p. 84 (Registro em 23 jan. 1958), Rio de Janeiro, RJ. 1958. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS54-X31J-D?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A65YQ-P23Y&action=view>. Acesso em: 09 de jun. 2024.

PRAZERES, Heitor dos. Registros da Igreja Católica, 1616-1980; Registro de batismo [de] Heitor dos Prazeres, Santa Rita de Cássia, p. 109 (Registro em 22 ago. 1902), Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-R89F-4D?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6X8J-2RX9&action=view>. Acesso em: 19 jul. 2024.

PRAZERES, Heitor dos. Registro de nascimento; Registro Civil 1829-2012, Registro de nascimento [de] Heitor dos Prazeres, Certificado 564, p. 90-91 (Registro em 02 jul. 1902), Rio de Janeiro, RJ. 1902. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6749-12X?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A794T-9LPZ&action=view>. Acessado em: 19 de jul. de 2024.

PRAZERES, Heitor dos. Registros da Igreja Católica, 1616-1980; Registro de batismo [de] Heitor dos Prazeres, Santa Rita de Cássia, p. 109 (Registro em 22 ago. 1902), Rio de Janeiro, RJ. Disponível em

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-R89F-4D?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6X8J-2RX9&action=view>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Documentação

Processo OR. 2264, Pretoria do Rio de Janeiro 8 (Freguesia de Santana) – Arquivo Nacional

ABREVIATURAS

AN – Arquivo Nacional

BN – Biblioteca Nacional

MIS – Museu da Imagem e do Som

APERJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro